

12ª Entrevista: 18.06.1986

I.F. - Ministro, nós estivemos conversando outro dia sobre os cursos na Marinha, e ficou uma dúvida muito grande sobre o curso de comando e estratégia... Como é que chama mesmo?

A.A. - Política e Estratégia Marítima.

I.F. - Política e Estratégia Marítima, e o curso de comando e Estado-Maior. Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho mais esses dois cursos.

A.A. - Eu havia denominado diferentemente, e declarado que no meu tempo era assim, possivelmente teria havido alteração. E agora então eu trago a explicação que é a seguinte: os cursos são os mesmos, as finalidades são as mesmas. Agora, há o curso de Comando e Estado-Maior, que é o primeiro, e depois vem o curso de Política e Estratégia Marítima, que equivale então ao curso superior, que antigamente era feito já para se chegar a oficial general.

I.F. - Era o curso superior de comando e guerra naval?

A.A. - De comando da Escola de Guerra Naval.

I.F. - Estes dois fazem parte da Escola de Guerra Naval?

A.A. - Da Escola de Guerra Naval. Está entendido?

I.F. - Está.

A.A. - Esses dois fazem parte da Escola de Guerra Naval. Agora, a outra observação que a senhora fez é a seguinte: como se entrava para esses cursos? Eu declarei que nós íamos sendo escalados de acordo com a antigüidade para fazer o primeiro curso, depois fazíamos o segundo. Não havia uma prova de..., uma competição para ser... Porque no Exército há: os candidatos se inscrevem e fazem concurso para fazer o curso.

I.F. - Exato, e parece que é uma prova até bem puxada.

A.A. - É, bem puxada. Na Marinha não era assim. E eu estive sabendo do seguinte: é que hoje não há habilitação do oficial para fazer o curso voluntariamente. Há uma designação da autoridade superior, que eu não sei qual é, ela é que escala determinados oficiais, de acordo com as informações que tem, para fazerem o curso, mas não é de livre vontade do oficial. Eles são escalados ou não. E isso me faz lembrar o caso que aconteceu, rememorando essas coisas, com um meu ex-ajudante-de-ordens. Um rapaz de grande mérito, mas ele não estava sendo escalado para fazer o curso, e eu consegui então influenciar e fazê-lo ser designado para fazer o curso. E tive uma compensação muito grande, porque esse oficial fez o curso e tirou primeiro lugar, e recebeu então o diploma das mãos do presidente da República, que era o Ernesto Geisel. De modo que eu não pedi para um simples protegido, pedi para um oficial que realmente tinha valor e que estava sendo..., não estava sendo cogitado para fazer esse curso, que ele desejava fazer para seguir a carreira dele.

I.F. - Agora, o senhor não sabe quais são os critérios usados para essa escolha?

A.A. - Eu não sei quais são os critérios; acho que o critério é meio, digamos - como dizer? subjetivo etc.

I.F. - E', eu fiquei meio...

A.A. - Eu lamento muito porque eu sei...

I.F. - E', eu fiquei meio na dúvida quanto a isso, porque eu acho que pode existir - não é que aconteça -, mas podem acontecer perseguições, ou...

A.A. - Simpatias, simpatia por um outro que às vezes seja de mérito inferior, mas que caia nas graças.

I.F. - Porque esse curso é muito importante para promoção a almirante. Quer dizer, pode cortar a carreira de alguém.

A.A. - Pois é, é essencial para chegar a oficial general.

I.F. - Porque nas promoções, pelo que eu sei, também vai uma lista, e é o ministro que apresenta ao presidente.

A.A. - Apresenta ao presidente.

I.F. - Mas, para essa lista tem uma série de itens que têm que ser preenchidos, e mesmo assim a gente sabe que existem perseguições. O senhor concorda?

A.A. - Concordo e cheguei à seguinte situação: uma ocasião um oficial foi preterido, quer dizer, não foi promovido a oficial general, embora ele tivesse as condições de ser promovido a oficial general. Eu então declarei a um colega nosso lá, e disse: "Eu acho que antigamente o ministro sozinho escolhia melhor". No tempo que eu era ministro as escolhas foram minhas, não tinha essa comissão de se congregarem etc. e indicar os elementos capazes de chegarem à promoção. Mas enfim, essa questão de promoção, realmente, não se pode chegar a um resultado nem bom. Eu considero geralmente de sofrível para bom, porque eu tenho visto muitos erros, têm sido cometidos muitos erros.

Um caso, por exemplo, que muito me dói: a função que eu considero mais digna, mais importante de um oficial da Marinha é o comando de um navio, ou um comando de um grupo de navios. Eu era ministro da Marinha e tive que fazer a promoção de uns capitães-de-fragata. E aconteceu o seguinte - parece que eram três promoções... E, quando eu cheguei para fazer as promoções - eram todas promoções por merecimento -, havia um oficial que não estava incluído no quadro de acesso - porque as promoções por merecimento são feitas só pelos oficiais que as comissões incluem num chamado quadro de acesso. Mas havia um oficial que estava comandando um navio, que era o tênder *Belmonte*, e não tinha entrado no quadro de acesso, e ele não poderia ser promovido por merecimento. Mas ele estava em situação de antigüidade superior aos oficiais que podiam ser promovidos por merecimento. E esse comandante ia ser preterido no comando do navio. E eu me revoltei com aquilo e disse: "Mas eu não posso fazer isso. Esse oficial, se não estava em condições de ser promovido ao posto superior, ele não

devia ser... quando se aproximavam as vagas, não devia continuar no comando do navio. Ele devia já ser exonerado por não ser julgado competente o suficiente para ser promovido ao posto superior. O quê que a sua guarnição..., qual a autoridade que esse oficial vai ter no comando de um navio, quando ele é preterido?" O meu chefe de gabinete disse: "Mas, almirante, não tem outro jeito, ele não entrou no quadro de acesso." Eu digo: "Mas nós devíamos ter exonerado da função de comando. A função de comando é a função que a dignidade não pode ser enlameada." Eu digo: "Olha, são três vagas, não é?" - eram três vagas de merecimento. "Eu vou promover quatro, eu vou promover quatro a capitães-de-mar-e-guerra, e promovo esse por antigüidade." "Mas não tem vaga." "Eu promovo sem vaga." E promovi sem vaga. E quem quiser que reclame. Ninguém reclamou.

I.F. - Eu não quero fazer um julgamento precipitado, porque eu não entendo bem disso, mas eu continuo achando que essa questão de promoção é uma das coisas mais delicadas que existe nas Forças Armadas, e que depende muito do bom senso e de tranqüilidade do ministro. O senhor concorda?

A.A. - E no fim acaba dependendo de sorte. Mas um outro caso que me... Dois casos eu vi na Marinha depois, que eu fiquei perplexo. Um oficial, um capitão-de-mar-e-guerra, comandava uma força, e força de contratorpedeiros. No exercício do comando da força de contratorpedeiros, esse oficial foi preterido ao posto superior, foi preterido para oficial general. Chamava-se Manuel Poggi de Araújo. Se o oficial não podia ser promovido, se a administração achava que ele não tinha condições de acesso... Porque nós estávamos adestrando um oficial para exercer mais funções, e que naturalmente iria pedir a transferência para a reserva, como pediu!

I.F. - E que é um encargo muito pesado para o país, essas transferências muito cedo, não é?

A.A. - Então a gente gasta dinheiro, prepara um oficial comandando uma força, e depois, no exercício do comando dessa força, a mesma administração não exonera esse oficial, e pretere o oficial no comando da força? Passa-se tempo, já no governo do presidente Geisel, a administração, o ministro e o presidente Geisel nomeiam um vice-almirante comandante da Esquadra. Comandou a Esquadra até o dia em que houve a vaga para almirante-de-esquadra. Esse oficial foi preterido. Então a administração mantém no comando máximo da Marinha, mantém um vice-almirante no comando da Esquadra, e pretere esse oficial e promove outro? Então eu disse o seguinte: "O próximo comandante da Esquadra tem direito de perguntar ao ministro da Marinha se ele está nomeando ele para a Esquadra que é para achincalhar ele, para desmoralizá-lo, ou é para merecimento! Que função então tem o comando da Esquadra? Qual é o valor de comando da Esquadra? Pois isso se verificou no governo do presidente Geisel. O comandante-em-chefe da Esquadra foi preterido no exercício do comando sem razão nenhuma que dissesse que ele tinha cometido um ato menos... elogiável, ou coisa que o valha. Então teria sido exonerado. Não foi exonerado. Ele é que se exonerou. Ele encheu o requerimento, pediu transferência para a reserva, foi para casa.

I.F. - Eu acho isso uma coisa assim muito difícil para nós, de fora, podermos entender. Agora, eu gostaria que o senhor...

A.A. - Nós mesmos dentro da Marinha não... Eu não entendo.

I.F. - Isto é que eu estou vendo; para a minha surpresa que eu estou vendo. E esse tal do curso me deixou muito curiosa para saber quais os critérios porque eu cheguei a ficar desconfiada que foi mais um critério que arranjaram para escolher determinadas pessoas. Eu não sei se é isso.

A.A. - Eu creio que a escolha fica dependendo da subjetividade de um grupo que resolve fazer isso ou aquilo.

I.F. - Porque além da exigência do curso de Comando e Estado-Maior, tem mais esse, de Estratégia.

A.A. - Não. E' são dois, é Comando e Estado-Maior...

I.F. - Agora são duas exigências para poder chegar a almirante, e sem concurso em nenhum dos dois.

A.A. - Aliás, devo dizer o seguinte: durante a guerra, os cursos foram suspensos. Tanto assim que eu comandi um contratorpedeiro sem ter o curso da Escola de Guerra Naval.

I.F. - Sim, mas aí foi um caso especial.

A.A. - Mas era porque tinham sido suspensos os cursos. Depois então os oficiais, para tirarem o curso, se acumularam muito. Houve um grande número de oficiais necessitando tirar curso, mas que tinham exercício de comando em plena guerra sem ter o curso da Escola de Guerra Naval. Mas era uma contingência...

I.F. - Um caso especial Agora, falando sobre isso, eu estou me lembrando de uma coisa que eu gostaria de saber se o senhor acompanhou. O senhor que esteve em cargos no exterior, conheceu bem os Estados Unidos: exatamente as promoções durante a guerra. Porque, pelo que eu sei, o Exército americano, as Forças Armadas americanas, durante a guerra, tinham liberdade total para promover qualquer soldado, qualquer sargento, qualquer capitão, enfim, por merecimento, e era uma promoção feita lá no campo de batalha, que seria sempre aprovada pelo governo americano. E por aqui, da tropa da FEB que foi para a Itália, o general Mascarenhas de Moraes não tinha...

A.A. - Essas credenciais.

I.F. - Credenciais. E que parece que houve inclusive um certo atrito entre ele e o presidente Vargas, porque ele pedia promoções que não davam, e pelo contrário: foram promovidos aqui no Brasil oficiais que não chegaram a ir para a Itália, preterindo outros que estavam lá.

A.A. - Que estavam em ação lá?

I.F. - O senhor soube disso?

A.A. - Não, não tive notícia disso, não.

I.F. - Quer dizer, além de ele não ter liberdade, que ele considerava um incentivo muito grande para o oficial que estava no campo de batalha...

A.A. - Eu poderia informar isso posteriormente...

[FINAL DA FITA 20-A]

A.A. - ... em outra reunião, porque eu tenho um elemento que participou da FEB, que se chama Malvino Reis Neto. Ele é um oficial de grande valor e foi até diretor da Telefônica. Ele está vivo, mora lá na rua Senador Vergueiro, eu tenho muita ligação com ele. Ele é um pouco mais velho - ele foi meu professor de geometria quando eu cursava a escola. E ele poderá me dizer qualquer coisa sobre isso.

I.F.- Agora, quanto a essa diferença, isso o senhor sabe: que aqui o Brasil não tinha possibilidade, e o americano tinha.

A.A. - Não tinha, não houve alteração.

I.F.- O senhor acha que é importante para um comando, num caso de guerra, ter essa liberdade?

A.A. - Eu acho que devia prevalecer isso, acho que devia ser respeitada essa vontade do comando em chefe lá nas operações, que estavam sentindo na carne o efeito das ações.

I.F.- Porque é um incentivo muito grande para um oficial de carreira ter uma promoção ou ter uma condecoração, no momento de um ato de bravura.

A.A. - Como é que se vai promover por ato de bravura se...? - remotamente? Não é verdade? Em tempo de paz é possível isso, se compreende isso, mas, na ação, eu acho que é perfeitamente louvável a doutrina do...

I.F.- Porque parece que tinha que vir o pedido para o Brasil e aqui, através do ministro...

A.A. - Aqui ratificar então.

I.F.- Exatamente, correndo o ritmo da burocracia normal, e não um caso especial de guerra, quando às vezes o comandante tinha necessidade de promover determinadas pessoas.

A.A. - De promover. Porque quem estava na ação...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Não pôde ir, paciência, não é? São os azares da sorte, porque eu me lembro até de um almoço lá no palácio Guanabara... No palácio Guanabara, não: no Rio Negro. Um almoço em que estava o general Cordeiro de Farias, e ele dizendo ao presidente Vargas que ele fazia questão de participar da Força Expedicionária. Mas ele estava no palácio e tinha um conceito elevado... presidente da República estava dizendo e o presidente não negou a ele o desejo de ser designado para fazer parte daquela parte de

artilharia, que era dele. E ele foi realmente. Mas muitos outros podiam ter tido vontade, não podiam porque não havia artilharia suficiente, não é? [risos]

I.F. - Não tinha lugar para todos. Exato. Essa questão é muito difícil - da escolha das pessoas, não é?

A.A. - E', é muito... É lamentável que a gente fique dependendo de certas escolhas, não é?

I.F.- Agora, uma pergunta que o senhor pode não querer me responder, mas dentro da Marinha, da sua Marinha, o senhor pode nos dar assim nomes de pessoas que foram muito tranquilos nessas promoções? E nomes de pessoas que faziam certas perseguições?

A.A. - Faziam?

I.F.- Perseguiam determinados oficiais?

A.A. - Bom, eu senti...

I.F.- Parece que no Exército o Lott ficou meio conhecido, não é?

A.A. - Como?

I.F. - O Lott ficou meio conhecido no Exército por certas perseguições, não ficou?

A.A. - Eu ouvi falar que o Lott tinha lá seu aspecto pessoal, imprimia aspecto pessoal em certas coisas - ouvi falar nisso. Na Marinha eu mesmo senti certo aspecto pessoal de um ministro da Marinha e de um outro oficial, mas que não chegaram a me afetar. Porque eu sei que eu, por exemplo, no tempo do presidente Juscelino, na promoção de oficial-general, esse ministro não levou o meu nome para ser promovido a oficial-general. Eu também nunca pedi nada a ninguém, não pediria, sempre tive o ponto de vista de ter uma independência suficiente para não precisar pedir, porque às vezes a gente pede por necessidade, não é? Não pode dizer: "Ah, devia ter pedido..." Eu nunca tive necessidade de pedir, por isso procurei manter sempre uma vida muito independente, muito desligada, porque nesse ponto eu fui muito orgulhoso, nunca quis pedir nada. E houve... Podia pedir, poderia ter pedido, tinha a quem pedir. Mas chegou, houve as vagas, eu não pedi nem a colegas meus, nem a amigos, nem nada. Mas eu soube depois que a minha preterição foi insinuada pelo ministro, que ele não levou o meu nome.

E quem me promoveu foi um capitão-tenente que era ajudante-de-ordens do Juscelino e que tinha servido comigo a bordo do contratorpedeiro *Piauí*. E o ambiente a bordo do contratorpedeiro *Piauí* era o melhor possível, nós todos nos dávamos muito bem, havia uma cordialidade muito grande. E esses oficiais mais novos me tratavam com muito carinho. E esse oficial foi ser ajudante-de-ordens do Juscelino. E quando ele viu aquilo, ele foi falar com o Juscelino; disse: "Mas, presidente, esse oficial não pode ser preterido! É um oficial assim, assim..." Fez a minha vida pregressa que ele considerava merecedora de... Então o presidente Juscelino me promoveu. Depois é que eu soube que eu tinha sido promovido por influência do capitão-tenente Afrânio de Faria. Ele é que, vendo os decretos, os papéis que tinham ficado para o presidente Juscelino assinar, viu

que eu tinha sido preterido, que tinha sido sugerida a minha preterição. E eu fui promovido pelo ajudante-de-ordens, praticamente, pela influência do ajudante-de-ordens do presidente Juscelino. Porque esse almirante não me tolerava. Gratuitamente, porque não tinha razão nenhuma para achar que eu era um mau-caráter qualquer. Porque convivemos juntos, ele foi chefe de gabinete do almirante Guillobel, eu fui subchefe; só tivemos um atrito, que eu ia pedir demissão da função de subchefe, e depois ele veio me pedir para que eu não me dirigisse ao almirante Guillobel para pedir a minha retirada de lá do gabinete. Foi a única coisa.

I.F.- O senhor pode dizer o nome dele?

A.A. - Chama-se Jorge do Passo Matoso Maia. E eu posso dizer o seguinte: eu não o considerava com qualidade nenhuma para ser ministro da Marinha. [risos] Hoje eu posso julgar os meus superiores porque já não...

V. A. - Agora, por que o senhor queria pedir demissão...?

A.A. - Porque eu tinha tido um atrito com ele, ele tinha procurado - ou por ciumada ou por qualquer coisa - cercear o acesso dos oficiais ao ministro diretamente, que não havia razão nenhuma. No palácio Guanabara, no Catete, nunca o chefe de gabinete impediu que um de nós

nos dirigíssemos ao presidente da República. Agora, no gabinete do Ministério da Marinha, do ministro da Marinha, um oficial de gabinete queria falar com o ministro da Marinha, ele tinha perfeita liberdade para chegar e se dirigir pessoalmente. E o almirante Guillobel era perfeitamente acessível a essas coisas, eu me dirigi várias vezes o almirante Guillobel como subchefe, para comentar certas coisas, para lembrar certos fatos etc. Inclusive a colocação de um nome de um almirante que não gostava de mim, que tinha sido ministro, o almirante Henrique Aristides Guilhem, mas que ele tinha um profundo apreço por esse oficial, e ele queria ver se arranjava um jeito de botar o nome do almirante Guilhem numa rua do Rio de Janeiro - era ministro. E eu sabia disso e um belo dia o João Carlos Vital, que era prefeito, me telefonou.

I.F.- E era muito ligado ao dr. Getúlio também, não é?

A.A. - Hein?

I.F.- Ele foi muito amigo do dr. Getúlio, não foi?

A.A. - Era, era ligadíssimo. E um belo dia o João Carlos Vital me telefonou, e ele estava em apuros, disse: "Ah, Nolasco, eu já falei com o Guillobel, eu queria ver se embarcava um tenente Fulano de Tal, que está com um problema sério de família, eu queria ver se ele embarcava no *Almirante Saldanha*, mas eu sei o que é chefe de gabinete. E você tem influência, você pode apertar o Guillobel para ele nomear para embarcar no *Saldanha*, e eu estou agoniado com isso." Eu fui e disse a ele: "Pois é, Vital, você está agoniado por esse passo, e o almirante Guillobel está há tanto tempo agoniado com essa situação" - e disse a ele o que era. Ele disse: "Ele já está nomeado, já vou nomear para uma rua do Rio de Janeiro." [risos]

I.F.- Nós vamos fugir um pouquinho do que nós tínhamos combinado, Plínio, mas essa nossa conversa está me levando a levantar duas questões com o senhor - diferentes, mas

são duas coisas que eu gostaria de perguntar. Uma delas, sobre promoções: o que o senhor acha da reforma Castelo Branco? Aquela reforma que faz com que cada general só possa ficar quatro anos em cada posto, que com 12 anos é obrigado a ir para casa. Quais os motivos, quais os benefícios e quais as desvantagens?

A.A. - Eu acho o seguinte: que só traz desvantagens - meu ponto de vista pessoal.

I.F. - Desvantagens. E por que o senhor acha que ele fez essa reforma?

A.A. - Eu acho que ele fez essa reforma pensando no incentivo aos oficiais para fazerem a carreira, porque eles vislumbravam uma capacidade de acesso maior do que a que teriam se os oficiais se perpetuassem nos postos.

I.F. - Não foi para acabar com as lideranças dentro das Forças Armadas?

A.A. - Eu creio que não, eu creio que o interesse foi esse.

I.F. - Porque antigamente existia: a gente vê os nomes tipo Góis Monteiro, tipo Dutra, tipo Cordeiro de Farias...

A.A. - E na Marinha também.

I.F. - Na Marinha também, tem uma série de almirantes; na própria Aeronáutica, que é uma força nova, tinha o Eduardo Gomes e outros, que ficavam muitos anos em postos de comando e na carreira de general...

A.A. - Eles se sedimentavam excessivamente.

I.F. - Se sedimentavam, e tinha oficiais muito ligados a eles e muitos fiéis a eles. Ao passo que podendo ficar só quatro anos em cada posto, não dá tempo de formar uma liderança.

A.A. - Mas tem um defeito: é que há necessidade de formar um chefe, não é?

I.F. - Isso é que eu pergunto; então isso é vantagem ou não é vantagem - a liderança?

A.A. - Por isso é que eu acho... Em termos de Marinha, em termos militares, eu acho que o que devia haver era o seguinte: era o oficial não sair usando aritmética - chega a tantos anos, tem tal idade, vai embora. Então tinha que haver um elemento que julgasse quem é que devia ficar e quem não devia ficar. Podia ficar o mais velho e o mais moderno, embora ele tivesse mais condições de permanecer na força armada, do que outros que eram mais moços e estavam, digamos assim, pelo filtro, com mais chance de promoção. Acho que devia haver uma forma de aquilatar melhor a conveniência da Marinha e do Exército, de determinado oficial em vez de outro.

I.F.- Porque hoje os generais se reformam muito moços ainda, com uma vida ativa muito grande. O investimento do país nessas pessoas é muito caro, muito grande.

A.A. - Pois é. Então nós estamos, vamos dizer, criando um quadro de inativos altamente...

P.R.- Oneroso.

A.A. - Oneroso para a administração, e sem a vantagem, digamos, de beneficiar a classe pela manutenção de uns determinados indivíduos que se caracterizam com condições de chefia, de liderança etc.

I.F.- Porque eu vejo o caso do Cordeiro, que eu conheço bem. Foi um caso excepcional, mas o Cordeiro, com 52 anos, era general. Se tivesse...

P.R.- Menos, Ignez.

I.F.- Menos, 51, não é?

P.R.- O Cordeiro?

I.F.- Com 43! 43 anos - exatamente. Com 43 era general. Se estivesse já em vigência a Lei Castelo Branco, com cinqüenta e pouquinhos anos ele seria obrigado a ir para casa, com a carreira terminada. Um homem de cinqüenta e poucos anos está no auge da sua capacidade de trabalho.

A.A. - Trabalho e inteligência.

I.F. - Vai ficar em casa sem fazer nada, ou vai para a vida particular? Aí a gente vê essas críticas: "Ah, os ministérios estão cheios de militares em cargos civis; as multinacionais estão cheias de..., as estatais estão cheias." Eu pergunto: um homem com cinqüenta e poucos anos, reformado, vai ficar vivendo de pensão?

A.A. - Perfeitamente válido... Mas eu vejo o seguinte: aqui, por exemplo, uma coisa que eu considero importantíssima, antes de qualquer coisa, era o exame de saúde. Na Marinha americana e acho que no Exército americano, os oficiais-generais fazem um *check-up* violento.

I.F.- E', o senhor já nos falou sobre isso.

A.A. - Já contei. Todos os anos eles fazem isso, e aquilo é eliminatório - o oficial tem uma lesão qualquer, vai embora. Aqui não há, não; pelo menos, pelo que eu saiba, nunca houve no meu tempo, pode ser que agora esteja havendo, mas eu não tive conhecimento disso - não se faz um exame rigoroso de saúde para os oficiais-generais. E no tempo em que eu estava na Marinha, por exemplo, o almirante Guillobel era chefe do Estado-Maior, e foi transferido para a reserva por causa da idade. Então ele me dizia: "Pois é, eu vou para casa por causa da idade, mas tenho as minhas funções físicas perfeitamente corretas etc. Agora, eu vou ser substituído..." Ele já tinha sido dispensado, e ia ser... "Vou ser substituído por um oficial que não pode subir as escadas do Ministério." E era fato: esse oficial era altamente cardíaco, não podia nem subir a escada do Ministério; ia ser chefe do Estado-Maior da Armada, porque era mais moço, tinha menos tempo de Marinha do que o almirante Guillobel.

I.F.- Mas eu lhe interrompi e o senhor não pôde nos explicar mais detalhadamente o que o senhor pensou da Lei Castelo.

A.A. - Eu digo, eu acho que a Lei Castelo... O que eu vi na Lei Castelo foi o rejuvenescimento, a manutenção dos quadros rejuvenescidos, permitindo aos oficiais poderem chegar ao posto de oficiais-generais tranquilamente. Tenho a impressão que o ponto de vista foi esse. Porque mesmo o general Castelo Branco, ele devia ter ouvido aqueles oficiais, ministros auxiliares dele, digamos assim, essa angústia de certos oficiais, porque não tinham praticamente condições de acesso que permitisse aspirar chegar ao generalato. Isso era muito corrente: "Ah, se eu ficar na Marinha não vou chegar mais a isso, então vou me embora" e por aí. Havia esse raciocínio. Agora, pode ser que tenha juntado a fome com a vontade de comer, também. Não sei o que estava na cabeça dele. Mas é possível que haja esse inconveniente, mas eu tenho a impressão que se há esse inconveniente, deve haver outras formas de corrigir. Porque há o inconveniente também de não sedimentar certos chefes. Não se formam lideranças nos oficiais-generais... O oficial entra para o almirantado, ou para o generalato, e dois anos depois ele está indo embora. Depois tem o seguinte: oficiais que são promovidos... É doloroso: oficial promovido a contra-almirante, por exemplo, um ano depois, dois anos depois, ele vai embora. Então que serviço ele prestou? Um chefe do Estado-Maior... A chefia do Estado-Maior, o Estado-Maior é o cérebro de uma força armada. A chefia do Estado-Maior é uma coisa que precisa uma continuidade muito grande, uma tarimba muito grande, e um chefe do Estado-Maior deve permanecer muito tempo. Como os oficiais que servem no Estado-Maior. É o cérebro de uma corporação militar. O Clausewitz dizia: "É preciso preparar o cérebro que vai comandar as ferramentas antes dessas." Isso é do Clausewitz, que era um grande estrategista, foi um grande chefe, era um chefe militar alemão. Ele é que declarou que a guerra era a continuação da política por outros meios.

I.F. - Porque existe, dentro das Forças Armadas, uma noção de obediência muito grande. O oficial obedece ao chefe. Deve ser muito mais fácil obedecer ao chefe com quem ele tem afinidades, com quem ele já teve um contato mais longo, que é um líder, do que obedecer a um chefe que ele não conhece.

A.A. - Que ele desconhece; ele obedece só por causa do regulamento. Mas o chefe não se sedimentou na admiração dele.

I.F.- Exato.

P.R.- O almirante Maximiano nos citou aqui dois exemplos, eu não sei se a Inês se lembra. Foi na marinha soviética e na Marinha norte-americana. Tanto o comandante-em-chefe da Marinha norte-americana, quanto da Marinha soviética, são permanentes, são indivíduos que são altamente gênios, e ele citou até o nome deles. E restaurou a Marinha russa que não existia.

A.A. - [Gorscheskov]¹

P.R.- É isso.

A.A. - Eu tenho um trabalho...

¹ Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

P.R. - E o outro foi por decisão do congresso americano, que é um americano de ascendência polonesa, se não me engano.

A.A. - É o... Ora, como é o nome dele?... Esse almirante não é chefe da Marinha americana hoje, mas ele até hoje - está com oitenta e tantos anos - está na Marinha americana. Ele é que bolou o submarino atômico. [Recover]², almirante Recover. É altamente conhecido, do tempo que eu era da Marinha; até hoje se conhece o almirante Recover. Ele é que planejou e bolou o submarino atômico. E certa ocasião houve um fato muito interessante. Esse almirante Recover, como certos indivíduos de grande cerebração etc., altamente superdotado, e uma ocasião um repórter foi entrevistar o chefe de operações navais, que eles chamam C.N.O., o quê que achava do Recover que ainda estava na Marinha americana. Mas esse almirante Recover era um cidadão altamente displicente, largado na sua aparência externa, tudo isso, e em questões possivelmente de hierarquia, ela não... Era meio filósofo na sua interpretação de vida. Então esse chefe de operações navais disse ao repórter: "Olhe, devemos dar graças a Deus por ter tido um Recover, e devemos agradecer por não ter mais de um."

I.F.- Está ótimo! Plínio, terminou sobre isso?

P.R.- Já.

I.F. - Outra questão que a nossa conversa me levou a pensar: o senhor, que quando moço acompanhou o presidente Vargas, e que depois teve cargos de ministro, enfim, teve altos cargos. Existem sempre, cercando o poder, determinadas pessoas que têm como função auxiliá-los. Até que ponto essa função de auxiliá-los extrapola por um isolamento do chefe, não levando a verdade, com a intenção de protegê-lo, talvez, mas deixa-o um pouco isolado das necessidades do país?

A.A. - Isso é um problema.

I.F. - O senhor sentiu isso? Porque às vezes não levam notícias desagradáveis para proteger a pessoa; no entanto ele está num cargo que precisa saber de tudo.

A.A. - Quando eu fui ajudante-de-ordens, eu não senti muito isso. Agora, na segunda vez em que ele governou, eu senti que realmente havia um zelo de proteção, não sei se por interesses pessoais... porque o que eu senti... Em síntese, o que eu senti era o seguinte: no governo, quando eu fui ajudante-de-ordens dele, até ele ser deposto, nós estávamos lá no gabinete para servir a ele, e eu tinha a sensação - pode ser que eu esteja errado -, mas a minha sensação é que no segundo governo dele uma série de elementos estava ali para se servir dele, e não servir a ele. Porque a obrigação do auxiliar é servir ao chefe, e não ser servir dele. E eu sentia... O presidente havia dito que com o povo ia subir as escadas do Catete. Nunca mais o presidente apareceu, nunca mais o presidente andou sozinho pela rua...

I.F.- E as próprias notícias, quando chegam filtradas, isolam muito o...

A.A. - Muito prejudicadas.

I.F.- Exato; quer dizer, tem um interesse pessoal...

² Nome mais aproximado do que foi possível ouvir.

A.A. - Eu fui ajudante-de-ordens do presidente Vargas, ele chegava e dizia assim: "Bota o paisano e vamos sair."

I.F.- Bota o...

A.A. - O paisano. Porque ele tinha cursado a Escola Militar, ele tinha um linguajar meio de militar. "Bota o paisano e vamos sair." Várias vezes. E saímos e ele ia à paisana e andava pela cidade etc. Quando percebiam que era ele e começavam..., ele pegava um táxi e vinha embora. Mas ele mandava eu ir à paisana justamente para não chamar atenção. Um dia chegou na chapelaria Alberto, comprou um chapéu tranqüilamente, foi embora de mão no bolso... Ele tinha um dentista ali num prédio, o edifício Lafont, ali na rua Santa Luzia em frente ao Clube Militar; tinha um prédio muito bonito, depois tinha um terreno grande atrás. Ele ia muito a esse dentista lá, tratar dos dentes, era comum eu sair com ele. Outras vezes saía... Uma ocasião fomos até a igreja da Penha, ele ia subir a escadaria da igreja da Penha, aí apareceu um padre, reconheceu que era ele. Então tinha lá um trenzinho, então ele entrou no trenzinho e subimos a escada à pé. Ele fazia coisas desse tipo.

I.F.- Porque eu concordo que, tanto o ministro, como o presidente, não podem viver o dia-a-dia, não têm tempo, mas ele precisa de assessores que lhe mostrem a realidade do país.

A.A. - Ele precisa ser permeável à opinião pública, tudo isso. E o presidente saía, tinha gente que pedia coisas a ele, mandava tomar notas, ele... auscultava mais. Depois que ele reassumiu, a situação ficou..., ele ficou muito fechado, e eu tive... Já contei aqui, creio eu, que uma ocasião fui lamentar a situação que estava à Alzira, e ela me disse: "Tu pensas que o palácio do Catete de hoje é aquele do nosso tempo?" Quer dizer, ela também sentia que o presidente não estava tendo uma assessoria à altura das necessidades. Todo mundo queria impedir o acesso de outras pessoas ao presidente da República.

I.F. - E Brasília, nisso tudo?

A.A. - Hein?

I.F.- Brasília, nessa questão de isolamento, o que o senhor acha?

A.A. - Eu não sei, porque Brasília, eu só fui lá como ministro da Marinha. Eu acho que a idéia da centralização da capital, justamente quando o Juscelino resolveu fazer Brasília para cumprir uma promessa de campanha eleitoral, a idéia era que situando o governo em Brasília, ia afastar das perturbações, perturbações militares etc., dos movimentos de... Mas não adiantou nada, não é? Porque Brasília continua... O Brasil continua respirando por dois pulmões: é Brasília e Rio de Janeiro e São Paulo, não é verdade?

I.F.- É.

A.A. - De modo que não tem... essa idéia de acabar com os movimentos revolucionários no Brasil não vingou, não vingou, porque os meios de comunicação hoje são todos muito amplos, a respiração é aérea, não é mais de telefone, nem de telégrafo.

I.F.- Mas o senhor acha que Brasília ajuda o isolamento do governo, ou não?

A.A. - Um pouco, um pouco, ajuda um pouco. Torna os ministros com mais capacidade de trabalhar, porque há uma porção de coisas que a gente que reivindica tem que ir a Brasília, senão não resolve, e a ida para Brasília é demorada e cara. De modo que dá mais capacidade aos ministros de pensarem em termos de administração. Eu não senti muito isso porque Brasília ainda estava... era 50% da administração. Eu passava três dias em Brasília, três ou quatro dias aqui no Rio, vivia na ponte aérea, para lá e para cá, ara lá e para cá, porque parte do comando estava aqui e tinha um escalão menor lá. Embora eu fizesse muita força para construir, justamente para botar todo o primeiro escalão lá. Mas não estava. Mas acho que os ministros ficam mais livres para resolver seus problemas.

I.F.- Eu concordo, mas a minha pergunta é o seguinte: o fato de ser uma cidade administrativa, onde a maioria da população vive em função do governo...

A.A. - Funcionário público etc.

I.F.- Eu digo: esse isolamento não filtra as notícias, quer dizer, não vão chegar aos ministros e ao presidente só as coisas que interessam aos seus subordinados levar a ele? Quer dizer, não vive no torvelinho da cidade grande, ele não vive o dia-a-dia.

A.A. - Eu acredito que dificulte o sistema, Brasília fica mais impermeável a essa...

I.F. - Eu pergunto se as pessoas que estão com o poder não ficam vivendo fora da realidade do país...

A.A. - Acredito que sim.

I.F.- ...pelo fato de morarem isolados e de terem essas pessoas que os cercam, e que servem de muralha para as notícias.

A.A. - Mas é todo o governo, inclusive o parlamento.

I.F.- Exato.

A.A. - Todo ele eu acho que perde muito em participar da opinião geral do país, acho que perde.

I.F.- Porque eu acho o seguinte: um ministro que tiver vontade de saber tudo o que se passa, ele vai aos comandos... Por exemplo, o senhor como ministro da Marinha: o senhor tinha os seus assessores, de sua confiança, mas poderia ter acesso a outros. Mas um ministro que se isole, e que só receba as notícias filtradas pela sua assessoria direta, pode escapar à realidade do país.

A.A. - Ele é prejudicado na parte, digamos, de informações; ele fica com informações mais precárias. Isso eu acho que fica.

P.R. - O senhor não acha que essa mudança de comportamento do presidente Vargas no segundo governo, em relação ao primeiro, não teria sido também uma consequência do fato de que o país havia mudado? Por exemplo, o primeiro governo era um regime ditatorial, não havia outros canais de comunicação entre o presidente e o povo, a não ser realmente o contato direto. Em segundo lugar, nessa época não havia ainda a televisão. Já no segundo governo, ele encontra uma situação inteiramente diferente: encontra um congresso aberto, uma imprensa livre e hostil, uma oposição violenta. E foi exatamente o início da televisão como veículo de comunicação de massa.

A.A. - A televisão era muito precária naquela época.

P.R.- Em 52, 53...

A.A. - O serviço jornalístico etc. era muito deficiente. Se retroagirmos no tempo, vemos que o serviço de televisão, essa parte que eu considero muito boa de órgão de informação... A televisão tem repórter por todo lado, tem todos os recursos para transmitir, para levar a gente aos locais.

I.F. - Sim, mas já tinha um Carlos Lacerda se utilizando da televisão.

A.A. - Tinha, tinha, mas era raro isso. A política dos órgãos de televisão, nessa parte de divulgação de notícias, era muito reduzida, era mais cinema e aspectos de teatro etc., enfatizava mais isso. E creio que inclusive como fonte de renda, para veicular os anúncios, não é? A parte de acontecimentos da vida, o pessoal ainda estava muito bitolado com relação..., orientado para a leitura de jornais.

P.R.- Sem dúvida nenhuma.

A.A. - Isso é o que me parece. A televisão era fraca na enunciação...

[FINAL DA FITA 20-B]

A.A. - ...na enunciação desses problemas todos de opinião pública. Hoje não, hoje a gente sabe de... ela entra por lugares que a gente nunca entraria. Eu assisto coisas em televisão que eu nunca saberia. Naquela época não era assim, não tinha penetração.

I.F.- O rádio era mais forte.

A.A. - O rádio era mais forte até.

I.F.- Mas voltando ao Plínio.

P.R. - Era isso: se na realidade não havia... Se o presidente não sentiu essa diferença entre o estado autoritário em que viveu como sendo o homem de comunicação direta com o povo, porque não havia outro veículo de comunicação...

A.A. - Mas ele não tinha mais comunicação com o povo no segundo governo dele. Ele não saía, não ia praticamente a lugar nenhum que tivesse contato, que visse as pessoas chegarem: "Presidente, uma cartinha aqui, tem isso, tem aquilo." Não havia; isolavam completamente o presidente.

P.R.- Mas isso tem uma interpretação, deve ter uma causa, o senhor tem alguma idéia?

A.A. - Eu acho que a causa era essa: era um excessivo rigor de preservação da pessoa do presidente, uma compreensão errada do que era um regime democrático etc. Queriam proteger o presidente. Eu sou mais... malicioso nisso, eu tenho a impressão que o isolamento era para se servir do presidente, para que ele não soubesse de certas coisas etc.

I.F.- Isso através do ministério?

A.A. - Não, através do gabinete do presidente. Eu acho que o gabinete do presidente, que era o elemento que o cerca 24 horas por dia, não tinha a formação que tinha no tempo em que eu servia no gabinete.

I.F. - Agora, nós tínhamos combinado de conversar com o senhor o seguinte: a diferença que o senhor percebe entre o governo Getúlio, o primeiro, que o senhor acompanhou, que terminou em 45; uma fase de redemocratização do país com o presidente Dutra, onde ele precisou se utilizar dos partidos, onde os ministros não são escolhas pessoais, dependem dos jogos políticos e interesses políticos, onde existe uma Câmara e um Senado com oposições violentas, com apoios fortes. Quer dizer, essa transformação do país foi em benefício, ou o senhor acha que teve coisas negativas também?

A.A. - Bom, a transformação...

I.F.- Que depois vai refletir no segundo governo Vargas, porque ele teve que ter um governo completamente diferente.

A.A. - A senhora está falando...

I.F. - A transformação do país, do Getúlio para o Dutra, e depois continuando com o Getúlio. Quer dizer, essa mudança, tendo que conviver com os partidos políticos, com Câmara, com Senado, com interesses pessoais - a própria escolha do ministério não era só uma escolha pessoal.

A.A. - Não.

I.F.- Dependia dos partidos, dos jogos políticos.

A.A. - Dos acordos.

I.F. - Dos acordos. Como é que o senhor vê isso em benefício do país?

A.A. Eu vejo com otimismo, eu acho que o regime democrático pode ser ruim, mas não há outros melhores. Então essa transformação é uma necessidade para nós nos

considerarmos futuramente adultos - porque ainda não somos. Porque eu ainda acho que nós somos uma democracia com poucos democratas, porque democracia não se faz por decreto, democracia se faz por estado de espírito. Então nós não somos democratas ainda; a gente vê nos acordos dentro dos partidos etc.: ninguém quer ser derrotado, ninguém aceita a derrota, ninguém aceita a maioria, há sempre algum jeito de espirrar pro lado de lá para... Não há consciência democrática, não há. Agora, eu acho que nós temos que caminhar para lá, e não caminhar para o outro lado. De modo que eu vejo esses movimentos, essa sucessão de acontecimentos, eu acho que são úteis ao governo, são úteis à administração, são úteis ao Brasil. Porque a nossa aspiração deve ser a democratização plena, completa. Porque nós não temos ainda um regime eminentemente democrata, porque nós não temos democratas, nos escalões necessários, suficientes para fazer ela se tornar digna de crédito. Tem uma porção de gente que fala em democracia, mas não acredita. É como o negócio de religião católica: todo mundo é católico no Brasil. Mas professar a religião católica, não é todo mundo. "Religião, não sei o quê?" "Católica." "Mas vem cá, você sabe o que é missa, foi à missa, você pratica?" Não, isso não, isso não é comigo." Mas a religião aqui é católica. O americano tem na... Como é que se chama?

P.R. - Constituição?

A.A. - O americano, na Constituição, começa assim: "Nós somos um povo religioso, um povo que tem fé" etc. Começa assim. Nós não podemos botar. Nós temos o dia de dar graças a Deus, que eu me lembro - achei muito espírito de Vargas neto. Porque os americanos têm isso há muito tempo, e nós, o Congresso resolveu criar o dia de graças a Deus, não sei o quê. E o Vargas Neto, que era deputado, disse: "Eu acho isso..., sou contrário a isso, em absoluto. Nós temos que criar o dia de Deus nos acuda." [risos] Foi essa a sugestão do Vargas Neto. Porque ele achava que os americanos tinham tudo, estava tudo um esplendor, então podiam dar graças. Mas nós, tomara que Deus nos acuda! Isso é do Vargas Neto, que era um homem muito espirituoso, poeta, escritor etc. Grande apreciador de futebol, teve grande atuação aí em certos clubes. Eu gostava muito de conversar com ele.

I.F. - Mas o Dutra soube conviver com a Constituição, com os partidos, tudo isso?

A.A. - Quem?

I.F. - Dutra. Porque diziam que ele vivia com o livrinho do lado, não é?

A.A. - Ele vivia com o livrinho. Agora, eu acho isso: a gente pode viver com o livrinho e ter mau jeito, não é? O livro é muito útil para a gente ler; agora, o resto tem que ter o jeito. É o sujeito que queria fazer sonetos; o poeta ensinou a ele; "Tem que fazer assim, tem que rimar assim, o soneto é assim." Ele foi para casa, fez... E depois voltou e disse: "Mas eu fiz, eu quis fazer, mas não sai um soneto que presta!" Então, agora precisa ter talento, não é? [risos] Então é o caso do livrinho: não basta só ser cumpridor de rotina, não é? Precisa ter talento para discernir as coisas e orientar de acordo com a orientação dos interesses nacionais.

I.F. - E o senhor acha que para o Dutra faltou talento?

A.A. - Eu acho que o Dutra era um sujeito meio desajeitado, acho que ele financeiramente etc..., essa parte política do governo dele foi muito fraca. Mas, de qualquer jeito, era um homem em que se podia confiar, porque a lei ele procurava fazer cumprir direitinho. Mas ser presidente da República não é unicamente um... É preciso ser um estado de [inaudível] não é só cumprir lei. Então até eu acabo que o computador resolve esse problema.

P.R. - O que o senhor acha do movimento que surgiu em 49 em torno da volta de Getúlio? O senhor foi favorável à volta dele? Em 1950?

A.A. - Eu fui. Fui favorável, ele ia concorrer de acordo com o voto, era uma democracia, estava estabelecido o regime democrata, ele não tinha sido cassado nem nada, tinha direito. Então eu achava que ele tinha direito de se candidatar e...

I.F. - Sim, mas o senhor, como amigo dele, achava que ele tinha direito, ou o senhor achava que ele devia voltar?

A.A. - Eu achava temerário. Achava temerário porque sabia que ainda existia uma área de rancor muito grande etc. e com grande força já, com grande peso na administração nacional.

I.F. - É porque existia uma campanha ferrenha contra o Getúlio em determinado grupo, não é?

A.A. - E', havia. Havia os elementos que tinham sido superados pela situação. Porque quando se começou a fazer a prospecção da área etc., eles começaram a sentir que o nome de Getúlio Vargas era um nome que tinha uma grande ressonância na opinião pública. Tanto que o PSD, na ocasião, que tinha que defender o seu candidato, os elementos que iam colher os votos, como eu me lembro do Augusto Amaral Peixoto, ele me disse: "Nós não conseguimos, na eleição, botar o nome do Cristiano Machado." Porque o povo todo, o eleitorado todo: "Não, presidente é Getúlio Vargas." E ele teve aquela votação muito grande para a época, não é? Embora depois da deposição dele houvesse aquela corrente de desmoralização da pessoa dele etc., mas a população não assimilou aquilo. Grande parte da população não assimilou. E o fato é que grande parte da população votou nele.

I.F. - O senhor então, como amigo pessoal, estava temeroso...

A.A. - Eu achava temerária a volta dele. Evidentemente todo o mundo quer... Eu acredito que ele tivesse vontade de voltar para mostrar que ele tinha saído contra a vontade da maioria, embora o regime fosse ditatorial ou coisa que o valha. Mas ele queria provar que ele tinha a maioria de elementos, de brasileiros a favor dele.

I.F. - Agora, no começo, em 30, ele foi colocado por um golpe, uma revolução, não é?

A.A. - Foi.

I.F. - E ficou sem ter sido eleito pelo povo, até a sua queda em 45. Em 51 ele volta eleito pelo povo, não é? Eram outras condições. Quer dizer, então, no primeiro governo, ele prestava serviço ao povo porque ele quis prestar. Em 51 ele passou a ter um

compromisso maior com o povo no momento em que foi eleito. O senhor acha que isso pode ter influenciado no comportamento dele como presidente, essa diferença?

A.A. - Essa diferença? Mas o comportamento dele... Eu não estou entendendo bem.

I.F. - No momento em que ele tinha... No governo autoritário...

A.A. - Autoritário.

I.F. - ...ele tinha liberdade total. Depois ele foi escolhido pelo povo.

A.A. - Pelo povo, certo.

I.F. - Ele tinha que prestar contas ao povo através da Câmara, Senado, que também tinham sido escolhidos pelo povo. Ele então tinha um compromisso maior com as pessoas que o elegeram e com os que elegeram os deputados e os senadores, que eram seus representantes. Essa mudança fez com que o comportamento dele em relação ao governo ficasse... Quer dizer, o inibiu mais, o segurou mais em determinados momentos, ou o atirou mais, avançou mais...?

A.A. - Eu acho o seguinte aí: eu me lembro de conversas com o almirante Guillobel, ele achava, ele sentia que a Constituição tinha sido altamente liberal para certas providências que precisavam ser tomadas, no sentido da administração geral. E ele dizia - presidente Vargas ao almirante Guillobel disse: "Eu creio que vou ser o último a governar com essa constituição, porque ela está traçada de uma forma que a gente fica peiado para fazer uma série de coisas etc., é contrariado numa série de desejos, porque ela está liberal demais." Ele achava isso.

I.F. - Isso quando?

A.A. - No segundo governo, depois de ele eleito, Ele se queixava da Constituição, dizia que a Constituição era excessiva para nossa formação, para a formação que nós tínhamos ainda, com pouco conceito democrático etc. Isso o almirante Guillobel me contou várias vezes.

P.R. - Mas aí, almirante, aí cabe uma observação. No segundo governo, apesar de todas essas dificuldades, as reações, as realizações do governo Vargas... Isso foi uma pergunta que eu fiz ao presidente Tancredo Neves e ele concordou plenamente, e até explicou isso bem. As realizações do governo Vargas foram muito maiores do que nos 15 anos de ditadura. Porque se o senhor verificar bem, nos 15 anos, as realizações se limitam mais ou menos a Volta Redonda e à legislação trabalhista, não tem muito mais do que isso. Mas, no segundo governo, o senhor tem a Petrobrás, tem a Eletrobrás, tem o Banco do Nordeste, tem o Banco da Amazônia, tem o BNDE, tem o Serviço Social Rural, tem o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, enfim, tem o Conselho Nacional de Reforma Agrária... Quer dizer, tem uma infinidade de medidas administrativas que foram tomadas e que inclusive serviram de ponto de apoio para o Juscelino deflagrar o programa de metas dele. Como era o caso, por exemplo, de uma subcomissão que o almirante Lúcio Meira presidia no tempo do Getúlio ainda, de jipes, caminhões e tratores e não sei mais o quê, que foi realmente o embrião da indústria automobilística. Quer dizer, então, na realidade, a gente verifica o seguinte: que a oposição, a violência

da imprensa, o aspecto liberal da Constituição, nada disso realmente impediu que ele fizesse uma administração, e que não teve aquela projeção que teve no Estado Novo exatamente porque o Brasil estava enfrentando um período de crise - o período de guerra fria, uma hostilidade internacional, um período inflacionário, que estava dificultando realmente uma popularização maior do presidente, que só foi realmente readquirida com o suicídio, não é?

A.A. - Mas aí é o seguinte: ele, quando estava no segundo governo dele, eu acho que o apoio no congresso dele era muito fraco. Porque ele tinha que ter defesa contra a agressão que se movia contra ele. Porque a defesa é importante: ninguém pode ser atacado sem se defender; ele não tinha defesa. Eu, nesse ponto, acho que o Capanema era fraquíssimo, fraquíssimo. O Capanema era incapaz de levantar a voz para defender, para criar uma atmosfera, um ambiente pelo menos de neutralidade, de neutralizar as ações de tendência a destruir a personalidade do presidente da República. E daí é que possivelmente criou o ambiente e a idéia dele, a imaginação, de que outro presidente não poderia governar com aquela constituição, que ele seria o último. E realmente parece que foi, não é?

P.R. - Depois teve o Juscelino.

A.A. - Não, depois ele foi deposto...

I.F. - Não, nós estamos falando no segundo governo.

A.A. - No segundo governo, pois é. Ele foi deposto, depois eu não sei se mudaram a Constituição, não tiveram...

I.F. - Não, ele não foi deposto, ele se suicidou.

A.A. - Ele suicidou-se, já estava deposto praticamente.

P.R. - Para evitar a deposição.

A.A. - Mas eu acho, tenho a impressão essa: que ele censurava muito a Constituição. Embora as realizações dele fossem maiores etc., talvez ele pensasse em realizar coisas superiores ao que ele tinha realizado.

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que ele já estava deposto mesmo, não tinha mais chance dele ficar.

A.A. - Ah, não tinha mais chance; com a situação que se criou, não tinha. Não tinha porque... Eu não sei se já contaram aqui - a idéia da deposição já estava na cabeça inclusive do Zenóbio. Eu vou contar um fato aqui, que eu não sei se é do conhecimento de todos, mas isso o almirante Guillobel me contou. A crise estava... Tinha irrompido a crise e o Zenóbio convidou o almirante Guillobel para se juntar com ele lá no gabinete do ministro da Guerra, para os ministros tomarem um plano de operações para ver o quê que poderiam fazer para contornar a crise. O almirante Guillobel prontamente aceitou e foi lá para o Ministério do Exército - hoje. Chegou lá. Quando entrou, encontrou o Eduardo Gomes e o Juarez Távora, que não tinham função nenhuma no ministério, e não encontrou o Nero Moura. Aí perguntou ao Zenóbio: "Mas e o Nero Moura?" Diz:

"Ah, o Nero Moura já não é mais ministro." E ele disse: "O quê que fazem aqui o Juarez e o Eduardo Gomes?" "Ah, eu convidei porque nós temos que tratar de outros assuntos etc." Bom, na mesa, na reunião, o almirante Guillobel defendendo a figura do presidente Vargas, e a horas tantas vira-se o Eduardo Gomes, se não me engano - não sei se foi o Eduardo Gomes ou o Juarez -, virou-se e disse: "Mas nós não podemos estar todo dia, toda a vida a defender o Getúlio Vargas etc." E o almirante Guillobel foi e disse assim: "Eu também não vim aqui para ficar com os 30 dinheiros de Judas. Então não tenho mais nada que fazer." E aí encerraram a reunião etc., e ele foi embora. Mas a declaração do almirante: "Não vim aqui para receber os 30 dinheiros de Judas."

I.F. - E o pior é que nós estivemos entrevistando o almirante Nero Moura, e ele disse que não esteve demitido - ele ainda era ministro.

A.A. - Pois é, mas o Zenóbio...

I.F. - Disse que ele estava demitido. E ele não estava ainda.

A.A. - Quer dizer, a reunião foi para juntar a Marinha, o Exército, para sair dali uma declaração militar concretizando a deposição do presidente Vargas. Como aliás aconteceu na Argentina: o ministro do Exército lá, que era o Ramírez, foi quem assumiu o governo quando foi deposto o Castillo, que era presidente da República. Mas o Zenóbio não procedeu bem naquela conjuntura.

I.F. - Falando em Zenóbio, como é que o senhor viu a escolha dos ministros militares nesse segundo governo Vargas?

A.A. - Eu lamentei profundamente. Não foi o Zenóbio, não.

I.F. - Não, eu digo todos os ministros militares.

A.A. - Os ministros militares...

I.F. - Que foram vários: no Exército...

A.A. - Eu acho que o ministro do Exército devia ser o Dennys. Eu escolheria o Dennys, se pudesse dizer qualquer coisa, escolheria o marechal Dennys. Na aeronáutica, eu acho que era muito desagradável a Força Aérea receber o Nero Moura, apesar do grande mérito dele, a consideração que eu tenho de... - eu me considero amigo pessoal dele - mas acho que a situação dele, ter sido transferido para a reserva...

I.F. - Essa questão do Nero Moura é uma coisa que também nunca ficou muito clara para mim, embora eu tenha a maior admiração por ele; sei que ele era amicíssimo do presidente Vargas.

A.A. - Era, muito ligado.

I.F. - Foi um grande oficial da Aeronáutica. Mas, na realidade, foi uma força criada por Getúlio Vargas, - o Ministério da Aeronáutica foi criado por ele.

A.A. - Foi.

I.F. - Ele teve o bom senso de, no começo, colocar um ministro civil aparando as arestas entre Exército e Marinha. Quando ele volta, ele vai escolher um amigo pessoal dele, num posto de coronel e reformado, passando por cima de grandes nomes que estavam na ativa. Por que isso?

A.A. - Eu acho que o que houve..., ele foi influenciado. Eu acho que foi influenciado por um certo espírito de revanchismo. Como o presidente Vargas tinha ganho a eleição, então vamos à forra - esses assessores que querem se servir da coisa. Então escolheram, indicaram o Nero Moura. Como o presidente tinha um carinho muito grande pelo Nero Moura, naquela conjuntura, naquela coisa, acabou...

I.F. - Esse revanchismo então, o senhor acha, não seria do presidente.

A.A. - Não do presidente.

I.F. - Dos assessores dele.

A.A. - Não, acho que era de assessoria, porque ele tinha que ouvir uma série de assessores. Por exemplo, o marechal Denys era um homem que eu considerava altamente indicado para assumir a pasta. Porque era um oficial que tinha liderança no Exército, que tinha respeito, que tinha noção de direção do Exército etc. e era amigo do presidente. De modo que fiquei surpreso quando apareceu o nome do Estillac Leal. E o Estillac Leal, embora fosse homem de grandes méritos intelectuais etc., acho que militarmente ele deixava muito a desejar na sua conduta. Era um homem muito, digamos assim, muito liberal para uma força armada. Força armada a gente pode... A democracia existe, a força armada existe, mas a gente tem que tratar com um certo cuidado, com umas certas exigências, os subordinados. Não se pode folgar a escuta - como nós dizemos, um termo de Marinha - abrir a voga etc., no meio militar. Não dá, a hierarquia é uma coisa que precisa ser perfeitamente preservada, com todos os contratempos. Para isso nós entramos para a força armada com 16, 17 anos - foi a idade que eu entrei -, para ser moldado no regime da obediência, de não discutir, de aceitar as situações como vindo de superiores etc. De modo que a gente não deve transigir na disciplina. Eu prendi o meu colega e fraterno amigo Sílvio Heck, prendi três vezes com prisão rigorosa, embora meus assessores dissessem: "Mas vai dar cartaz a ele, isso vai dar cartaz, porque ele quer manchete de jornal." Eu digo: "Eu não penso em termos de cartaz na profissão. O marinheiro vai ver que o general, um oficial-general, se indisciplina e não acontece nada; com ele, ele vai para o livro de contravenções, é punido e é preso. E a gente tem que dar o exemplo é por cima: prendo tantas vezes eu considerar que ele se insubordinou." Prendi três vezes com prisão rigorosa de dez dias cada uma. E não me arrependi e hoje ele me abraça e me dá razão.

I.F. - E quem foi o padrinho, vamos dizer assim, do Estillac? Foi o Clube Militar?

A.A. - Eu não sei quem foi. Eu sei o seguinte: eu tenho a impressão que o presidente..., as muletas do presidente sempre foram o Ministério do Trabalho e o Exército, e ele sempre teve essas muletas muito bem postas, muito bem arrumadas - Ministério do Trabalho sempre foi o forte dele no outro governo etc., e o Ministério do Exército também. No segundo governo ele mudou três vezes o ministro do Exército...

I.F. - E foram os ministérios que deram mais problemas para ele.

A.A. - Mudou três vezes os ministros, porque não tinha os ministros à altura. Mudou três vezes o ministro da Guerra e três vezes o ministro... Entrou de Danton Coelho para ministro do trabalho. Não tinha condição para ser ministro do Trabalho. Agüentou um tempo, muda, bota outro ministro do Trabalho, depois bota outro. Em três anos, três ministros de funções...

I.F. - As muletas estavam meio capengas, não é?

A.A. - ...de funções chaves. Era uma muleta quebrada, não é? Mudar os dois postos de apoio do presidente da República, que na época eram o ministro do Exército e o ministro do Trabalho, que a massa toda trabalhadora... Ele muda três vezes! Não se pode estar mudando ministro a toda hora! E foi o que fez o fracasso dele. A classe proletária, operariada, só se ergueu quando ele morreu. Quando ele morreu é que aquele proletariado todo veio à tona com manifestações de pesar etc. E o Exército, três ministros em três anos!

P.R. - Na Marinha o caso foi diferente, não é? Porque na Marinha ele manteve o mesmo ministro do princípio ao fim, não é?

A.A. - Na Marinha manteve o ministro, que foi o almirante Guillobel.

P.R. - Quer dizer, a Marinha não teve crises realmente.

A.A. - Não teve crises, embora houvesse gente contra ele, mas não teve crise. Agora, no Exército deu-se a situação de...

P.R. - Na Marinha, quem liderava a oposição ao presidente Vargas era o almirante Amorim do Vale, não era?

A.A. - Ah, era. Embora fosse tido como grande amigo dele, mas ele era ligadíssimo ao... O Távora e o outro, como é o nome? Os dois.

P.R. - Eduardo Gomes.

A.A. - Eduardo Gomes. De modo que ele era inflamado contra o presidente Vargas.

P.R. - E o almirante Salalino Coelho também.

A.A. - Salalino Coelho, menos. De ação maior era o Amorim do Vale. E que foi ministro, porque o Juarez queria que fosse ele. Porque o Café Filho mandou... Primeiro quis que o almirante Guillobel continuasse; o almirante Guillobel disse que não continuaria de jeito nenhum, que não tinha condições, que não podia continuar, que de jeito nenhum aceitava a recondução. Então o Juarez telefonou para o almirante Guillobel, que o Café Filho pedia ao almirante Guillobel que indicasse um oficial-general para assumir o Ministério. O almirante Guillobel disse que qualquer um podia assumir o Ministério etc., mas que ele não podia dar indicação. O Juarez depois insistiu umas duas ou três vezes, o almirante Guillobel se negou. Vendo que a insistência era grande, ele indicou o almirante José Espíndola - aliás, uma ótima indicação, faleceu há

pouco tempo; foi encarregado da nossa turma a bordo do *Minas* quando ele era capitão-tenente. E o Juarez recebeu aquela indicação e depois então voltou e sugeriu ao almirante Guillobel o Amorim do Vale. Aí o almirante Guillobel sentiu a coisa, disse que ele queria mesmo era o...

P.R. - O Amorim do Vale?

A.A. - Foi, e o apoio do almirante. "Ué, pode nomear, eu não faço restrição nenhuma etc." E assim é que foi o Amorim do Vale ser indicado para ministro da Marinha.

P.R. - Existia um outro forte opositor ao presidente - na Marinha também -, que era o almirante Ernesto de Araújo, que se não me engano era comandante da Escola Superior de Guerra, não é?

A.A. - O Ernesto de Araújo saiu depois daquele negócio da Escola Superior de Guerra. Mas eu não estava aqui no Brasil e não soube dessa influência. Soube desses casos que o almirante Guillobel contou: dessa situação do Juarez, a demonstração do Juarez que queria ver um jeito de nomear o Amorim do Vale, que era unha e carne com ele.

P.R. - Houve um atrito muito sério na última reunião do Catete - o senhor não estava aqui, mas provavelmente já ouviu dizer - entre o almirante Guillobel e o general Zenóbio.

A.A. - Eu não... Parece que ele diz qualquer coisa no livro dele, eu não me lembro, mas houve qualquer desentendimento. E o almirante Guillobel parece que disse: "É, mais uma vez os seus generais traem Vossa Excelência."

P.R. - Exatamente. No governo Café Filho, o senhor continuou como adido na Espanha?

A.A. - Eu continuei mais um... continuei um ano. Eu recebi ordem de transmitir a função um ano depois de eu ter assumido, e um ano depois de ter assumido, então, eu transmiti a função. Até houve um caso muito gozado, porque o almirante Amorim..., Tudo o que era do almirante Guillobel ele via com maus olhos, inclusive o programa administrativo - ele não queria ouvir falar em nada que se relacionasse a projeto, a execução feita pelo almirante Guillobel. E o Renato Archer uma ocasião me contou: ele foi falar qualquer coisa sobre uma obra lá, e o Amorim do Vale disse: "Olhe, coisas do almirante Guillobel eu não continuo, eu não quero saber de nada do almirante Guillobel." Mas ele - como é que se diz? - ele não gostava...

[FINAL DA FITA 21-A]

A.A. - Ele não gostava do almirante Guillobel e não aprovava as obras dele. Embora tivesse relações cordiais etc., mas não gostava das obras dele e não dava aprovação a nada disso. Então ele vetava tudo. E os adidos, então, a mim... Como eu tinha sido do gabinete do almirante Guillobel, ele não me exonerou imediatamente porque parece que ficaria muito mal etc. Mandou dizer que a minha comissão terminava ao completar um ano da comissão. Aí, eu ainda estava de adido naval lá, e tinha..., eu tinha direito a entrar de férias. Naturalmente, eu tinha que oficialar ao Estado-Maior da Armada,

comunicando que eu queria entrar de férias - porque tinha um cruzeiro no Mediterrâneo muito bonito, organizado lá por um navio e eu queria ver se fazia esse cruzeiro na época de férias. Então havia determinação de... Sempre que qualquer oficial queira visitar um país estrangeiro, ir a um lugar qualquer, ele tem que procurar saber se o Ministério dá licença para ir a determinado país, porque as relações exteriores etc. - pode não haver conveniência de um militar ir lá. Eu, sabedor disso, fiz o expediente ao Estado-Maior comunicando que eu pretendia fazer essa viagem no meu período de férias, e pedia licença então, passaria em tais países, se a administração naval autorizava a minha passagem por determinados países. Isso foi para o Estado-Maior da Armada...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.A. - Então, como eu ia dizendo, eu fiz o pedido ao Estado-Maior da Armada, que era o almirante Salalino. Almirante Salalino Coelho, que era o chefe do Estado-Maior. O ministro da Marinha tinha que se pronunciar, e tinha que dizer que não havia inconveniente nenhum, porque eu estava na esfera de ação do Estado-Maior da Armada. E o ministro da Marinha foi e declarou que eu não tinha direito a entrar de férias, que eu só poderia visitar os países que eu queria depois que eu deixasse as funções, recebendo em cruzeiro o tempo que eu quisesse durante as minhas férias passar no estrangeiro. O almirante Salalino me mandou comunicar isso, mas o chefe do gabinete dele, que era o João Machado, me escreveu uma carta dizendo que o almirante Salalino tinha ficado revoltado com aquilo, e que mandava dizer - mas era uma carta particular - particularmente que eu podia fazer a viagem. Mas nessa época já - o negócio dos exames de saúde que eu disse... O almirante Salalino estava muito afetado da parte circulatória. E eu digo: "Eu vou fazer isso, o ministro da Marinha sabe, sai uma briga do ministro da Marinha com o chefe do Estado-Maior, o chefe do Estado-Maior tem uma síncope cardíaca, uma coisa qualquer, no fim eu vou ficar com o remorso de ter criado essa situação para resolver um problema de passeio que eu vou fazer." Então eu agradei muito ao João Machado e disse que eu atenderia ao desejo do ministro da Marinha e que eu então, depois que eu deixasse as funções, iria fazer uma excursão qualquer de férias no estrangeiro por minha conta. E assim eu fiz. E com uma situação muito curiosa, porque eu cheguei aqui no Brasil, um mês depois o Amorim do Vale foi deposto. Porque foi o tempo suficiente de eu chegar e haver o movimento do Lott e haver a deposição do governo, e o Amorim do Vale foi deposto. Mas eu achei aquilo muito mesquinho da parte dele porque nem era da esfera de ação dele. Mas como eu tinha sido do gabinete do almirante Guillobel, naturalmente ele achou que eu merecia uma punição por ter servido com lealdade ao meu chefe.

V.A. - Almirante, voltando um pouquinho atrás, eu gostaria de saber como foi que o senhor recebeu na Espanha a notícia do suicídio do dr. Getúlio.

A.A. - Eu posso responder a Alkmin. Conhece a história do Alkmin?

V.A.- Sentado?

A.A. - Eu recebi pelo telégrafo.

V.A.- Pelo telégrafo. Pensei que fosse sentado. [risos]

A.A. - Mas eu recebi com grande pesar. Eu era e sou muito amigo do presidente Vargas e da família dele. Fiquei penalizado de ver o desespero dele a ponto de chegar a se suicidar. Agora, eu acho que ele não tinha outra saída; eu acho que na situação dele também eu me liquidava, não ficava para presenciar uma situação humilhante etc. A troca de quê? - na idade que ele tinha? E da forma que eu considero humilhante de uma segunda deposição. Acho que ele não tinha outra saída.

I.F. - Não chegou a ser surpresa para o senhor, não?

A.A. - Eu, quando soube... Primeiro soube da deposição; eu não me surpreendi com o suicídio dele, não; não me causou surpresa. Porque eu achava que ele faria muito bem em extinguir a vida, que não tinha mais razão de ser.

P.R. - O senhor, quando voltou da Espanha, o senhor recebeu imediatamente algum comando, alguma comissão?

A.A. - Não, não, eu fiquei adido ao Estado-Maior para fazer um relatório etc., de certos detalhes de comissões. Então fiquei adido ao Estado-Maior. E aí, quando houve... Aí logo depois veio o movimento do general Lott. Quando veio o movimento do general Lott, foi curioso, porque eu soube da eclosão do movimento quando ia caminhando para o Arsenal, para o Ministério da Marinha - aí eu soube. Aí eu soube e eu decidi não me apresentar à Marinha, porque eu imaginei que eu fosse chegar lá e ser preso, imaginei que a Marinha tivesse funcionando, o Amorim do Vale, ministro da Marinha - nem sabia que ele já tinha se metido a bordo do *Barroso* e ido lá para o fundo da baía. Eu fui, voltei; voltei e fui procurar os elementos de comunicação que podia ter para saber como é que estavam as coisas. Acabei encontrando o Augusto Amaral Peixoto, que morava ali na Rui Barbosa, e fui procurá-lo e me encontrei com ele e disse a ele... Aliás, levei um colega meu que encontrei também - porque eu vinha voltando do portão do Arsenal e ele vinha, e ele disse: "Ué, você está voltando?" Eu digo: "Estou; estou voltando porque eu não vou ficar na Marinha para ser preso, não quero saber disso." E disse a ele: "E você também com certeza, se chegar lá, vai ser preso." Ele era amicíssimo do Juscelino." Ele disse: "Ah, então vou com você." "Você quer, vem comigo, com sua responsabilidade. Eu não volto para a Marinha." "Ah, então vou." Chama-se Rui Guillon Pereira de Melo. E então fomos embora para a casa do Augusto Amaral. O Augusto Amaral disse: "Olha, eu estou querendo pegar uma ligação com a Escola de Guerra Naval". Funcionava lá no Ministério. E acabou obtendo a ligação, e depois me disse: "Está uma balbúrdia tremenda lá no Ministério. O Ministério está acéfalo, houve isso, a saída do Amorim do Vale, o gabinete está vazio etc., de modo que a situação está para a vitória do Lott e tal." E fiquei lá com ele esperando o desenrolar dos acontecimentos, até que eu soube que o Lott estava praticamente vencedor e já tinha sido escolhido até o substituto, que era o presidente da Câmara, que era o Nereu Ramos. Aí eu, o Augusto Amaral e o Guillon fomos embora para o palácio do Catete - eu conhecia o palácio do Catete como a palma da minha mão. Hoje está tudo diferente, mas naquela época não tinha se alterado quase. Então fomos para lá esperar que chegasse o Nereu Ramos para assumir a chefia do governo. E estávamos lá, estávamos no primeiro andar conversando etc. Daqui a pouco chega o Nereu Ramos e chega o almirante Câmara que tinha sido nomeado ministro da marinha. E eu estava à paisana, evidentemente. O almirante Câmara me pegou pelo braço: "O que é que você está fazendo aqui?" Eu digo: "Estou aqui porque eu não me apresentei na Marinha, porque eu não estava para ser preso." "Ah, está bem." virou as costas e foi tratar da vida dele, e

eu continuei lá. Continuei lá, assisti à assunção do presidente Nereu Ramos, e a horas tantas chega a notícia... Eu já estava conversando com o marechal Denys, que estava lá em cima também, que era comandante do I Exército. A horas tantas chega a notícia para o Nereu Ramos de que o Café Filho vinha para o Catete. O Nereu Ramos disse: "O presidente Café Filho vindo para o Catete, eu passo o governo a ele, que ele é o presidente da República." O marechal Denys me disse assim: "Então ele não vem." Desceu, foi lá para baixo para a tropa, deu as ordens à tropa e cercou - o palácio do Catete foi todo cercado. O Café Filho, quando chegou, não pôde entrar no palácio do Catete, foi para a casa dele lá no Posto 6, aí o marechal Denys soube que ele tinha ido para casa, disse: "Agora cerca a casa dele." Deu essas ordens todas e foi assim que o Café Filho ficou preso lá e não assumiu e que o Nereu ficou no período regimentar na presidência da República. E tem um fato interessante: o atual embaixador nosso na Espanha era tenente, oficial da reserva, era tenente, estava servindo lá, e ainda disse: "Almirante, é exatamente isso que se passou mesmo, eu estava na tropa!" Não me recordo o nome do embaixador agora, mas ele disse que tinha se passado, que ele tinha estado lá na tropa na frente do palácio do Catete, e tinha recebido essa ordem.

I.F. - Agora, voltando a essa questão de adido militar: normalmente fica durante dois anos, não é?

A.A. - É normal, o período normal é de dois anos.

I.F. - Quer dizer, sua saída em um ano foi mesmo...

A.A. - Foi provocada pela mudança de governo.

I.F. - Agora, outra coisa: houve uma mudança de uns tempos para cá, ou o senhor foi uma exceção? Porque me disse o ministro Maximiano que normalmente oficial só fica como adido uma vez.

A.A. - Normalmente é.

I.F. - E o senhor foi duas vezes.

A.A. - Eu fui duas vezes.

I.F. - Já foi uma exceção na sua época?

A.A. - Foi, foi, foi uma exceção. Mas eu não pedi.

I.F. - Sei, mas eu digo: não era normal.

A.A. - Não era normal, foi uma exceção.

I.F. - Porque ele me disse que normalmente esses casos como o senhor, vai uma vez...

A.A. - Não repete, não repete.

I.F. - ...que é para haver um revezamento...

A.A. - Um rodízio.

I.F. - Assim como cargos no exterior também costuma ser uma vez só. O senhor, além de ter sido adido duas vezes...

A.A. - Eu fui três vezes. Eu usei e abusei. [riso]

I.F. - É, quer dizer, então, já foi uma exceção naquela época. O que poderia acontecer agora também. Não existe proibição.

A.A. - Eu sou excepcional, sem o conceito dos analistas etc. [risos] Excepcional é um débil mental, não é?

I.F. - Agora, isto poderia acontecer agora também. Quer dizer, não há uma proibição, apenas não é normal, não é?

A.A. - Não há, não é taxativo.

P.R. - É apenas uma praxe.

A.A. - É uma praxe, que é seguida e vem sendo seguida normalmente. É uma exceção realmente. Eu exerci comissão no estrangeiro três vezes, por circunstâncias independentes de meu pedido. Evidente que vontade não falta para a gente ir para o estrangeiro, e eu gostosamente fui, porque é muito bom. Servir no estrangeiro em função do governo é muito agradável porque a gente é muito bem pago... Os diplomatas é que acham que são muito mal pagos, mas eu talvez, por estar acostumado a ganhar pouco, então acho que a remuneração é muito boa. Os diplomatas vivem sempre se queixando.

I.F. - Depende dos postos, não é?

A.A. - Eles se queixam muito, Mas para nós é uma grande compensação, na vida militar. Mas eu fui três vezes. Mas é difícil mesmo; se for procurar, é difícil encontrar um caso de reprodução. Mas eu fui, sorte a minha.

P.R. - Por que foi escolhido o almirante Alves Câmara para ministro naquele dia 11 de novembro? Ele tinha ligações com o presidente Vargas ou com o Juscelino?

A.A. - Ele... Não sei se tinha ligações com o presidente Vargas. Ele era colega de turma do almirante Guillobel, e era um belo oficial, oficial de uma capacidade muito grande, de muita energia, um homem muito enérgico, foi encarregado da nossa turma a bordo do cruzador *Bahia* - da parte da nossa turma, não é? E ele era de uma energia admirável, porque ele era rigoroso mas ele era muito correto no seu rigor. Fora do navio e da subordinação hierárquica, ele era muito cordial, muito cortês, e de uma capacidade admirável. De modo que ele tinha muito bom nome na Marinha, tinha um conceito muito grande. Quanto à administração dele, eu acho que foi fraca, porque ele já estava doente. Ele esteve doente, teve enfarte etc., de modo que eu não aprovo certos atos dele. Embora gostasse muito dele e gosto muito dele, mas acho que ele foi muito fraco em certas coisas.

Ele, por exemplo... Havia uns terrenos que o almirante Guillobel tinha conquistado ao mar, ali na margem da avenida Brasil, um terreno grande que foi... E aquilo era terreno da Marinha. Eu não sei o que deu na cabeça dele, que ele doou um pedaço daquela área ao dom Helder Câmara, para fazer aqueles negócios que tem lá, quase quando se vira para ir para Petrópolis. Um pedaço daquele terreno foi doado ao dom Helder Câmara por determinação dele, que eu acho que nem podia - a rigor aquilo não era legal. Porque anteriormente... O governo, os ministros, podem propor a apropriação de certas áreas, mas a venda de terrenos da União, era preciso licença do Congresso, a cessão de... O ministério pode ceder uma área para outro ministério, mas não pode ceder a outrem áreas de terrenos do governo, a não ser que o Congresso dê licença. Hoje parece que está diferente, mas naquela época ainda exigia isso, existia isso. Quer dizer, o governo pode desapropriar, mas não pode transmitir a venda sem a licença do Congresso.

V. A. - Mas ele vendeu a área?

A.A. - Não, ele doou. Ele doou para o dom Helder Câmara, para fazer aquele programa dele popular etc. E depois nem ficou: tem uma série de supermercados, uma porção de coisas ali que eu não sei o que legalizou aquilo. Mas eu sei que aquilo era terreno da Marinha, porque o almirante Guillobel tinha... O projeto do almirante Guillobel era fazer uma parte, a parte mais próxima da cidade, a grande parte era para abrigar os operários do Arsenal de Marinha, para evitar que eles ficassem na dependência de condução. Então ele tinha mandado comprar até uns transportes de guarnição, que era para os operários que saíam da vila, que chamava vila operária, saíam da vila operária diretamente para o Arsenal por via marítima - sem esse negócio de dificuldade de condução, sem necessidade de eles virem por terra, pegando ônibus etc. Então essa construção de casas, que ele já tinha os pilotos etc. para construir um número de residência, nomear um prefeito para administrar aquilo, tudo isso, essas casas seriam alugadas aos operários. O aluguel, o resultado do aluguel, seria posto em caixa, e uma parte reverteria ao operário, aquilo era capitalizado para reverter ao operário. E a outra parte era para a manutenção das residências e tudo, porque ele dizia o seguinte: "Operário serve à Marinha durante um certo tempo. Depois ele se aposenta. Se a casa ficar com ele, no fim de um determinado número de anos, acaba a vila operária. Está todo o mundo morando lá aposentado." Então o operário capitaliza uma parte dos aluguéis, e quando o operário for embora para casa, ele recebe aquilo, ele vai comprar um casebre, uma coisa qualquer em outro lugar, mas ele tem uma doação, tem um prêmio para ir procurar um lugar para morar. E a casa, um outro operário que é admitido vem trabalhar lá. Esse é que era o plano do almirante Guillobel. E mais junto da Rio-Petrópolis então, ele futuramente ia fazer uma parte para o pessoal subalterno militar - para os militares terem lugar para morarem ali, e tendo condução por via marítima. Esse é que era o plano dele.

I.F. - Agora, ministro, me explica uma coisa... esses eram terrenos da Marinha, não é? Qual é a diferença entre terrenos da Marinha e de Marinha?

A.A. - É, é muito diferente. Aquele terreno podia ser as duas coisas: era da Marinha e podia ser de Marinha. Porque o terreno de Marinha, é porque é junto à orla marítima e está sob a supervisão da Marinha. Tanto que esses terrenos podem ser... Como é? Pode haver aforamento de terreno etc., mas são sempre propriedade da Marinha. E a quem cabe zelar por esses terrenos de Marinha, geralmente são as capitâncias dos portos, é a quem cabe vigiar.

I.F. - É o caso das ilhas: sempre são terrenos de Marinha. Não é da Marinha.

A.A. - Não é da Marinha, são terrenos de Marinha.

I.F. - Esse caso que o senhor está contando é um terreno de Marinha, que era da Marinha.

A.A. - Da Marinha. Porque ele foi conquistado ao mar pela Marinha. Quando a Marinha queria utilizá-los, com verbas da Marinha, ficaram sendo da Marinha.

I.F. - Agora, os terrenos de Marinha podem ser vendidos a particulares, desde que paguem laudêmio, não é isso?

A.A. - É, tem um processo qualquer que eu não me lembro qual é que, às vezes, dependendo de autorização, podem ser vendidos, mas não é comum, não - a venda.

I.F. - Porque tem uma questão... Porque, inclusive isso é muito enrolado, porque é baseado na preamar do ano de mil oitocentos e não sei quanto...

A.A. - É, a maior maré sizígia...

I.F. - Então, por exemplo, os terrenos na Barra da Tijuca são todos complicados, porque não é só da orla do mar, mas é da orla da lagoa também.

A.A. - Vai, vai, pode ir; nessa situação pode ir. Porque são mais ou menos 30 ou 40 metros, é a maior maré...

I.F. - Do ano de mil oitocentos e não sei quantos, não é? Então tem terrenos que hoje estão muito distantes do mar, e que são terrenos de Marinha, e outros que estão perto e já não são de Marinha.

A.A. - Pode haver isso.

I.F. - Agora estão legalizando isso, e parece que tem que pagar um laudêmio... É um negócio meio complicado.

A.A. - Eu não sei como é que está.

I.F. - Agora, esses da Marinha, como é que passaram a ser da Marinha?

A.A. - Passaram a ser da Marinha porque a Marinha construiu ali e... Como o próprio edifício do Ministério está num terreno da Marinha. Mas é da Marinha porque a União cedeu aquele terreno.

I.F. - Cedeu. Existe um outro processo para ceder determinadas áreas...

A.A. - A um determinado ministério.

I.F. - Aí tanto pode ser Marinha, como Exército, como Trabalho...

A.A. - Pode ser qualquer um.

I.F. - Qualquer outra coisa do governo.

A.A. - Pode ser. Do Exterior...

I.F. - Porque há uma certa confusão entre terrenos de Marinha e da Marinha.

A.A. - Em parte por causa da definição de fiscalização do Ministério da Marinha. Quer dizer, nós não temos condições materiais para fiscalizar eficientemente a privacidade desses terrenos, e às vezes já vem fato consumado, já construíram aqui e ali, e depois, para mover ação, para destruir um prédio de apartamentos, isso dá uma confusão tremenda: interesses, vão à Câmara, vão... O negócio é trabalhoso e no fim não se chega aos finalmente - como dizia o prefeito de Sucupira.

I.F. - Agora, Brasília: não existe terreno de Marinha. Agora, tem um lago artificial que foi criado agora, em mil novecentos e cinqüenta e poucos.

A.A. - É, foi feito.

I.F. - Existem terrenos de Marinha em volta do lago?

A.A. - Eu acho que não, acho que não. Depende de qual é a jurisprudência que vai estabelecer isso e aquilo, vai ser terreno de Marinha ou da Marinha. Embora tenha um almirante lá, credenciado naquela área, como zelador dos interesses da Marinha naquela... - um comando naval; lá existe um comando naval.

I.F. - É. Mas eu fiquei sempre nessa dúvida, porque um lago artificial...

A.A. - É, eu também não posso dizer se aquele lago é de Marinha ou se não é. Ou se é lago de Brasília. [risos] Porque começa que aquele lago, naquela época, nem havia as marés, não é? A famosa maré.

I.F. - Exatamente. Agora, vamos voltar um pouquinho para trás. O Plínio tinha umas questões para fazer ao senhor sobre o plano Salte, do tempo do Dutra.

P.R. - É, o Dutra elaborou um plano Salte, que foi realizado pelo DASP naquela época, na gestão do Mário Bittencourt Sampaio, e que consistia... Parece que era um plano ligado à alimentação, transporte e educação, não é? E que depois, no segundo governo Vargas, isso foi modificado. Mas eu queria saber o seguinte: se o senhor acha que aquele plano deu resultado, que aquilo, como programa de governo...

A.A. - Eu não tenho a mínima idéia. Eu ouvi falar no plano Salte, primeiro, as idéias iniciais do plano Salte, mas o fim do plano Salte, como ele transcorreu, eu confesso, não tenho a menor idéia.

P.R. - Porque a impressão que eu tenho é que ele conseguiu algum recurso, inclusive fora também dos seus itens, que foi a construção das refinarias que são da Petrobrás, mas que foram construídas antes da Petrobrás, que foram as refinarias de Mataripe, na

Bahia, e a de Cubatão, em São Paulo. Que hoje fazem parte da Petrobrás, que são refinarias estatais, mas que já existiam antes da Petrobrás ser criada - a Petrobrás incorporou. Assim como o oleoduto São Paulo-Santos também. Quer dizer, essas três unidades teriam sido construídas com recursos do plano Salte.

A.A. - Não posso dizer nada; não tenho a mínima idéia de como isso foi executado.

P.R. - Realmente o governo Dutra é um governo difícil de ser...

A.A. - É. [risos]

I.F. - Mas no governo Dutra também: o que o senhor pensa do ministro Sílvio Noronha?

A.A. - O almirante Sílvio Noronha... Eu tenho uma admiração muito grande por ele; agora, eu acho que ele era altamente centralizador. Eu acho que o administrador de primeiro escalão, ele não pode ser centralizador. É altamente exaustivo, e creio que o rendimento cai muito. Em sempre fui de distribuir jogo: eu vou dando as tarefas etc., fiscalizo, e vejo com a maior serenidade a coisa como está. Mas o almirante Sílvio era do detalhe. Eu vou lhe contar uma passagem... Eu fico com medo de estar tomando muito tempo...

I.F. - Não, imagine!

A.A. - Eu servia no Arsenal de Marinha com o almirante Guillobel, e um dia o almirante Sílvio de Noronha, que era ministro da Marinha, que era o chefe da Marinha... As lanchas do ministro da Marinha, elas eram mantidas, conservadas, no Arsenal de Marinha, E um belo dia vem um expediente do almirante Sílvio de Noronha, pedindo que fosse preparada uma lancha para ele às tantas horas no dia tal, não sei... E então dava detalhes das providências que tinham que ser tomadas. Enfim, quando chegou às minhas mãos, que eu era unicamente o chefe da Divisão Militar - eu nem tinha chegado a diretor militar -, aquilo chegou às minhas mãos - me cabia toda a parte administrativa do Arsenal de Marinha -, eu cheguei, olhei para aquilo e disse "Bom, não tenho mais nada que fazer; é chamar o patrão da lancha..." [riso] Ele descia a detalhes dentro da administração do Arsenal de Marinha. E eu digo: "Mas meu Deus, como é que o almirante Sílvio de Noronha enche um expediente pedindo isso com esse detalhe!" Ele, como ministro da Marinha...: "Quero a minha lancha à tal hora do dia tal." Isso me serviu até de emenda, porque eu preparei, de acordo com o que ele desejava etc., e fui ver. E vi em profundidade como estava o problema das lanchas. E verifiquei que se o ministro da Marinha precisar de uma lancha de madrugada, num determinado dia, ele não teria a lancha. Então eu aí dei organização àquele serviço de atendimento das lanchas.

V. A. - Por que ele não teria a lancha de madrugada?

A.A. - Porque não estava o patrão da lancha, porque aquilo é um... O patrão é o homem que governa a lancha. O patrão da lancha estaria em casa, tinha que chamar o homem, tudo isso, entendeu? Se ele precisasse assim "Eu quero a minha lancha à tal hora", não tinha. Então eu fiz uma escala de serviço, os patrões das lanchas ficavam lá 24 horas se rendendo etc., o guindaste pronto para botar a lancha n'água - porque as lanchas ficavam

em seco. Tinha a *Sereia*, tinha a.. Era a *Sereia*. Não me lembro o nome delas, eram quatro lanchas - muito bonitas, muito boas.

I.F. - Que atendiam ao Ministério?

A.A. - Ao ministro da Marinha; eram dele mesmo, de transporte dele. Era a *Sereia*, era a *Garça*, mais outras duas que eu não me lembro. Todas as lanchas muito bonitas. E então eu determinei a escala de serviço dos patrões, da guarnição - ficavam permanentemente lá; à hora que ele precisasse da lancha.. E o guindaste pronto, com a talha preparada para pegar a lancha e botar n'água, e atendê-lo. E fiz mais o seguinte: mandei botar uma lancha - porque eu já tinha recuperado trinta e tantas lanchas - e botei uma lancha no cais em frente ao..., para servir ao gabinete quando o gabinete precisasse nas horas de expediente. Então fiz o expediente para o almirante Guillobel dizendo que a lancha seria cumprida, e que ele teria as lanchas que ele precisasse na hora e no dia em que ele quisesse. Era só dar um telefonema que o oficial de serviço estava pronto a botar as lanchas para funcionar, para conduzi-lo para onde ele quisesse.

Mas ele era uma bela figura, nós conhecemos... A minha turma, parte da minha turma embarcada no *Minas*, se deu muito com ele quando ele estava embarcado no *Minas*, se deu muito bem com ele quando este estava embarcado no *Minas* e era o encarregado geral da artilharia. E ele era capitão-de-corveta, tinha sido promovido por merecimento na época, e era um *gentleman* perfeito, um cavalheiro. E conversava muito conosco, nós éramos segundos-tenentes e nós gostávamos muito daquelas conversas dele, das viagens dele, o que se passava etc. E muito rigoroso, na parte de artilharia; aquilo funcionava como um relógio suíço. Eu me recordo... Ele, quando assumia o comando, que tocava postos de combate, me recordo da vozinha dele: "Torres, defesas, estações! Controle postos na direção dois." Outros dias ele ia para a direção um! "Torres, defesas, estações! Controle postos na direção um!" Então os telefones todos...

[FINAL DA FITA 21-B]

A.A. - ...os telefones todos das defesas, aquilo tudo: "Torre um: ciente! Torre dois: ciente!" E aquele troço. E aí ele começava: "O navio atira nessa corrida!" [risos] Aquele padre-nosso todo a gente já sabia de cor, da vozinha dele. E corria tudo muito bem, o navio era muito bom em artilharia, atirava muito bem, mas tudo condução dele. mas ele era minucioso em tudo. Esses números um de turma são muito chatos nesse negócio, porque ele têm o detalhe à flor da pele, detalham tudo. [risos] Eu sempre fui muito largado nesse negócio, muito medíocre em matéria de... pelo menos de detalhe. E em outras coisas também. Mas esses chefes de turma, como o meu, o Lúcio Meira, o Sílvio de Noronha e outros tantos, o meu primo, Fernando Almeida da Silva, são uns homens altamente de detalhe.

I.F. - Enquadradinhos.

A.A. - É.

I.F. - E qual era a ligação dele, o parentesco dele, com o almirante Isaías de Noronha?

A.A. - Eu acho que era primo dele.

I.F. - Primo?

A.A. - Eles todos são parentes: almirante Isaías de Noronha, Sílvio de Noronha, o... que nós chamamos de peta - Francisco de Noronha. Eram vários.

I.F. - Mas eu já percebi que o senhor não tinha pelo Sílvio de Noronha a admiração que o senhor tinha pelo Isaías de Noronha.

A.A. - Ah, não. O Isaías de Noronha me moldou. Eu estava na fôrma na Escola Naval. O almirante Isaías nos moldou. Nós estávamos com 16 anos, 17 anos, aquela figura... - que tinha oito uniformes brancos. Mudava uniforme... Eu só consegui ter seis! [risos] E eu pensava chegar até oito, mas ele tinha oito uniformes brancos - a gente sabia que ele tinha oito uniformes brancos. Impecável!

I.F. - Agora, esses detalhes do almirante Sílvio de Noronha, que o senhor falou, isso ajudava ou atrapalhava ele no Ministério?

A.A. - Eu acho que devia atrapalhar o Ministério, porque o rendimento cai muito. O sujeito se perde muito nos detalhes, e... Quer dizer, a esfera de ação dele se achata muito. Essa a impressão que eu tenho. A não ser um super-homem etc. - pode ser que não sinta isso. Mas a administração normal eu tenho a impressão que sofre um pouco. Eu sempre fui pela descentralização, pela distribuição de tarefas, e cobrar, tudo isso. Mas o almirante Sílvio ele queria ter tudo na mão. Quer dizer, parece que ele não confia, assim, que alguém possa exercer as funções a contento. Esse negócio de escolha é curioso, me faz lembrar da história do almirante Nimitz³, que foi o herói americano. O almirante Nimitz, depois do ataque a Pearl Harbor, foi nomeado para ser chefe do comando da esquadra lá no Pacífico, e baseado lá em Pearl Harbor. E o almirante Nimitz tinha um chefe de Estado Maior. E eu achei curioso o seguinte: é que o almirante Nimitz, que era um sujeito discretíssimo, uma figura muito... Não se sabe muito da vida dele, porque ele tinha horror a projeção, ele era muito... introvertido. E o almirante Nimitz pediu ao chefe do Estado-Maior dele para organizar a lotação do Estado-Maior para exercer as funções. O chefe do Estado-Maior preparou uma lotação - naturalmente como eu: distribuindo muito as funções -, e o almirante Nimitz chegou e achou um exagero aquilo. Naturalmente levando em consideração a carência de oficiais, o pessoal todo no *front*. E achou aquilo um exagero e cortou pela metade aquilo. E o chefe do Estado-Maior evidentemente se conformou: ele deu um sugestão, o chefe acha que pode fazer com aquilo, e foi adotada aquela lotação. Bom. Esse chefe do Estado-Maior deixa a chefia do Estado-Maior meses depois, e vai para... embarca. Embarca, há aqueles ataques de camicases, aquela coisa toda, ele ficou seriamente ferido e foi parar em Pearl Harbor. E estava hospitalizado quando o almirante Nimitz então foi visitá-lo. Isso quem conta é o chefe do Estado-Maior - ele conta e diz o seguinte: que o almirante Nimitz disse assim: "Você se lembra da lotação que você fez que eu cortei?" - parece que eram 120 homens - "Você sabe quantos eu tenho agora no Estado-Maior? Tenho 180." [risos] Ele não tinha conseguido centralizar; o sujeito tinha que espalhar mesmo, e tinha posto... Em vez de 120 que ele tinha proposto, já tinha 180! [risos]

³ Nome sujeito à confirmação.

I.F. - Agora, insistindo aqui no governo Dutra: o que o senhor pode nos contar sobre a questão da guerra da Coréia, que começou no governo Dutra, e continuou no governo de Juscelino.

A.A. - continuou no governo... Eu não posso contar nada, não. Não tenho idéia da guerra da Coréia.

I.F. - Porque andaram falando aqui em mandar tropa, em não mandar tropa; tinha uma parte do governo que era a favor, outros que eram contra...

A.A. - Essa parte de política exterior etc., eu não tenho idéia.

I.F. - Não acompanhou?

A.A. - Não acompanhei; eu estava no Arsenal etc., lia pouco sobre isso.

I.F. - Porque foi um assunto muito conversado aqui.

A.A. - E', no meio exterior - digo de Ministério do Exterior, do Ministério de... Esfera política, principalmente. Porque essa coisa é mais da esfera política, porque depois é que o militar recebe ordem para fazer e cumpre, e está encerrado o assunto. Como houve o problema lá daquela questão da América Central, quando o Brasil mandou tropa para lá, que houve uma série de discussões, isso eu me lembro. Porque a Marinha tinha que mandar, e acho que mandou errado, porque aquilo era tipicamente de força de fuzileiros navais - acabou tendo que mandar tropa do Exército. Como na faixa de Gaza também: teve que mandar sorteado, e em vez de mandar tropas... Para isso é que existe fuzileiro naval, para exercer essas funções. Mas, não: há sempre o espírito de classe, de absorção disso e daquilo, um aspecto de política militar, e o problema é resolvido de forma a criar certos problemas - porque o Exército teve problema de recrutas, de prolongar a faixa de recrutamento, o tempo de permanência, tudo isso, e uma tropa muito menos adestrada, não é? Que é a tropa de reservista.

Mas eu não tenho idéia assim... A Marinha, o Exército, eles recebem a ordem, e a política é que comanda - o Ministério do Exterior é que resolve. Aliás, acho atualmente o Ministério do Exterior muito mal entregue. Eu preferia que fosse um diplomata, eu acho esse ministro do Exterior muito fraco. É a minha impressão, eu estou externando porque eu faço um mau juízo dele. Acho que os diplomatas devem ficar apavorados.

I.F. - E'. E o senhor teve contato com muitos diplomatas nessa época, não é? O senhor passou a vida toda tendo muito contato com diplomatas.

A.A. - Tive. Nós da Marinha temos muito espírito de diplomata. Nós nos entendemos muito bem com eles. Muito bem mesmo. Nós nos damos muito bem, porque eles têm uns problemas... Porque nós temos ligação com a política externa, temos o nosso livrinho de instruções etc. com essas crises aí de asilos e essa coisa toda - porque a bandeira brasileira que o navio transporta, não é? Leva para aqui, leva para ali, a gente tem casos que o comandante tem que decidir, não é? E tem que decidir sem criar problemas aqui para o Ministério do Exterior. Mas nós sempre nos entendemos muito bem com os diplomatas.

I.F. - Agora, ainda nessa questão do governo Dutra: em 50, ainda com o Dutra no governo, já houve uma campanha grande no Clube Militar, na disputa entre o Cordeiro e o Estillac. Já começaram os grupos nas Forças Armadas a favor do Getúlio e contra o Getúlio.

A.A. - É possível, eu não tenho idéia bem disso.

I.F. - E que depois vai se agravar mais em 52. O Estillac foi eleito presidente do Clube Militar em 50, contra a chapa de oposição, que era inclusive o Cordeiro. Isso foi durante o governo Dutra ainda. Este mesmo Estillac foi escolhido ministro e é reeleito... Não: vai disputar, e perde as eleições em 52.

P.R. - Para o Etchegoyen.

I.F. - Para o Etchegoyen.

A.A. - Foi aí que entrei para o Clube Militar, para votar contra o Estillac.

I.F. - Exato. Como é que o senhor vê o papel político do Clube Militar dentro das Forças Armadas? O senhor é a favor ou é contra? Porque existem oficiais que são contra, acham que o Clube Militar tem que ser um clube de recreação, como é o Caiçaras, como é o Piraquê. Outros acham que é a válvula de escape que o militar tem: no momento em que dentro da instituição ele não pode falar sobre política, ele tem obediência ferrenha aos seus superiores, a única válvula de escape que o militar tem é através do Clube Militar. Como é que o senhor vê isso?

A.A. - O negócio é muito curioso, a sua pergunta é muito interessante e eu vou divagar um pouco. Esse problema de Clube Militar, clube do Exército ou...

I.F. - O Clube Militar pega as três forças, não é?

A.A. - Pois é. É mais clube do Exército do que Clube Militar, mas eu sou sócio de lá, todos os oficiais de Marinha podem ser sócios, mas quem manobra mesmo, quem tem a maioria etc., é o Exército, e ele é tipicamente um clube de Exército. Mas o problema é o seguinte: essa questão de... O clube é clube de classe. Agora eu vou falar só o problema da Marinha: essa discussão, digamos assim, essa explosão naval, militar etc.... Certa vez no Clube Militar se discutia justamente esse problema: do que devia fazer o Clube Naval. Então o Clube Naval deve fazer isso, deve fazer esporte, deve fazer aquilo, deve fazer a parte social, não sei mais o quê. Então vira-se um almirante, que era o almirante Vasconcelos, que era muito inteligente e muito espirituoso: "Nós devemos mudar o nome do clube, devemos transformar o clube em Sociedade Recreativa e Dançante dos Dragões do Mar." [risos] Esse é o lado extremo. Agora, eu acho que é preciso diferenciar. O almirante Saldanha foi o criador dos clubes, o Clube Militar foi criado depois do Clube Naval, um mês depois. Era para botar os assuntos da classe, os problemas da classe. Quer dizer, uma espécie de assessoria, de assessoria da área ministerial etc. Mas não tratar para a parte política, de forma que a amplitude dos clubes deve ser limitada e não se envolver, e ser um lugar que dá abrigo a problemas, à discussão de problemas de ordem política - porque nós somos proibidos de discutir política e religião a bordo dos quartéis, dos... E o Clube Militar, o Clube Militar, é um prolongamento - embora como sociedade particular -, um prolongamento da nossa vida

extra-Marinha. Mas em que os graus, a hierarquia não prevalece assim, mas que nós temos que levar em conta que nós temos que tratar lá, com cursos, com conferências, de problemas ligados à nossa profissão, às vezes com ramificações na política para a obtenção de meios. Mas não para influir na parte de direção política ou de partidos políticos etc., no sentido de sucessões presidenciais, escolha de ministro de Finanças, ou disso ou daquilo. Eu acho que tudo tem um limite. O nosso deve ser dentro da esfera do que nos interessa no sentido profissional. Isso é o que eu acho.

I.F. - Porque o Clube Militar teve altos e baixos, não é? Teve momentos de grande participação política, desde seu princípio, e fases de estagnação, onde ficava como um grêmio recreativo, uma coisa qualquer. Em 52 foi um momento acho que definitivo na posição do Clube Militar, inclusive com a campanha do petróleo.

A.A. - Por exemplo, a campanha do petróleo... O petróleo, por exemplo, interessava enormemente à Marinha, e a Marinha não se manifestava. E o petróleo era altamente importante, não interessava à Marinha, era um problema que interessa à Marinha. Um problema siderúrgico interessa à Marinha, uma série de problemas..., que a classe é carente de desenvolvimento em certas coisas.

I.F. - Em 52 o senhor disse que se filiou ao clube para poder votar.

A.A. - É.

I.F. - O senhor estava fazendo parte de que chapa?

A.A. - Eu fazia a chapa contra o Estillac, não me lembro...

I.F. - Cruzada Democrática.

A.A. - É... não sei...

I.F. - Não era Cruzada Democrática?

P.R. - Era, a Cruzada Democrática.

A.A. - Eu sei... Aliás, vários oficiais de Marinha entraram naquela época para votar contra a chapa, digamos assim, de exagero de abertura etc.

I.F. - É. Agora, houve ali também nessa chapa da Cruzada Democrática, uma chapa muito... como é que vou dizer? Muito... interessante, porque tinha uns muito rígidos, não é? - da Cruzada Democrática. Tipo... Juarez estava lá, não é?

P.R. - É, o Ribas.

I.F. - O Ribas.

P.R. - Muniz Aragão.

I.F. - É, Muricy. Era uma gente muito antigetulista, inclusive. E tinha a turma que era getulista mas era contra o Estillac. Quer dizer, não havia, vamos dizer assim, um bloco fechado, ideologicamente fechado.

A.A. - Mas o receio que a chapa fosse absorvida - depois, a administração - pelos elementos altamente de esquerda.

I.F. - O problema então ali se colocava em questão de esquerda e de direita.

A.A. - De esquerda e de direita, de centro...

I.F. - Quer dizer, não tinha nada a ver com o problema Getúlio e anti-Getúlio; era de esquerda e direita.

A.A. - Não, não se pensava em presidência de República nem nada disso, se pensava mais em ideologia. Porque parte do Exército e da Marinha, grande parte, pelo menos, até a época que eu convivi na Marinha - creio que até ainda hoje -, nós temos aversão ao comunista, eu tenho. E continuo tendo, eu acho que nós podemos resolver nossos problemas todos dentro de um regime de liberdade. A gente está vendo que a Rússia não está sendo o céu aberto que muita gente pode pensar. Tanto que os comunistas aí influentes não querem ir para lá, não é? Os alemães que estão na área de Berlim querem vir para a outra área, os do lado de cá não querem ir para lá. Quer dizer, o negócio não é muito doce, não é muito agradável. Pode ser que seja agradável para os comunistas que estão dirigindo aquilo.

I.F. - Agora, parece que em 52 houve uma... Nessa época de filiação e de campanha, houve uma polarização muito grande, não é, Plínio? Nessa questão da campanha do clube Militar.

P.R. - É, inclusive houve inquéritos militares, inclusive na Marinha houve. Inquéritos militares contra oficiais e inferiores que supostamente teriam participado...

A.A. - Ah, deve ter havido, é.

P.R. - Sim, na Marinha era chefiado pelo almirante Suzano.

A.A. - O Suzano, não é?

I.F. - O senhor soube desses inquéritos, desses IPMs?

A.A. - Da existência dos inquéritos, eu me lembro, mas eu não tive idéia do desenrolar desses inquéritos, a que fins eles chegaram, quais foram as soluções dadas aos inquéritos, não tenho idéia.

I.F. - É, porque foi uma fase de crise muito grande. E sempre me impressionou muito essa questão de o Estillac, tendo sido eleito presidente do clube, numa fase, em 50, de polarização muito grande, foi exatamente este que o presidente Vargas escolheu para ministro.

A.A. - Para ministro, foi.

I.F. - Quer dizer, porque o clube naquela época tinha um movimento muito grande.

A.A. - Agora, a escolha dele para ministro, do Estillac Leal, não sei qual a corrente que orientou. Eu já disse: eu esperava que fosse o general Denys. Não foi, fiquei surpreso. E veio o Estillac e deu a crise que deu.

I.F. - E aquela crise de começo de 1954? Aquela questão de salário mínimo que misturou as Forças Armadas com um problema do Ministério do Trabalho, com o Jango. O senhor acompanhou aquilo?

P.R. - O *Manifesto dos Coronéis*.

A.A. - Isso eu tenho idéia. Eu pessoalmente, lamentei a decretação do salário mínimo, porque eu achava que aquilo ia movimentar com as classes conservadoras. Porque aquilo foi apanhado de surpresa.

I.F. - Foi aumento de 100% do salário mínimo ali.

A.A. - Foi apanhado de surpresa. Eu creio que o próprio dr. Osvaldo Aranha também o foi, ele não esperava por aquela decretação do salário mínimo. Porque foi uma coisa assim abrupta, não houve um preparo psicológico, não houve nada para que se chegasse a um estudo para... Quando veio, foi fato consumado.

I.F. - O senhor está falando em 54?

A.A. - Em 54.

I.F. - Aquele aumento de 100% do salário mínimo.

A.A. - Foi.

I.F. - Que acabou culminando com aquela crise do *Manifesto dos coronéis*.

A.A. - O *Manifesto dos coronéis*. Eu me lembro, parece, que foi o general Krueel que assinou, parece que foi o primeiro a assinar.

P.R. - Golbery, o Euler Bentes...

A.A. - E aí é que vem então, depois, a queda do João Goulart, não é?

P.R. - Foi.

A.A. - Veio a queda do João Goulart e a queda do ministro da Guerra.

I.F. - Exatamente.

A.A. - Pois é, aí começaram as quedas.

I.F. - Foi quando cai o...

P.R. - Ciro do Espírito Santo Cardoso e entre o Zenóbio.

I.F. - Entra o Zenóbio. Foi uma crise muito grande que já vinha preparando o caminho...

A.A. - O negócio veio caindo feito baralho de carta, derrubando tudo.

I.F. - Exatamente. O senhor não estava... Estava! o senhor estava aqui no Rio ainda, ainda não tinha ido para a Espanha.

A.A. - Estava. Quando houve o *Manifesto dos coronéis*, eu estava.

I.F. - E o senhor acompanhou isso de perto, viu como foi a reação do presidente?

A.A. - Não, não tive ligação com o presidente nesse assunto. Eu apenas lamentei, eu fiquei perplexo. Nós estávamos num almoço, não me lembro... Eu ainda disse para o Amaral: "Mas, meu Deus, como é que saiu da cabeça do presidente este salário mínimo? Isso vai agitar muito a situação nacional."

I.F. - E o mais interessante é que cai o Jango e, logo depois, fazem o aumento de 100% do salário mínimo.

A.A. - Pois é.

I.F. - Quer dizer, o Getúlio pegou aquilo à unha: saiu o Jango, mas o aumento de 100% foi feito, com toda a crise que gerou. Quer dizer, então de vez em quando eu fico com certas dúvidas... Porque o senhor falou aí numa revanche - não do presidente, dos assessores do presidente - mas tem determinados momentos que parece que também era meio... Ele cobrava determinadas coisas, quer dizer: "Eu não consegui com o Jango, o Jango sai. Eu mudo o ministro, mas o salário mínimo vai sair como eu queria."

A.A. - Bom, aí ele já tinha... Naturalmente ele já não tinha condições de voltar atrás e ele queria agradecer à classe operária, que era...

I.F. - É, a muleta dele esta meio quebrada.

A.A. - A muleta, não é?

I.F. - É, aí foi meio... Uma crise violenta...

A.A. - Mas eu acho isso: as duas muletas dele eram o Exército e o Ministério do Trabalho.

I.F. - E foram exatamente essas duas muletas que entraram em choque nesse início de 54.

A.A. - O resto podia claudicar, o resto podia fracassar, mas esses dois ministros tinham que ser ministros que se sedimentassem ali na direção dos ministérios.

I.F. - Outra coisa: como é que o senhor explica que a Aeronáutica, sendo uma força organizada por Getúlio, vai ser exatamente a força que vai ter as crises maiores em 54?

A.A. - É, eu acho que por isso, por causa do erro na escolha dos seus dirigentes. Porque a Aeronáutica foi iniciada com um mago da diplomacia etc., que era o Salgado Filho. O Salgado Filho era um camarada formidável, fabuloso, que foi um elemento que fez falta, a morte dele fez muita falta ao presidente. Depois vem essa confusão toda etc., e vem o Nero Moura, dando a impressão de um acinte aos elementos que tinham...

I.F. - Inclusive parece que ele quebrou um pouco a hierarquia, porque no momento em que ele não foi bem aceito, ele encostou muitos brigadeiros e colocou em cargos de brigadeiros oficiais mais modernos.

A.A. - É, mas são essas coisas que não devem ser feitas. Eu, quando assumi o Ministério, o meu antecessor, o meu colega e amigo Sílvio Heck, havia tomado providências desse tipo, de segregação de oficiais. Eu, quando assumi o Ministério, a minha preocupação foi acabar com isso. E acabei, eu botei tudo de acordo com a hierarquia. Conduzi os oficiais para os seus postos de acordo com a hierarquia que estava determinada na legislação em vigor, e não tive problema nenhum, no tempo em que fui ministro. Não tive problema, botei... Eu tive sempre aceitação perfeita por parte... E eu era contra-almirante, podia haver susceptibilidades...

I.F. - Porque existe inclusive, em todas as Forças Armadas, determinados postos que estão de acordo com a... Como é que se chama?...

P.R. - A hierarquia.

I.F. - A hierarquia, mas que não têm comando. Vamos dizer, não precisa dar o comando de uma tropa para um oficial-general; pode dar um cargo burocrático de acordo com o seu posto, não é? Não há necessidade de quebrar a hierarquia. Porque é lógico que o ministro só vai dar o cargo de comando para as pessoas de sua inteira confiança. Mas existe um leque muito grande de posições.

A.A. - Pois é, porque o quadro de oficiais-generais, por exemplo, está organizado de acordo com as necessidades, com as diretorias existentes. São diretorias de oficiais, de almirantes-de-esquadra. Há outros cargos que são de vice-almirante, já está estabelecido. Outros cargos de contra-almirante, subchefias etc. Agora, a gente pega um contra-almirante, põe chefe do Estado-Maior - embora esteja escrito que o chefe do Estado-Maior tem precedência, seja qual seja o posto, tem precedência sobre os demais - causa choque. Pode ser, quando nós tivermos uma mentalidade altamente democratizada, que não cause. O ministro da Marinha, a Marinha aceita. Eu fui contra-almirante, ninguém...

I.F. - O senhor acha que é mais fácil aceitarem um civil num ministério militar, do que aceitar um oficial mais moderno?

A.A. - Na Marinha, eu acho que é a mesma coisa. Pode ser um oficial mais moderno, porque eu já o fui.

I.F. - Mas como ministro?

A.A. - Como ministro: pode ser um oficial, como eu já fui como contra-almirante, e a Marinha aceitou perfeitamente, e, no tempo do presidente Epitácio, aceitou os ministros civis tranqüilamente. Porque até ainda há quem diga que a organização da Marinha está muito preparada para o regime parlamentarista. Estava; depois, com o governo do Castelo Branco, não sei como é que está porque não me aprofundei naquela organização. Mas a Marinha estava muito preparada para aceitar o regime parlamentarista, porque a função do ministro era tipicamente função de... função política, de obtenção de meios etc. Embora fosse um oficial de Marinha, decidia as coisas, mas ele já estava mais ou menos preparado para o regime parlamentarista.

I.F. - Quer dizer que não existe problema na Marinha de botar um oficial mais moderno?

A.A. - Eu não via.

I.F. - Mas na Aeronáutica houve, em relação ao Nero Moura.

A.A. - Na Aeronáutica deve ter havido. E tinha uma explicação; não digo justificativa, mas tinha uma explicação. Havia tantos oficiais na Aeronáutica no serviço ativo, ou no meio civil, para ser. Vai pegar um oficial que tinha se colocado flagrantemente contra a atitude de sua força, pediu transferência para a reserva, ido embora etc., rompendo com a classe... Porque o que houve do Nero Moura foi que ele rompeu com a classe e foi para casa.

I.F. - Exato, e muito moço, inclusive.

A.A. - Então o negócio era uma dose muito violenta. [riso] Em certos casos pode se aplicar doses violentas, mas outras vezes a gente matam não é? [riso]

P.R. - O senhor não acha que à margem do problema Nero Moura, do problema da condição dele de coronel, não havia também o problema da liderança carismática do Eduardo Gomes, que havia sido derrotado pelo Getúlio duas vezes numa eleição?

A.A. - O que é que tem?

P.R. - Que teria sido também um fator de incentivo à crise?

A.A. - Olha, eu acho que não, porque a eleição foi eminentemente política, não é? Presidente da República é eminentemente política. Aí dizem agora, ultimamente, quando estavam os generais se sucedendo, disseram que o último posto da hierarquia do Exército era a Presidência da República. [risos] Não sei se ouviu isso, disseram isso. O último posto da hierarquia porque chegava, tinha sido um general, e tinha que ser general da ativa [risos] Mas eu acho que não... Não vejo, eu não vejo que se criasse susceptibilidade do Eduardo Gomes ser derrotado na eleição, porque quem vai para a chuva é para se molhar, não é?

I.F. - Não, o que ele diz é que o fato do Nero Moura, além de coronel, ter sido colocado, a Aeronáutica ainda estava mais irritada pelo fato de um líder carismático como o Eduardo Gomes...

P.R. - Ter sido derrotado duas vezes.

A.A. - Mas ele, Eduardo gomes, como se dizia um líder da democracia, e o pessoal que o seguia, devia olhar em termos democráticos. Pode ser que tivesse havido, mas eu não encontro explicação para que houvesse essa susceptibilidade. Quer dizer: eu não encontro explicação; pode ter havido, não contesto essa hipótese, mas não vi razão.

I.F. - Parece que o Eduardo Gomes se sentia um pouco dono da Aeronáutica, não é?

A.A. - Se sentia. E em parte era. Aliás, o problema do Eduardo Gomes é um problema muito interessante psicologicamente. Porque a Aeronáutica... Há sempre uma tendência de equiparação - isso é o que eu penso, o meu raciocínio particular, perdoai-me se é uma burrice o que eu estou dizendo. Mas a Marinha tem dois grandes chefes que nós cultuamos, dois militares: o Tamandaré e o Barroso. O Exército tem dois: o Osório, marquês de...

P.R. - Herval.

A.A. - E o Caxias. A Aeronáutica só tem um, é o Santos Dumont, ela tem que criar um outro líder. Então ela vem preparando politicamente - ela tem uma política -, preparando o Eduardo Gomes. Eu digo: ele vai acabar patrono da Aeronáutica - eu dizia, há dez anos que eu dizia: "Estão preparando o Eduardo Gomes para ser o Caxias ou o Osório, da Aeronáutica." E já está, parece que ele agora já é patrono não sei de quê. Já criaram um lugar, uma auréola, já puseram uma coroa na cabeça do Eduardo Gomes.

I.F. - É o caso de colocar logo para resolver esse problema da Aeronáutica, e começar tudo...

A.A. - Vão resolver, o Eduardo Gomes ainda vai crescer muito depois de morto. [risos] A Aeronáutica vai ter dois: o Santos Dumont e o Eduardo Gomes. O Eduardo Gomes vai sair da sua esfera eminentemente militar para uma esfera de liderança, de super-homem, de supermilitar. Não tenho dúvida nenhuma. Então, vai sendo preparado aos pouquinhos etc. Porque a história, as gerações vêm se sucedendo, o Eduardo Gomes vem crescendo na admiração da garotada que estuda na academia etc., e vai embora... Eduardo Gomes, Eduardo Gomes - nunca sabem dos defeitos dele, ninguém sabe das falhas dele.

I.F. - Estão construindo mesmo o mito, não é?

A.A. - Estão construindo, edificando. O que fica na história é só o aspecto heróico, aspecto de liderança, o aspecto de mártir da política, derrotado em eleição, por cambalacho do governo, e por aí tudo isso... É a impressão que eu tenho; a minha fantasia é nesse sentido. [risos]

[FINAL DA FITA 22-A]

13ª Entrevista: 25.06.1986

P.R. - Almirante, hoje nós vamos iniciar voltando àquele assunto um pouco tenso, que foram as eleições do Clube Militar de 1952, e as suas conseqüências. Uma das conseqüências..

A.A. - Estive no Clube Militar há três dias, ou quatro, numa homenagem muito bonita prestada ao marechal Denys e ao presidente Médici, Outorgaram ao herdeiro dele o título de sócio benemérito do Clube Militar. Uma solenidade muito bonita, eu gosto muito dos dois, de modo que fique muito contente - por causa da conversa do Clube Militar.

P.R. - Evidente. É uma das conseqüências básicas daquele episódio foram os inquéritos militares que foram instaurados nas três forças: no Exército, sob a chefia do coronel Amauri Krueel, na Aeronáutica, pelo coronel Ademar Scafa, e na Marinha, pelo almirante Suzano. Na Marinha, esse inquérito, esse IPM, foi mandado instituir pelo ministro Guillobel, não foi?

A.A. - Eu não me lembro; eu me lembro da existência do inquérito, mas não me lembro se foi pelo almirante Guillobel. Não posso dizer se foi pelo almirante... Tenho idéia da existência, tenho idéia de estar no gabinete quando eu ouvi falar nessa... Agora, o desenrolar do inquérito, o... como terminou o inquérito, o resultado do inquérito, eu não sei, não tive a mínima idéia. Sei que o assunto era o comunismo etc., preocupação da existência do comunismo no Brasil etc., e o almirante Suzano foi o presidente deste inquérito. Agora, o resultado do inquérito, eu não tenho a mínima idéia.

P.R. - E nem assim uma parte do acompanhamento? Porque, segundo a gente sabe, o argumento básico para justificar a instituição do inquérito, a instauração do inquérito, era o incitamento à indisciplina. E eu creio que nessa época, no aso da Marinha, por exemplo, ele não chegou propriamente a afetar o quadro de oficiais. Parece que apenas um dos oficiais foi atingido, assim mesmo muito levemente, que era aquele capitão Tales de Godói.

A.A. - Sei, sei. Eu tenho a impressão de que no quadro de oficiais realmente não se sentiu... Não senti nenhuma influência no pessoal, na parte de oficiais. A coisa se referia mesmo ao pessoal subalterno.

P.R. - Ao pessoal subalterno.

A.A. - É.

P.R. - Agora, a competência para mandar instaurar um IPM numa força é exclusiva do ministro?

A.A. - Não, depende. Depende das circunstâncias em que o assunto se dá e da gravidade. Em certas situações o próprio chefe do Estado-Maior pode instaurar inquérito, independente do ministro, ou uma outra autoridade - o comandante da Esquadra -, tudo isso varia muito. Varia muito; eu tive um inquérito, por exemplo, de uma colisão de dois contratorpedeiros num exercício, que eu fiquei irritadíssimo com o assunto, pedi que fosse instaurado um inquérito, e quem... Não: quem mandou instaurar fui eu mesmo, eu era ministro. E quem presidiu o inquérito foi o almirante Ari dos Santos Rangel, que era o chefe do Estado-Maior da Armada. Mas eu não tenho idéia

segura se só o ministro é que pode, mas creio que outro escalão qualquer pode instaurar inquérito.

P.R. - Por exemplo, os comandantes de distritos navais...

A.A. - Acho que podem.

P.R. - E', quando for na área...

A.A. - E', dentro de sua área de influência etc. Porque uma ocasião até eu tive um problema na ilha da Trindade, tinham alterado a potência das lanchas de desembarque, que nós chamamos de LDVP - uma das lanchas que rebatem a proa para a gente desembarcar -, e nós perdemos duas lanchas porque tinham tirado a potência das lanchas, tinham feito a alteração. Na segunda vez que eu fui à ilha da Trindade - as lanchas eram dirigidas por um tenente, um primeiro-tenente -, quando chegamos na praia dos pescadores na ilha da Trindade, a lancha rebateu a plataforma para desembarcar o material e o pessoal etc., depois não tinha força para dar atrás e desencilhar da praia, porque elas encalham na praia. completamente diferente da situação anterior, da outra vez que eu estive lá. Então eu comuniquei ao chefe do Estado-Maior e pedi a ele abertura de inquérito - ele é que devia abrir o inquérito para apurar a responsabilidade daquilo. Porque nós tínhamos uma LDVP na forma, mas na substância não tínhamos mais, porque tinham alterado completamente a potência das lanchas por uma razão qualquer que eu não sei qual foi.

V.A. - E LDV...?

A.A. - LDVP - é *Light*... Tem uma sigla inglesa de desembarque etc., desembarque de força ligeira. São umas lanchas que precisam de grande potência, porque elas encalham na praia. Então depois elas têm que desencilhar, mas elas encalham com a proa, rebatem; depois elas dão atrás a toda força e saem. Mas não conseguem sair da ilha da Trindade em circunstâncias iguais - mas na primeira vez em que eu estive lá para prestar assistência a eles, as lanchas encalhavam e saíam tranquilamente. E na segunda vez aí eu soube lá, por uma informação qualquer, que tinham alterado as condições de navegabilidade das embarcações. Eu então telegrafei... Perdemos as duas lanchas. Telegrafei lá para o Estado-Maior e pedi ao chefe do Estado-Maior que abrisse inquérito para apurar, porque eu estava com as lanchas e eu era responsável também, não é? As lanchas tinham sido entregues a mim. E, eu estava fazendo o abastecimento da ilha, tudo isso, e perdemos duas lanchas - tive que pedir um rebocador para vir me auxiliar a tentar desencilhar as lanchas, mas perdemos...

V.A. - E o senhor acompanhou depois esse inquérito?

A.A. - Não, não, ele não abriu inquérito.

V.A. - Não abriu inquérito?

A.A. - Não, não foi aberto inquérito; ficou por isso mesmo.

V.A. - E por que o senhor acha que ele não abriu?

A.A. - Eu acho que ele achou que não merecia a abertura de um inquérito. Mas nós perdemos as duas lanchas. Porque a ilha de Trindade é uma ilha de origem vulcânica, e ela corre quase que a pique, a praia é cheia de cascalhos, a gente quando desembarcava das nossas lanchas, não desembarcava em seco, não: gente tinha que pular para dentro d'água, para ir então, com a maré a meio corpo, para subir aquelas... E as vagas vêm, jogam aqueles seixos, aquela coisa toda para a terra; quando a vaga desce, ela desce puxando aqueles seixos, de modo que vem por cima dos pés da gente e machuca muito. A constituição dela... Nós pusemos um... nós chamamos de ancorote: tinha uma âncora menor do que o normal para fixar uma corda que nós chamamos de espia, fixar em terra para ver se nós conseguíamos fazer qualquer coisa para tentar tirar as lanchas. Quando o rebocador exercia esforço sobre esse sistema, no fim, o ancorote, que estava perfeitamente enterrado e solidamente colocado, desagregava aquilo e vinha. A terra toda se soltava. E assim uma porção de coisas. Só tinha um lugar na ilha em que gente podia fazer fixo de alguma forma: era uma figueira, uma coisa qualquer, de não sei quantos anos, cinquentenária, que tinha conseguido pegar uma área mais firme, e então a gente, para certas manobras, passava o cabo na figueira. Mas o resto é violento mesmo.

I.F. - E fica muito distante da costa, não é?

A.A. - 600 milhas mais ou menos. E é curioso porque ela... O vento sopra sempre de leste para oeste, e a operação toda de acessibilidade da ilha é a leste da ilha. Então tem que se tomar um cuidado muito grande, porque quando o navio fundeia, que solta a âncora para ficar, dominar e ficar parado num lugar, ele chega e afila logo a popa para a praia - o que é um perigo, porque a proa é que foi feita para bater. Para isso tem um compartimento de colisão, tudo isso. Mas se a popa do navio bate, pela logoa as hélices e o leme. Toda a parte de mobilidade e maneabilidade é destruída, então se perde a embarcação. Eu, quando ia lá à ilha da Trindade, eu fundeava e deixava o oficial de serviço no passadiço, e a máquina sempre pronta para movimentar, como se estivesse pronta para movimentar. Porque se o navio, a âncora, não agüentasse - a gente chama de garra - e começasse a se deslocar, aí vinha em cima da praia. Então eu tinha um oficial, porque qualquer coisa que sentisse... A gente faz as marcações para ver se o navio está saindo de posição; de hora em hora faz uma marcação de pontos fixos, e então eu tinha sempre o oficial de serviço lá, e a máquina sempre pronta. Vinte, quinze dias passei lá assim. E nós perdemos um destróier lá assim.

I.F. - Plínio, não é uma ilha da Trindade que o ministro Maximiano nos falou que tinha um projeto do tempo dele ministro, de fazer uma base lá?

P.R. - Exatamente.

A.A. - Não, não, é Fernando de Noronha.

I.F. - Não, eu acho que o sonho do ministro Maximiano é na ilha da Trindade.

P.R. - E'.

A.A. - Ah, fazer uma pista lá, não é?

I.F. - E como proteção exatamente. Você está lembrando bem o era, Plínio?

P.R. - Era uma base aeronaval. Ele pretendia... Aliás, ele falou aqui na entrevista dele os três grandes sonhos dele que ele não conseguiu realizar como ministro: é a base aeronaval de Trindade, a guarda-costeira... E qual foi o outro, Ignez? A guarda-costeira, a base de Trindade... Tinha um terceiro projeto dele, que ele não conseguiu levar avante também.

I.F. - Não sei qual é; posso ver isso depois. Mas a ilha da Trindade é uma grande preocupação dele, não é?

P.R. - É uma grande preocupação dele.

I.F. - Porque ele considera um ponto de interesse dos outros países também.

A.A. - Interesse. É um ponto estratégico.

I.F. - Exatamente, um ponto estratégico. E num momento de crise violenta, existe a possibilidade dos outros países tomarem posse da ilha de Trindade, então que existe a necessidade do Brasil mesmo colocar lá uma base. O senhor concorda com isso?

A.A. - Eu acho que é necessário. Não sei qual é a prioridade que se lhe possa dar, mas que é uma coisa de grande valia, é. Como acho também que Fernando de Noronha deve ter uma condição de mais atenção dos poderes públicos. As duas ilhas.

I.F. - O senhor tem acompanhado... Eu soube, eu não me lembro como, mas eu soube que o chefe do EMFA, o Amaral, está muito interessado em fazer um grande porto em Fernando de Noronha.

A.A. - Está, pelo menos pelo que eu tenho lido.

I.F. - Inclusive um ponto turístico muito grande, porque ele acha que para tomar posse realmente de Fernando de Noronha, só a base militar não é suficiente, teria que levar turismo para lá. O senhor acha que isso compense realmente? Para os interesses do Brasil, no momento, isso é importante?

A.A. - Eu acho... Ali tem dois aspectos. Eu acho que, como atração turística, é altamente interessante. Porque ali tem coisas muito bonitas para serem vistas etc. Agora, é preciso ver até que ponto se vai incentivar esse turismo, de que forma vai ser conduzido isso, para não se prejudicar a questão de preservação do meio ambiente. Que isso é preciso uma experiência muito...

I.F. - E parece que um porto lá é uma coisa muito cara também, não é?

A.A. - Bom, todo porto é caro. Precisa de dinheiro. Todo porto é caro; depende da dimensão dele, mas as obras portuárias são praticamente submersas, não aparecem quase, mas são sempre muito caras. Agora, não sei qual é o desenvolvimento da engenharia, enfim, se pode ser obtida uma construção mais barata. Mas até hoje, pelo que eu sei, toda construção portuária é muito cara.

I.F. - E o senhor acha que compensa esse esforço?

A.A. - Bom, depende de que o Brasil pretende, não é? O Brasil tem que fazer um exame de situação para ver até que ponto isso se torna exequível agora ou remotamente, ou futuramente.

I.F. - Isso, sendo uma idéia do ministro chefe do EMFA, teria apoio da Marinha também?

A.A. - Acredito que tenha a parte militar. A parte turística é uma parte que não envolve nossa cogitação, mas o EMFA deve ter razões para isso. Agora, a parte militar, para nós, tudo o que visa consolidar a posse e a capacidade de aproveitamento como ponto de vigência, como ponto de abastecimento, ponto de apoio, é altamente interessante.

I.F. - E o senhor acha que, para tomar posse realmente, nesse sentido de ter um ponto lá, militar, o que seria mais importante: Fernando de Noronha ou Trindade?

A.A. - Eu acho que...

I.F. - Em termos de segurança mesmo do país.

A.A. - Como segurança? Eu acredito que Fernando de Noronha podia ser mais caro, dar mais trabalho, mas seria mais interessante. A ilha da Trindade é pequena; é pequena e montanhosa. Quer dizer, a base militar lá tinha que ser de proporções muito modestas. A não ser para, digamos, nominalmente existir, mas creio que a instalação lá na ilha da Trindade, as instalações têm que ser de molde bem modesto. Talvez de combustível, de uns suprimentos de menor intensidade - porque para apoio mesmo, reparos, tudo isso, é preciso muito... deve sair muito custoso. Porque a ilha é completamente inadequada para construção.

P.R. - Agora, há uma coisa curiosa nisso aí, por exemplo: por que a ilha da Trindade está sob a jurisdição da Marinha, e Fernando de Noronha não?

A.A. - Porque a ilha da Trindade... Fernando de Noronha sempre teve uma população ali e um grupamento do Exército. Sempre, não digo, mas eu tenho recordação de ter sempre um grupamento lá, porque tinha até uma questão de presos. Havia presos que iam remetidos para a ilha de Fernando de Noronha. E a ilha da Trindade estava completamente deserta, e a marinha tinha interesse em ocupar aquilo, pelo menos com alguma coisa, com alguma justificativa, para manter realmente a posse da ilha, para evitar que elementos estranhos chegassem lá, navios fundassem, desembarcassem para depredar, para fazer uma série de coisas. Ou inclusive botar uma bandeira lá. De modo que a Marinha via com preocupação isso porque é um ponto que interessa muito à Marinha. Então ela começou a atacar a coisa como um ponto para observações meteorológicas. Primeiro, remotamente, no tempo das revoluções que nos chamamos de púnicas - aquelas revoluções todas de antes de 30 etc. - houve uma série de presos que foram remetidos para lá; ela passou a ser presídio, então tinha um casebre lá para abrigar...

I.F. - Fernando de Noronha, isso?

A.A. - Não, não, a ilha da...

I.F. - Trindade?

A.A. - É, Juarez Távora e aquele pessoal todo daquela época. Aqueles revolucionários da época. Muitos deles estiveram presos lá; eu mesmo vi os nomes deles gravados lá em pedras e tudo isso. De modo que depois abandonaram aquilo. Mas a Marinha começou a pensar em termos mais reais, depois, durante a grande guerra já, nós tivemos um posto de observação lá, tudo isso, e aí depois resolvemos não largar mais. E aquilo custa um esforço muito grande da Marinha para manter. Hoje já tem construções mais adequadas, e nós temos que manter um serviço de abastecimento daquela ilha - periodicamente vão as embarcações para lá levar abastecimentos, recursos de toda natureza: lubrificantes. Óleos combustíveis, tudo isso, alimentos. E uma guarnição que se reveza, se não me engano de três em três meses.

P.R. - É uma guarnição de fuzileiros?

A.A. - É mista: tem fuzileiros, tem marinheiros, tem pessoal subalterno de Marinha e tem dois ou três oficiais. Quando eu estive lá, por exemplo, tinha dois ou três oficiais, um comandante geral daquilo e tinha o pessoal para fazer policiamento, para fazer manutenção, porque tem telegrafia sem fio, tem pessoal especializado para manter aquilo em comunicação constante. E aparte de observações meteorológicas também, isso tudo é feito lá. Agora, dá muito trabalho e custa um bocado de recursos, mas a Marinha é para gastar dinheiro mesmo, não é para economizar. [risos]

I.F. - Plínio, voltando aí ao nosso assunto da crise do...

P.R. - Exatamente, voltando ao problema anterior, é o seguinte: ainda com relação a esses inquéritos, no Exército, por exemplo, e na Aeronáutica, eles tiveram conseqüências bastante acentuadas, inclusive sobre oficiais. Na Aeronáutica houve oficiais que cumpriam prisão de dois anos e outros que foram até excluídos do quadro. E no Exército houve várias prisões, embora não tenha havido exclusão dos quadros. Mas na Marinha não se tem notícias de que oficiais tenham sido afetados, parece que o inquérito se desenvolveu mais na área de sargentos e...

A.A. - É, na área de pessoal subalterno. Isso parece que é baseado... O elemento subversivo, ele quando pensa em termos de Marinha, ele pensa em termos de cruzador *Potemkin* - movimento subversivo que começou na Rússia no encouraçado *Potemkin*. E veio do pessoal subalterno para cima. E nós nunca tivemos praticamente problemas de quadros de oficiais envolvidos nesses movimentos comunistas. Justamente o nosso cuidado era com o pessoal subalterno mais permeável a essa forma, esse sistema comunista etc. E com o pensamento já na antiga revolta dos marinheiros de 1910, 1911.

I.F. - Agora, por que o pessoal de Marinha subalterno é muito mais permeável do que o pessoal de Exército subalterno?

A.A. - Porque o pessoal de Marinha... Eu acho que - minha impressão é porque a Marinha é toda ela profissionalizante. No Exército, por exemplo, é um homem que entra para a carreira, para o Exército sorteado, faz aquele serviço militar e vai embora. E na Marinha, não: o Marinheiro faz carreira, ele vem para a escola de marinheiros, escola de

grumetes etc., faz aquele curso, volta, vem para o serviço ativo com 17, 18 anos, e vai subindo, vai fazendo carreira e chega a sargento, suboficial etc. Eu creio que é por isso: é um elemento mais econômico para a propaganda, para a catequese, para influenciar no subjetivo daquela gente que está ali permanentemente.

I.F. - E quem vai fazer essa campanha, essa propaganda, faz intencionalmente...

A.A. - Intencionalmente.

I.F. - ... na Marinha, porque sabe que os frutos serão muito maiores do que no Exército, pelo fato do...

A.A. - O rendimento não é só de momento, ele tem influência remota. Essa é a impressão que eu tenho. Porque o pessoal de Marinha vai se perpetuando na função, no posto, na carreira, não é? Ele entra como grumete, vai a segunda classe, depois vai a primeira classe, vai a cabo, tem uma porção de gente...

I.F. - Mas pelo que eu sei, no Exército é só soldado que passa só um ano e pouco, de modo que os sargentos também continuam.

A.A. - Os sargentos continuam, alguns. Mas tem o seguinte: o movimento, esses movimentos, se tiver cooperação, participação do pessoal todo do último escalão, a... digamos assim, o efeito, o lucro, enfim, a possibilidade de sucesso é muito maior, porque conta com a cooperação do pessoal todo humilde da carreira. Ao passo que pegando de sargento para cima, esse pessoal de baixo, inclusive pessoal que vem e passa um ano e tudo isso, e que faz carreira e depois chega como sargento, o tempo de consolidação disso é em menor quantidade e em menor força.

I.F. - Porque a Marinha tem também serviço de taifeiros, uma porção de coisas que o Exército não tem.

A.A. - Tem, e que faz carreira.

I.F. - Tem, mas é passageiro, não é?

A.A. - Não, o taifeiro não é.

I.F. - Não, eu digo: no Exército os que fazem o serviço tipo taifeiro são passageiros; na Marinha, não - é carreira.

A.A. - É carreira. Sempre foi de uma permanência muito grande. Todo pessoal, via de regra, a gente considera como permanente. Porque depois eles se engajam por cinco anos, quatro anos, mas sempre... Nunca ficam um ano. Eles ficam vários anos porque os contratos são conforme a aptidão que eles têm, conforme o aproveitamento que eles têm. Eles vão se mantendo; os outros vão ficando à margem.

V.A. - No caso dos oficiais... Porque os oficiais também são permanentes, não é? Por que eles não são tão permeáveis a essa propaganda subversiva?

A.A. - Por causa da... digamos assim, da natureza que eles têm o conhecimento de causa que eles têm do que representa o comunismo ou a democracia. Nós todos temos uma formação de índole democrática etc. Nós temos uma outra autoridade e vislumbramos as coisas, nós não somos acessíveis à democracia comunista, digamos assim. De um modo geral; não é a regra.

V.A. - E essa formação vem desde a escola?

A.A. - Vem desde a Escola Naval.

I.F. - Mas dentro do Exército teve uma aceitação, vamos dizer assim, do movimento comunista muito maior do que na Marinha.

A.A. - Teve, teve.

I.F. - Com toda uma formação militar também que...

A.A. - Por causa... Acho que porque o pessoal do Exército também vive mais em terra do que o da Marinha; é mais permanente no solo pátrio do que o da Marinha. Nós vivemos muito mudando de lugar, daqui para lá, e navegando - sempre no mar, não é?

I.F. - O ministro Maximiano diz que tem que botar os navios no mar, os oficiais no mar, para estarem ocupados nos navios, que esse negócio de navio parado não dá certo, não [riso]

A.A. - Acho que ele tem muita razão. E eu sempre procurei...

I.F. - Que a Marinha precisa ter dinheiro para os navios estarem no mar. Porque o marinheiro, o oficial de marinha parado...

A.A. - A vida, a vida do marinheiro deve ser no mar. Quanto mais no mar, melhor, porque é ali que nós temos que viver e combater etc. Nós não podemos ser como é uma Inglaterra.

I.F. - E aí não tem tantas preocupações ideológicas; fica mais preocupado com o andamento do navio.

A.A. - Com o andamento do navio, com a produção do navio, com tudo isso. Os ingleses têm navios que saem da Inglaterra e levam dois anos sem voltar. Eu recebi uma fragata inglesa quando eu era capitão dos portos lá em São Paulo, e fiz a recepção do navio que passava, fazia uma passagem ali operativa, digamos assim, e recepcionei muito bem e fui almoçar até com o comandante do navio. Tenho até um retrato do navio, que eles me ofereceram, e eles também, nós os obsequiamos em terra, tudo isso, e eu perguntei há quanto tempo eles estavam fora. Eles tinham vindo das Falkland; há quase dois anos que não iam à Inglaterra.

I.F. - Isso faz um isolamento da pátria muito grande também, não é?

A.A. - Como?

I.F. - Um isolamento em relação aos problemas da pátria.

A.A. - Pois é, porque eles têm que... A Commonwealth tem que estar presente a uma porção de lugares e tem uma porção de pontos a zelar, e na iminência de uma guerra, de uma luta qualquer, eles já têm os seus pontos de defesa, de observação, tudo isso. Mas eles vivem assim.

P.R. - Ontem, participando de uma entrevista com o general Machado Lopes, ele disse que houve um tempo em que o Exército decidiu retirar o sargento da atribuição de instrução da tropa e transferir essa atribuição para o tenente, porque ele achava que havia um desconchavo muito grande, quer dizer, uma falta de participação do oficial no conhecimento do grau de instrução da tropa. O senhor acha, por exemplo, que a tropa ficando sob influência direta do sargento, no tocante à instrução, que isso também possa tornar o soldado mais permeável a uma atividade política?

A.A. - Eu acho. Eu acho que é mais louvável que o oficial também participe dessa condução, dessa chefia.

P.R. - E como é na Marinha isto?

A.A. - Na Marinha nós temos... Eu, por exemplo, dei instrução aos meus marinheiros quando estavam embarcados, porque em uma porção de coisas nós, oficiais, damos instrução aos marinheiros. E ajudamos os marinheiros muito. Eu não sei se eu contei aqui o caso de um marinheiro que era meu ordenança, e eu ajudava esse marinheiro a sair - como meu ordenança, ele saía para fazer um curso lá fora para estudar, porque ele tinha ambições maiores, e eu achava que... Nós sempre procuramos ajudar. E esse rapaz, esse menino, um dia eu estava numa solenidade qualquer, não me recordo o que foi, e ele veio falar comigo, ele estava à paisana. Veio falar comigo, disse: "Almirante: como vai o senhor?" Digo: "Vou bem etc." "O senhor não se lembra de mim?" Eu disse: "Não, não me lembro, não." "O senhor não se lembra do seu ordenança?" "Ah, você era meu ordenança? Mas você já mudou, já está grande, já está um homem feito." E eu disse: "O quê que você está fazendo?" "Eu sou capitão-tenente do corpo de oficiais subalternos." "E onde é que você está servindo?" "Ah, eu sou oficial de gabinete do ministro Henning." Ele já tinha entrado para o quadro de oficiais subalternos, tinha estudado etc., tinha feito a carreira e já era capitão-tenente, e era oficial de gabinete do almirante Henning, que era ministro da Marinha, tais as qualidades dele. Mas nós procuramos ajudar muito esse pessoal que tem uma certa vontade de vencer, de trabalhar. O... como é? Esse maestro Eliazar era fuzileiro.

I.F. - Ah, é?

A.A. - Era.

[FINAL DA FITA 22-B]

A.A. - Era. Esse grande maestro era fuzileiro.

I.F. - Não sabia, não.

A.A. - É, ele começou a vida dele como fuzileiro. O Pancetti era pintor de casco de navio.

I.F. - É, isso eu sabia.

A.A. - Mas eles conseguiram se distinguir. Havia um aviador, o Tenan, que se fez na Marinha, na aviação naval. Depois ele foi fazendo carreira, depois saiu e ficou um aviador de grande projeção na *Panair* etc. Não sei se ele já está afastado. E ele era conhecido por todos aviadores etc. e fez uma carreira brilhante como aviador. Aviador e administrador, porque ele passou a parte administrativa da parte de companhia de aviação. Acredito que o Nero Moura - mesmo sendo do Exército - deve ter conhecido o Tenan; eu conheci etc.

P.R. - Nós temos o hábito de restringir o conceito de subversão à prática de atividades comunistas, como fator de desagregação e de um critério de hierarquia. Agora, o senhor não acha, por exemplo, que uma atividade em proveito da derrubada de um poder constituído qualquer, por exemplo, uma conspiração contra o presidente Getúlio Vargas, não era também uma atividade subversiva?

A.A. - Como?

P.R. - Nós temos por hábito restringir o conceito de atividade subversiva à atividade comunista. Então eu pergunto: uma atividade desenvolvida contra o governo do presidente Vargas, por exemplo, que era um governo constituído e legítimo, também não é uma atividade subversiva?

A.A. - Devia ser, acho que era. Todo movimento que é tendente a derrubar o que está constituído, normalmente é um movimento subversivo. Embora quando vença deixe de ser. [risos]

P.R. - Sim, tudo bem.

A.A. - Inicialmente não era. Foi assim que se fez a República.

P.R. - Exato. E todo aquele problema que se desencadeou em 1952 tendo como centro o Clube Militar, aquilo teve como resultado, teve como desfecho final, a derrubada do presidente Vargas em 24 de agosto. Aquilo... tudo indica que foi o início da conspiração. No Exército e na Aeronáutica, por exemplo, ela era bastante visível e bastante acentuada. Agora, eu queria perguntar ao senhor: na Marinha, por exemplo, ela demorou um pouco a manifestar-se. Como é que o senhor sentia o desenvolvimento daquela campanha violenta contra o presidente da República dentro da marinha? Naquele período, principalmente a partir de 52, entre 52 e 54?

A.A. - Na Marinha não sentia muito movimento anti-Getúlio Vargas. E eu vejo uma... Eu tenho a impressão que há uma, vamos dizer assim, uma descrença da Marinha em matéria de movimento desde que perdeu a Revolta da Armada em 93. Nós nos empenhamos naquilo - eu digo nós porque enfim foi a Marinha, mas começou com o almirante Custódio. O almirante Saldanha foi arrastado aquilo, foi quem agüentou depois o movimento todo até morrer heroicamente lá em Campo Osório. E a Marinha entrou, como dizem, por um cano deslumbrante com aquilo. Então daí, como nós depois

vamos entrando para a Marinha e cursando a Escola Naval etc., todos nós vamos tomando aquilo como lição, de não querer interferir na esfera, digamos política da nação, porque nós não temos o tato, não temos a acuidade para apreender realmente como as coisas são e como poderão ser destruídas - eu creio que é isso. Desde 93 aquilo ficou para nós como uma lição, porque nós acabamos nos empenhando totalmente, e depois a Marinha ficou praticamente..., o corpo de oficiais ficou praticamente destruído, e daí para se recompor custou um bocado de tempo. E acredito também que os próprios governos, depois da Revolta da Armada, já teriam - talvez psicologicamente - uma certa prevenção com a possibilidade da Marinha ficar como bagunceira e querer outra vez assumir as rédeas do governo.

P.R. - Porque deve ter havido algum motivo, que a gente não sabe exatamente qual foi, naquela campanha sistemática que era desenvolvida contra o presidente da República - principalmente contra um presidente que foi eleito legitimamente pelo povo. Havia uma preocupação em derrubar esse presidente da República. O senhor atribui isso a quê?

A.A. - Eu atribuo à direção do movimento que derrubou no primeiro... e o fez ir para São Borja.

P.R. - Em 45.

A.A. - De 45, não é? - que ele foi para São Borja. Acredito que a volta dele, o retorno dele como o Radamés da Aída, como "*rittorna vincitore*" etc... O presidente voltou e veio novamente reger a orquestra administrativa. Então aquela gente toda que tinha tramado a queda dele no primeiro movimento, ficou inconformada e considerou aquilo uma revanche do presidente Vargas, quando na realidade não era. Ele ganhou a eleição pelo voto popular etc., e não teve espírito de revanche, não vi movimento nenhum, espírito de revanche, nessa coisa toda. Mas o pessoal não - é o sentimento democrático que nós às vezes não temos - não se conforma em perder. Nós somos democratas mas não nos conformamos com a derrota. Quando nós ganhamos, está muito bem, mas quando nós perdemos, nós achamos que a democracia é uma porcaria. [risos] Nós ainda não aprendemos a perder.

P.R. - Há uma coisa ainda que não está muito clara. Por exemplo, o senhor fez parte de uma facção do Clube Militar que era contra a discussão do problema do petróleo dentro do Clube Militar. O senhor realmente achava que o Clube Militar não devia tomar posição em torno do assunto?

A.A. - Não, eu achava que o Clube Militar devia estudar e cooperar. Não reger o movimento, mas o Clube Militar devia procurar cooperar no problema do petróleo, como eu achava que o Clube Naval também devia. Inclusive fui eu que levantei a lebre, porque o clube Naval estava morto: ninguém, o Clube Naval não se manifestava. Eu achei que o Clube Naval tinha..., a Marinha, de um modo geral, tinha que se movimentar, porque era a mais interessada, como um dos grandes consumidores do petróleo, derivados de petróleo. E então aí é que o ministro Sílvio de Noronha foi e nomeou aliás um primo meu, que era o Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima, para fazer uma conferência sobre o problema do petróleo, mostrando os interesses, levantando na Marinha o interesse pelo petróleo. Mas até então nós estávamos meio alheios - o Clube Naval. E o ministro da Marinha fez com que um oficial de Marinha, um capitão-de-mar-e-guerra fizesse uma grande conferência cuidando do problema do petróleo, justamente

para que o Clube Naval tivesse uma idéia também de apoio e de orientação no problema do desenvolvimento de derivados de petróleo.

P.R. - Eu me lembro que em 1959 o presidente do Clube Naval era o Penaboto.

A.A. - Não, nunca foi presidente do Clube Naval.

P.R. - Não era o presidente do Clube Naval?

A.A. - Não, não.

P.R. - Tenho a impressão que sim.

A.A. - Não, ele podia ter influência, mas nunca foi eleito.

P.R. - Não foi presidente?

A.A. - Não, presidente do Clube ele nunca foi.

P.R. - Não, eu pensava que ele fosse presidente porque eu vi ele atuando com muito desembaraço lá dentro, e o Gabriel Passos foi convidado para fazer uma conferência no clube naval sobre o acordo de Poconé, que é um problema intimamente ligado à questão do petróleo. E o Clube Naval realmente patrocinou essa conferência, só que essa conferência foi limitada, ela só podia ser assistida por oficiais da Marinha, por sócios do Clube; ela não era uma conferência aberta ao Público. Agora, o que eu quero ainda levanta nessa questão é o seguinte: é que no caso do Clube Militar existiam duas correntes que se manifestaram livremente lá dentro: era a corrente do general Horta Barbosa, que defendia o monopólio estatal, e a corrente do general Juarez Távora, que defendia a livre iniciativa, a participação do empresariado privado, nacional e estrangeiro, na explosão do petróleo. Agora, o que acontece é o seguinte: as teses do general Juarez Távora podiam ser debatidas livremente; as do general Estillac, não.

A.A. - Como?

P.R. - Quem tomasse posição a favor da tese do marechal Horta Barbosa era considerado subversivo e era considerado comunista. Mas havia livre campo para o...

A.A. - Do "O petróleo é nosso"? A tese de o petróleo é nosso?

P.R. - Não, para a tese oposta, para a tese contrária, para a tese defendida pelo general Juarez Távora.

A.A. - Juarez Távora era para...

P.R. - Da livre iniciativa, inclusive a participação do capital estrangeiro.

A.A. - E o Horta Barbosa era...

P.R. - Monopolista, monopólio estatal.

A.A. - Monopolista. E esse é que era tido como de origem, de formação comunista?

P.R. - Exatamente.

A.A. - Eu não tenho idéia assim dessa...

P.R. - O senhor não teve uma participação assim maior nessa questão?

A.A. - Não, não tive.

P.R. - O que o senhor acha desse projeto que foi aprovado ontem na Câmara e que dá direito ao oficial da reserva, ou àquele que estiver licenciado numa atividade não militar, de se pronunciar na imprensa sobre problemas de natureza política? Foi aprovado ontem pela Câmara.

A.A. - Qual é o projeto?

P.R. - Projeto que dá direito ao oficial da reserva...

A.A. - Da reserva, sei.

P.R. - ... e ao oficial da ativa que circunstancialmente esteja licenciado numa outra atividade que não seja militar. Digamos, por exemplo, que o oficial, ele é oficial da ativa, mas ele é o presidente da Vale do Rio Doce, ou é presidente de uma empresa de economia mista, eu então está no exercício de um mandato parlamentar. Eu não sei se a atividade política hoje pode ser exercida através de um licenciamento, parece que a revolução mudou isso, eu não estou bem certo.

A.A. - Através da...

P.R. - Quando um oficial resolve interromper a sua carreira para se candidatar a um mandato parlamentar, ele está automaticamente transferido para a reserva. Isso tinha sido uma lei do Castelo Branco, eu não sei se ela foi revogada.

A.A. - Eu acho que não, acho que não foi revogada?

P.R. - Não foi revogada?

A.A. - Não, creio que não.

P.R. - Mas a câmara aprovou isso, esse projeto, ontem. É claro que ainda está dependendo de sanção presidencial, parece que está dependendo também de ir para o senado...

A.A. - Mas ele dá liberdade de ação...

P.R. - Dá liberdade de se pronunciar através dos jornais, dos veículos de comunicação, sobre problemas de natureza política.

A.A. - O oficial da reserva, não é?

P.R. - Da reserva e aquele que na ativa esteja exercendo circunstancialmente, momentaneamente, um cargo que não esteja vinculado à atividade militar.

A.A. - Bom, aí eu acho que o oficial da reserva não pode, não deve poder se manifestar politicamente; o reformado, sim. Mas o da reserva, não, porque o da reserva é convocado, embora isso seja um pouco teórico, mas tem uma interpretação mais de classe do que o oficial reformado. Porque esse cessa realmente todas as suas atividades, até o uso de uniformes é, digamos assim, é controlado, restringe essa parte de capacidade de usar uniforme. Mas o oficial da reserva, não. Agora, o oficial que está exercendo uma função pública fora da carreira, eu acredito que ele, como elemento de uma área política, ele pode se manifestar politicamente. Se ele saiu, se ele é agredido para exercer uma função pública alheia à sua carreira, ele está exercendo uma função que pode ser suscetível a vários ataques, inclusive da administração dele. E ele tem direito de se defender e de invocar uma série de coisas que podem envolver pensamento político. O da reserva puramente, não. Aliás, houve um caso curioso, acho que foi com o marechal Dutra e o Napoleão Alencastro: prendeu o Napoleão Alencastro parece que por três ou quatro dias. Porque o Napoleão era oficial da reserva, não era reformado, e escreveu um artigo, uma coisa qualquer, não sei se tem conhecimento disso.

P.R. - Não, não estou lembrando.

A.A. - É, ele atacou o governo do marechal Dutra ou o marechal Dutra, e o marechal Dutra empurrou uma prisão de quatro dias, ou cinco dias no Napoleão Alencastro Guimarães. Eu prendi... Eu não prendi, mas mandei prender o meu colega e fraterno amigo Sílvio Heck, que estava na reserva. Porque ele se manifestou politicamente num jantar completamente preparado para atacar o governo etc., de que eu era ministro, que era do João Goulart, e isso deram publicidade, repórteres etc., e ele aí meteu o pau no governo. Ele era da reserva e eu... Só o ministro é que pode prender oficial da reserva.

I.F. - Ah, é?

A.A. - Só, é ato só do ministro. Então mandei..., prendi o Heck por dez dias de prisão rigorosa. Convidei o Heck a vir lá ao gabinete... Um negócio tristíssimo, mas hoje me dou completamente bem com ele etc. Chamei e perguntei se ele assumia a responsabilidade. "Sim". "Então você está preso, está preso por dez dias de prisão rigorosa e vai cumprir no Corpo de Fuzileiros Navais." Ele aceitou pacificamente e foi para o Corpo de Fuzileiros Navais. Aí aconteceu uma coisa muito curiosa. É porque ele reclamou que as instalações não eram adequadas à condição dele de vice-almirante. Eu não sabia o que se estava passando lá no Corpo de Fuzileiros Navais, então mandei o meu chefe de gabinete verificar o que estava passando. O que o almirante Heck estava querendo era fazer onda, então o Duque de Moraes veio e me disse: "Olha, ele está alojado nas dependências do imediato do Corpo de Fuzileiros Navais, de modo que não têm razão nenhuma para reclamar, está com toda dignidade compatível com o posto dele, com quarto, com living, com tudo isto, para estar preso." Ele, quando ministro da Marinha, quando começou a querer impor o impedimento do Jango à presidência da República, ele suspeitou de alguns almirantes. Dois deles eram o almirante Suzano, que era o comandante da Esquadra, se não me engano, e o chefe do Estado-Maior, que era José Luz da Silva. E mandou prender os dois do Corpo de Fuzileiros. Eu cheguei a ser cogitado para ser preso, mas talvez, acho que porque eu era colega de turma dele, ele

não mexeu nesse assunto. Mas prendeu os dois: um, vice-almirante e outro, almirante-de-esquadra. Mandou prender no Corpo de Fuzileiros Navais. Então eu mandei dizer ao Heck que ele estava reclamando, mas ele estava preso nas mesmas condições em que ele havia imposto a prisão a esses dois oficiais, e que ele tinha considerado perfeitamente aceitável o alojamento deles. [risos] Ele não disse nada, não disse mais nada.

A outra vez que eu prendi foi curioso. Ele outra vez se insurgiu, mandei empurrar dez dias de prisão rigorosa, mandei avisar ele em casa. Aí o almirante que levou a comunicação disse que ele teria dito que não seria preso, não aceitava a prisão, e uma outra coisa também: que ele estava doente, com uma doença qualquer de pele, estava muito doente, e que não aceitava a prisão, Veio o almirante, que era o Luís Clóvis de Oliveira e me disse: "Ah, a situação está difícil porque o Heck disse que não vem, e disse que está doente." Eu digo: "Então está bem." Então fiz um ofício para ele: ele, havendo incidido no artigo tal do regulamento disciplinar da Armada, não sei o quê tinha resolvido aplicar-lhe a punição de dez dias de prisão rigorosa. Depois botei assim - aí é que doeu nele: "Atendendo ao precário estado de saúde de Vossa Excelência, deve a punição ser cumprida em casa." Porque ele é vaidoso mesmo. Ele então me escreveu um bilhete que eu tenho até hoje: "Senhor Ministro, não estou doente. Posso cumprir a prisão onde quer que seja." [risos] Aí ele mudou de prosa para mostrar que ele era bonzão, era Ponto Frio, não é? - era bonzão. [risos]

I.F. - Agora, ministro, o senhor falou que ele aceitou pacificamente da primeira vez. Se não aceitasse pacificamente, quais as medidas que o senhor teria para prendê-lo de qualquer maneira?

A.A. - Ele já estava no Ministério, no gabinete do ministro, não deixava mais ele sair. Ele estava no gabinete.

I.F. - Agora, vamos dizer que ele estivesse em casa: "Não, não vou preso." Tem que cercar a casa, prender, como é que faz?

A.A. - Aí eu ia ver o que era plausível, aplicar o Conselho de Guerra etc., para ele ser reconduzido ao estado de juízo perfeito. Porque ele não podia se negar a cumprir a prisão.

I.F. - E o senhor tem conhecimento de casos de oficiais que se recusam, que não aceitam pacificamente?

A.A. - Não, nunca soube de caso disso.

I.F. - Porque aí fica bem mais grave, não é?

A.A. - É, aí a situação é pior, é mais grave. Aí já, além disso, já vem a insurreição, não é? Então tem que ver em que termos tem que ser enquadrado para responder ao Conselho de Guerra.

I.F. - A gente que é civil... Eu às vezes fico pensando que a gente lê nos jornais assim: "Fulano, tal, foi preso, não sei o quê." E sempre aceitam pacificamente. Isso é por formação, como é que é isso? Porque eu, se fossem me prender em casa, eu ia ficar furioso, não ia aceitar pacificamente, não. [riso]

A.A. - Bom, depende. Eu, por exemplo, mandei dizer ao Heck que o dia em que eu dissesse o que ele estava dizendo, que eu me insurgisse contra o um governo, eu já ia ficar esperando a prisão. Quando a gente resolve rasgar a fantasia, romper, tem que esperar a punição. Já sabe: se não tem força para impedir que seja preso, a gente tem que aceitar a prisão.

I.F. - Já conhece as regras do jogo, então.

A.A. - Já, já conhece as regras do jogo.

I.F. - Quer dizer que então normalmente um oficial é preso, ele já sabia que, por suas declarações, ele seria preso.

A.A. - Que estava incurso no regulamento disciplinar da Armada, então já tinha incidido. Houve até isso, houve oficiais que me dissessem: "Ah, mas o almirante Heck está querendo é cartaz, querendo manchete no jornal. O senhor era melhor não punir, etc." Eu digo: "Não, a carreira militar não tem com cartaz ou sem cartaz, porque o pessoal subalterno também vai ver que o almirante pode responder, pode se insurgir, quando dever dar o exemplo, e quando é com eles, eles são punidos etc. e a gente aplica o regulamento e eles aceitam humildemente. De modo que eu não quero saber se vai dar cartaz. Quantas vezes precisar, eu prendo." E prendi, as vezes que... Prendi três vezes.

I.F. - É mais fácil, do cotidiano das Forças Armadas, essa questão de prisão, então.

A.A. - De prisão, faz parte a prisão.

I.F. - Não dançou conforme a música, já sabe que pode ser preso.

A.A. - Pode ser preso. E a gente tem que tomar muito cuidado para que o exemplo venha de cima, que a gente prenda também quem está em cima, e não começar: "Mas é um almirante, vai dar um escândalo, não sei o quê..." Não, prende, um almirante também pode ser preso, não tem nenhuma auréola aí de divindade. Se um almirante se insurgir, é preso. Como o grumete é preso. O regulamento não distingue, o regulamento disciplinar da Marinha não distingue se é isso ou é aquilo: é para todo mundo, a lei é geral. Agora, eu acho isso: que os oficiais da reserva devem obrigatoriamente ser passíveis de punição; o reformado, não. Porque esse já se desliga praticamente da carreira. Na minha condição de reformado, eu posso dizer uma porção de coisas que eu não diria sobre assuntos políticos, na posição de oficial da reserva. Eu acho que não me cabia dizer publicamente etc. Agora, o oficial reformado, não. Mas o oficial da reserva ainda guarda uma parte - pequena que seja, - mas uma parte de obrigação militar. Houve uma época, creio que foi no tempo do general Castelo Branco, o ministro era o Ernesto de Melo Batista, e ele, pressionado por oficiais da reserva, não quis meter a mão na cumbuca. Então conseguiu do marechal Castelo Branco que retirasse do regulamento disciplinar, dos dispositivos do regulamento disciplinar, os oficiais da reserva, justamente porque ele estava sofrendo uma série de ataques de oficiais da reserva. Então ele não queria enfrentar a situação, então ao oficial da reserva passou a ser permitido dizer o que quisesse, abertamente. E depois isso foi revogado; creio que até hoje está revogado. Mas no tempo do marechal Castelo Branco ele alterou as disposições regulamentares, e o oficial da reserva podia se insurgir sobre uma série de coisas

politicamente. Mas foi o almirante Melo Batista quando estava no Ministério - que era um oficial que eu considero muito radical, e que no fim foi vítima de certas arbitrariedades dele, porque ele, pelo próprio marechal Castelo Branco, acabou sendo cassado.

I.F. - É, virou o negócio.

A.A. - O feitiço virou contra o feiticeiro. [risos]

P.R. - Mas o senhor não acha, por exemplo, que restringir o direito do oficial da reserva de se manifestar, de certa forma não está violentando o direito dele como cidadão?

A.A. - Não, porque ele, quando entra para a Marinha, já sabe, a gente já sabe, que uma série de... A vida militar impõe uma série de restrições. Se a gente entra com aquelas regras do jogo, tem que se conformar com elas. Se eu entro para uma carreira militar, eu sei que eu tenho que dever obediência aos meus superiores, eu não posso discutir política, nem religião. Esses deveres todos... nós assumimos esse compromisso. Então, se isso vai até a condição de oficial da reserva, nós temos que aceitar, não podemos nos insurgir. A menos que haja um decreto, como houve no tempo do marechal Castelo Branco, que isentou, mas que depois foi restabelecido pelos inconvenientes que num país como o Brasil isso estava gerando.

P.R. - O senhor que tem experiência internacional: como é que é isso nos outros países?

A.A. - Eu não sei como é nos outros países, não tenho idéia assim de como é regulamentada essa coisa, não tenho a mínima idéia. Eu creio - até uma coisa curiosa -, eu acho... Não sei, não posso garantir, mas é uma coisa que valia a pena ser verificada. Eu creio que o marechal, o general... que foi presidente dos Estados Unidos...

P.R. - Eisenhower?

A.A. - Eisenhower. Ele, antes de se candidatar, pediu demissão do Exército. Porque lá parece que o militar não pode se candidatar a função política. Creio que ele pediu demissão, ele foi nomeado qualquer coisa de direção de uma universidade, de Colômbia, de uma coisa qualquer aí, para depois se candidatar. Mas creio que ele pediu demissão do Exército.

P.R. - Quer dizer, perdendo o posto?

A.A. - É, perdeu o posto - creio eu. Não posso garantir, mas eu tenho idéia de ter lido, era uma coisa que valia a pena ver se ele continuou como general ou se ele realmente pediu demissão do Exército para se candidatar.

P.R. - É, eu não sei. Na França eu sei que é mais ou menos igual aqui: o oficial é muito restringido, é muito limitado nas suas atividades. Mas nos outros países europeus, por exemplo, na Inglaterra, na Alemanha, eu não tenho idéia de como é.

A.A. - Eu também não tenho, não. Agora, tenho idéia de ter lido isso: que antes do general Eisenhower se meter na parte política, quando foi cogitado o nome dele, ele pediu demissão do Exército para enfrentar a eleição.

P.R. - Porque eu suponho que uma coisa é o militar no exército de um direito como cidadão, de se manifestar, e outra é ele se manifestar envolvendo a instituição à qual ele pertence. Quer dizer, parece que há uma diferença nisso.

A.A. - Eu acho que há, porque ele, uma vez que opta pela carreira militar, ele renuncia a uma série de direitos, direitos amplos que o cidadão tem.

I.F. - Isso está me lembrando muito essa luta que está havendo na igreja, inclusive agora, com essas duas linhas dentro da igreja. A pessoa deve uma certa obediência, e está havendo um problema muito sério na igreja. Acho que em relação a isso: opiniões divergentes...

A.A. - É, eu acho que está havendo uma insurreição.

I.F. - Existe uma certa obediência que eles têm que ter, e quando se revoltam, eles são punidos inclusive. Agora eu estou pensando nisso, quer dizer: uma certa comparação entre as regras das Forças Armadas, que são instituições que mantêm determinados regulamentos, e que têm que ser obedecidos.

A.A. - Chamam os padres de passeata, não é?

I.F. - Exato. Agora, eu pergunto o seguinte: um oficial entra para as Forças Armadas, mocinho, às vezes não tem nenhuma intenção política, e, com a vida, ele vai se modificando. De repente, ele resolve se insurgir. Como é que faz? Ele vai ficar preso o resto da vida? Porque ele não vai ser... Ele vai para a reserva, se ele quiser.

A.A. - Se ele resolve...

I.F. - Ele pode pedir para a reserva.

A.A. - Se ele resolve se insurgir como?

I.F. - É, ele de repente não se conforma mais com determinado...

A.A. - Então ele pede demissão, pede transferência para a reserva, se não quiser, e espera que acabe...

I.F. - Sim, mas ele pede para a reserva e...

A.A. - E espera que ele seja reformado.

I.F. - Mas aí, põe tempo.

A.A. - Bom, depende da...

I.F. - Se ele for coronel, por exemplo.

A.A. - Depende do posto, a reforma para coronel é anterior à de oficial...

I.F. - Existe alguma maneira de ele se desligar completamente?

A.A. - Permanecendo no...

I.F. - Não: ele sair e não ficar na reserva, passar para a... como é que chama? Reforma.

A.A. - Não, ele não pode passar para reforma. Ele pode pedir demissão e ele então passa a ser oficial da reserva não remunerada.

I.F. - Ah! Corta totalmente o vínculo?

A.A. - Corta. É o caso de dois colegas meus: o Ernâni Amaral e o Augusto Amaral. Eles pediram demissão da Marinha porque eles aceitaram a função de ministro - o Ernâni, ministro do Tribunal de contas. Ele não podia ser ministro do Tribunal de contas sendo militar.

[FINAL DA FITA 23-A]

A.A. - ... sendo militar, acumular as duas posições. Então ele não é mais...

I.F. - Quer dizer então corta os vínculos totalmente. Inclusive pensão da família, tudo isso, perde?

A.A. - Perde. Pensão para família, não.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Ele perde as vantagens pessoais, mas a família continua.

A.A. - A família continua. Não o direito a montepio; ele ter direito à contribuição para pensão no falecimento dele, mas não a pensão, digamos assim, de aposentadoria, isso não.

I.F. - Só em caso de morte dele é que passa a receber.

A.A. - Em caso de morte, ele, continuando a contribuir para o montepio a que ele já pertencia...

I.F. - Quer dizer, fica na condição mais ou menos em que ficaram os oficiais que foram cassados?

A.A. - Mais ou menos. Os oficiais que foram cassados passaram... As esposas passaram a ser viúvas. Então o militar que pede demissão pode continuar contribuindo pelo menos para o montepio.

I.F. - Então o oficial que queira se desligar pode, a qualquer momento...

A.A. - Eu estou dizendo isso porque sei que o meu colega Ernâni Amaral contribui para o montepio, continua contribuindo...

I.F. - E em caso de morte, a viúva recebe a pensão.

A.A. - Deixa o montepio para a viúva. Porque ele pensava muito na menina, na Celina. Porque ele diz: "A gente... Eu não sei o que..."

I.F. - É, porque filha de militar e mulher recebem sempre, não é?

A.A. - É, recebe. "Eu não sei o que vai ser da vida da gente no futuro, ninguém sabe o que é, então eu quero que a minha filha tenha direito ao montepio no caso do meu falecimento.

I.F. - Quer dizer que a igreja então é pior ainda, porque o padre não pode se desligar.

A.A. - O padre...

I.F. - Eu digo: a igreja então é mais rígida ainda que as Forças Armadas.

A.A. - Poder, pode, não é? Mas é excomungado, não é isso?

I.F. - É, tem um negócio complicado, um negócio desses qualquer. Quer dizer, foi ser padre, é para o resto da vida, e o militar, pelo menos, pode, se quiser...

A.A. - Se quiser, ele pode pedir demissão. Eu tive um caso assim, tive um caso de um oficial que pediu demissão. Agora, eu praticamente compeli esse oficial a pedir demissão. Porque é uma coisa muito curiosa, vamos dizer, na vida jurídica, que eu vi muito na Marinha. O oficial, ele comete uma série de irregularidades, é aberto o inquérito. Esse oficial é punido com a transferência para a reserva e incurso em uma série de artigos, que ele não pode mais permanecer no serviço efetivo, ele é transferido para a reserva, no posto em que estava. O tempo passa, as coisas acalmam, esse oficial vai para o judiciário, mete um recurso com advogado etc., vai, e aquilo rola, rola, rola, então chegam à conclusão da nulidade daquele processo. Então o que acontece: esse oficial que saiu como capitão-tenente, por exemplo, por efeito de decisão do judiciário, aquilo tudo é anulado, então ele volta para o posto que ele teria se tivesse permanecido no quadro. Então a turma dele, o equivalente em antigüidade, está como capitão-de-mar-e-guerra. Então ele volta para capitão-de-mar-e-guerra, na reserva, mas passa a receber atrasados e passa a perceber a remuneração toda do posto que ele poderia ter, mas não tinha porque não prestava. Então tinha um oficial assim, um capitão-tenente, estava metido em negócios aí, uma série de coisas, e o inquérito apurou que ele devia ser transferido para a reserva. Eu disse ao meu chefe de gabinete: "Olha, esse negócio me repugna muito porque esse oficial vai para a reserva e vai voltar amanhã, daqui a anos, se ele viver, vai voltar como capitão-de-mar-e-guerra. Você chama esse oficial - como ele era metido em negócios -, diz a ele que se ele não pedir demissão da Marinha, que eu vou botar em pratos limpos a conduta dele imoral etc., em negócios, tudo isso, que ele andou fazendo, vou publicar tudo isso para desmoralizá-lo publicamente." Ele pediu demissão da Marinha. Se não tivesse pedido, teria voltado.

I.F. - E quais são os meios que as Forças Armadas têm para expulsar oficial?

A.A. - Expulsar precisa que seja o Conselho de Guerra etc., que a Justiça militar julgue que é caso de expulsão.

I.F. - Vamos dizer que um oficial entre com declarações políticas: uma vez, duas vezes, é preso novamente. Isso pode levar à uma expulsão?

A.A. - Não, isso é... Poder, não há nada impossível, mas depende que ele consiga que aquilo chegue a um estado de gravidade que o conselho de Justiça, Conselho de Guerra etc., chegue à conclusão que a única solução é a expulsão.

I.F. - E aí perde os direitos, a aposentadoria?

A.A. - Perde todos os direitos. E há o caso de eliminação também da Força Armada, que é o caso de condenação a mais de dois anos. Se um oficial comete uma série de crimes e é condenado... - uma série ou um crime; comete um crime, e a condenação na Justiça é de mais de dois anos, ele é demitido.

P.R. - Pois é, isso aconteceu na FAB, em 1952, desses inquéritos a que me referi, com dois oficiais: um era major, era o Sebastião Dantas Loureiro, e o outro era primeiro-tenente, Mauro Vinhas de Queirós.

A.A. - Foram demitidos.

P.R. - Foram demitidos.

A.A. - Foram demitidos a mais de dois anos?

P.R. - A mais de dois anos, é.

A.A. - É demissão sumária. É da lei mesmo. Geralmente essas condenações nunca passam de dois anos justamente por isso. Nós tivemos um almirante, almirante Belford, ele foi condenado por ações... A Justiça considerou ações irregulares na direção do Arsenal de Marinha. Ele foi condenado a dois anos. Mais de dois anos, ele era demitido.

V.A. - Como era o nome dele?

A.A. - Armando Belford. Eram dois irmãos, e esse Belford que foi condenado era um brilhante oficial. Eram dois oficiais, dois irmãos. Um belo marinheiro, era esse que depois foi diretor do Arsenal de Marinha, e o outro era uma figura um tanto apagada. Então nós..., porque chamávamos os dois de Belford. Então esse que era bom marinheiro nós chamávamos de Belford Sailor, e o outro era só Belford. [risos] Esse Belford Sailor, coitado, chegou a almirante para ter um fim melancólico desses. A vida é muito triste em certas coisas, porque a gente vê as pessoas através da estrada da vida, de repente sofrem influências que a gente não sabe as razões delas, e às vezes depois de um caráter sem jaça, de vez em quando modificam, anulam todo aquele passado, passado bonito, brilhante etc.

I.F. - É. Plínio, você vai retomar...

P.R. - Pois é, o fato real é o seguinte: é que independente de todos esses regulamentos, o militar interfere realmente no processo político, ou a chamado da sociedade civil, ou não, mas o fato é que as mudanças bruscas nas instituições políticas são realizadas através da interferência do elemento militar - senão, não haveria. E isso muitas vezes... Ou para suprir uma deficiência do Congresso...

A.A. - O maior responsável é o Congresso.

I.F. - ... ou por uma incompatibilidade natural que existe entre o militar e o elemento político. Enfim, o fato é que isso interfere. E o segundo governo Vargas é muito característico disso. Nós verificamos, por exemplo, o senhor que serviu naquela época... Nessa época o senhor estava como chefe de gabinete do almirante Guillobel.

A.A. - Do almirante Guillobel. Uma parte do tempo, porque depois eu saí, fui para a Espanha.

P.R. - Mas o senhor já foi no final, não é?

A.A. - Fui no final.

P.R. - Quer dizer, no período mais tenso o senhor estava aqui, não é? É o caso, por exemplo... O senhor se lembra da reforma ministerial de 1953? - onde houve uma reforma parcial do ministério; o almirante Guillobel permaneceu, inclusive.

A.A. - Permaneceu, parece que foi o único que permaneceu.

P.R. - Não, o Cleofas também.

A.A. - O Cleofas também?

P.R. - É, o Cleofas também. É, houve uma mudança assim de alguns ministros civis e tal. O senhor tem uma idéia, mais ou menos, a respeito dos motivos que levaram o presidente Vargas a modificar o ministério naquela época?

A.A. - Não, não tenho idéia assim, não. Acredito que fosse a conjuntura política que levasse a alterar, não é? Alterar para ver, porque com aquele gabinete, aquele ministério, ele estivesse se sentindo sem condições para continuar a carregar o andor. Deve ter sido isso, a razão deve ter sido essa.

P.R. - O senhor acha que o inquérito da *Ultima Hora* foi vital no desfecho de 24 de agosto?

A.A. - O inquérito do Galeão?

P.R. - O inquérito da *Ultima Hora*.

I.F. - O jornal.

P.R. - Aquela comissão parlamentar de inquérito contra o jornal *Ultima Hora*. Porque aquilo teve uma seqüela muito grande.

A.A. - Não posso dizer.

P.R. - Não, não é?

A.A. - Não. Eu acho que o que causou mesmo a derrubada foi aquele crime da rua Toneleros. Sem aquilo eu acho que ele emplacava o tempo - faltava um ano.

P.R. - Quer dizer, se não houvesse o problema de Toneleros...

A.A. - De Toneleros, acredito que ele...

P.R. - ... o senhor acha que o crime não teria um descobrimento militar.

A.A. - Não, não teria.

P.R. - Não teria?

A.A. - Não, eu creio que não. Porque aquele crime da Toneleros envolveu uma força armada; a Aeronáutica tomou... assumiu os brios daquele movimento. Era um major que tinha sido morto por um - apurou-se depois - por um elemento da guarda presidencial etc. Aquilo para os elementos que estava..., que ainda não tinham se aglutinado, aquilo juntou todo mundo da Aeronáutica. Irritou toda a opinião aeronáutica, com reflexos nas outras forças armadas. Aquilo foi a coisa triste, acredito que foi o que abalou realmente a administração Vargas. Se não houvesse aquilo, ele teria se agüentado. Porque, para enfrentar aquilo, ele teria que ter um ministro da Aeronáutica e um ministro da Guerra - como um Denys etc. - que tivessem força dentro do Exército para impedir a avalanche anti-Vargas. Mas ele não tinha, ele já tinha mudado de ministro três... três ministros, três ministros do Exército, e da Aeronáutica, ele mudou à última hora, e depois ainda passou o movimento para... O Epaminondas governou três ou quatro dias e por aí foi.

I.F. - Qual é a análise que o senhor faz do papel específico do Carlos Lacerda e das ligações do Carlos Lacerda com a Aeronáutica?

A.A. - Eu não tenho idéia dessa situação. Agora, que ele explorou o movimento, naturalmente tinha que explorar. Agora, por que ele tinha um oficial da Aeronáutica ao lado dele? Era talvez algum amigo particular dele. Não creio que ele pegasse um oficial da Aeronáutica para assessorá-lo para impressionar, para carrear a Aeronáutica para ele. Acredito que aquele major Vaz fosse um amigo dileto dele, um acompanhador dele.

I.F. - Mas não era só ele que acompanhava, não. Ele tinha sempre oficiais da Aeronáutica...

P.R. - Fontenelle, tinha o Gustavo Borges e tinha um outro. Eram quatro pelo menos. Quatro eram realmente freqüentes, não é? - nesses acompanhamentos. Não recordo o nome do quarto.

A.A. - Não sei, mas não acho que ele representava a Aeronáutica...

P.R. - Lameirão.

I.F. - Lameirão.

A.A. - Acho que eles não representariam a Aeronáutica. Eram quatro oficiais que estariam lá assessorando a ele etc., mas não creio que... Agora, que havia uma corrente na Aeronáutica contra o presidente Vargas, devia haver. Porque a própria nomeação do Nero Moura para o Ministério da Aeronáutica, embora ele fosse aceito, mas aquilo deve ter magoado o espírito da Aeronáutica - acredito. Tendo vários oficiais generais etc para exercerem a função, parecia uma espécie de revanche, não é?

I.F. - E qual é a sua opinião sobre o Carlos Lacerda mesmo? A figura dele?

A.A. - O Carlos Lacerda, eu acho uma figura interessante, altamente inteligente, um homem que falava às massas com... impressionava as massas. Para ler - os artigos dele, horríveis, horríveis. Ele era o contrário do Nelson Rodrigues: o Nelson Rodrigues, o que tinha de interessante lendo, falando era uma lástima! [risos] O Carlos Lacerda era o contrário. O Carlos Lacerda falando era um Jânio Quadros com mais vigor, com mais fogo ainda, não é?

I.F. - E com mais charme, também.

A.A. - Com mais charme etc. Agora, o Carlos Lacerda escrevendo, os artigos do Carlos Lacerda eram fastidiosos, era para a gente ler na hora de dormir. Eu ficava admirando. [risos] Agora, ele era um homem altamente agitador. Ele tinha se especializado na destruição, e quando veio a revolução, que ele deu o braço ao marechal Castelo Branco, ele não tinha como agitar. Acabou brigando com o marechal Castelo Branco. Acabaram se incompatibilizando. Eu ainda me lembro, eu estava em Washington quando ele ainda namorava o Castelo, ou se namoravam mutuamente, ele foi lá para falar na imprensa - eu vi na televisão ele dando entrevistas defendendo o governo do marechal Castelo Branco.

V.A. - Foi em Washington?

A.A. - Foi a Washington, falou às massas na televisão, eu assisti pela televisão. E depois ele chega e rompe com o Castelo Branco e vai embora, e depois acaba fazendo aquele frente... Era o Juscelino, ele...

P.R. - E o João Goulart; era a Frente Ampla.

A.A. - Frente Ampla - o Renato Archer etc. Aliás, há uma passagem muito curiosa do Renato. O Renato foi para a Frente Ampla e, no fim, uma porção de gente foi cassada. O Renato, que era, vamos dizer assim, agressor também, participava daquele movimento anti-Castelo Branco... Os companheiros etc. Foram sendo cassados, e ele não foi cassado! Não seria cassado. Até que um belo dia o Renato foi cassado, ele disse: "Graças a Deus! Porque eu já estava com vergonha, todo mundo cassado e eu... Que papel faço nessa história toda?" [risos]

I.F. - Agora, o Carlos Lacerda teve, quando moço, ligações com o Partido Comunista. Depois mudou.

A.A. - Regenerou-se, digamos assim. [risos]

I.F. - Depois ele teve um papel importante na crise de Vargas. Ele teve um papel importante na crise de Jânio, e depois ele conseguiu se desentender com o Castelo Branco.

A.A. - Se desentender, pois é. Ele era um homem de oposição: para início de conversa, sou contra. Qualquer coisa que dissesse, ele dizia: "Sou contra." Não é? Ele gostava de ser contra. Ele gostava de atacar, ele era um homem de ataque, não era de expectativa.

P.R. - Mas a atividade dele era subversiva.

A.A. - Era uma subversão, vamos dizer assim, era um subversivo elegante, interessante. [risos] Ele era subversivo com graça. Porque a gente ouvindo o Carlos Lacerda, ele era vigoroso na pregação dele.

I.F. - E o Clube da Lanterna?

A.A. - O Clube da Lanterna não tenho assim idéia...

I.F. - Uma organização aí que juntaram a favor do Lacerda.

P.R. - É, participavam aquelas mulheres...

I.F. - Mulheres principalmente, não é?

P.R. - Foi criado pelo Amaral Neto.

I.F. - Amaral Neto, é.

A.A. - As viúvas.

P.R. - Exatamente. [risos]

A.A. - Mas o Carlos Lacerda era uma figura interessante. Agora, altamente destruidor.

P.R. - A opinião do senhor coincide exatamente com a opinião do presidente Tancredo Neves. Ele disse, na entrevista que ele fez conosco, a mesma coisa que o senhor falou: que a crise de agosto foi política até o dia 5 de agosto, e passou a ser militar a partir do momento do assassinato do major Vaz. Porque até o assassinato do major Vaz, ela teria uma solução política, e tudo levava a crer que o desfecho não seria aquele.

A.A. - Não seria, eu acho que, como estavam as coisas, por ruins que fossem, ele chegava a terminar o governo. Mas aquele...

I.F. - Parece que teve um agravante pelo fato de ter sido com uma arma da Aeronáutica que facilitou a questão do IPM militar, não é?

P.R. - Exato.

I.F. - Se a arma não fosse da Aeronáutica, poderia ter continuado como uma crise política, mas o fato de ser uma arma das Forças Armadas.

A.A. - Matando um oficial da Aeronáutica, tudo isso.

I.F. - ... possibilitou um IPM mais rígido e inclusive desenvolver aquilo tudo.

A.A. - A Aeronáutica chamou a si o problema; o problema passou a ser militar, e aí foi em cadeia, foi uma erupção em cadeia.

I.F. - E houve paixões muito violentas ali, não é?

A.A. - Havia.

I.F. - Inclusive aquela questão da República do Galeão foi uma coisa muito...

A.A. - Foi, aquilo ali até eu digo o seguinte... Eu não estava aqui, é muito fácil a gente criticar. Mas eu acho que o general Caiado de Castro, que era o chefe do Gabinete Militar, eu, na posição dele - não sei se estando lá, faria..., - na posição dele eu não deixaria aquele inquérito do Galeão entrar no palácio, de jeito nenhum. Embora o presidente mandasse. Ou então deixava o gabinete, mas não permitia aquilo. Aquilo era o fim de tudo, a devassa do palácio! Abrir o palácio de cabo a rabo para todo o mundo procurar cartinhas e cartões e não sei mais o quê!

I.F. - Que envolveram inclusive a dona Darci, não é?

A.A. - É.

P.R. - Então o senhor ia dar cumprimento àquele conselho que o pai do senhor lhe deu quando o senhor foi nomeado ajudante-de-ordens?

A.A. - É...

P.R. - O senhor ia executar aquilo?

A.A. - Como?

P.R. - Aquele conselho que o senhor recebeu do seu pai.

A.A. - Ah, ia!

P.R. - De preservar a...

A.A. - A pessoa do presidente. A invulnerabilidade dele dentro da minha vida, não é?

P.R. - Almirante, eu queria fazer uma pergunta. Diz o Segadas Viana que não existem perguntas indiscretas, existem respostas...

A.A. - Não, há respostas.

P.R. - Respostas indiscretas é. O que o senhor acha da interferência assim ostensiva do governo norte-americano na vida política brasileira?

A.A. - Bom, eu acho o seguinte: que a culpa é do Brasil. Eu acho que a culpa é nossa.

P.R. - Que não sabe se defender?

A.A. - Que não sabe ou não quer. Porque nós temos uma condição, digamos assim, de pobreza, de pobreza interna, que nós respiramos um pouco pelo pulmão dos Estados Unidos. Então nós temos que... Para romper, eu acho que é difícil, é um problema difícil. Os Estados Unidos tiram proveito disso, mas cabe a nós limitar ao mínimo possível esse elemento que os Estados Unidos podem ter. Eu acho que a culpa é nossa porque nós devemos refrear. Porque o americano é curioso: quando nós entramos um pouco de sola, ele recua. Ele dá investida, mas quando nós endurecemos o corpo, ele vai amansar, vai procurar dialogar e estabelecer uma forma de entendimento. Agora, se nós deixarmos, eles vão invadindo, vão tomando conta das coisas. E têm razão para tomar. Porque se nós deixarmos, não é? Isso é que eu acho. Eles tentam - como não tentam só no Brasil, tentam numa porção de lugares, não é? Por instinto de conservação, de autodefesa. Porque eles são uma nação que tem influências e tem responsabilidades numa série de pontos do planeta, eles procuram conseguir o máximo a favor deles. As vezes com inabilidade, aí é que a Inglaterra ensinou, mas eles não aprenderam. Porque a Inglaterra ensinou uma porção de coisas, mas o americano quer ser autodidata, em vez de pedir conselhos à Inglaterra, não: quer fazer - deixa que eu faço, não é? Aquele negócio do futebol: deixa que eu chuto, e acaba fazendo besteira. O americano é muito inábil numa porção de coisas.

Agora, do Brasil, eu acho que uma parte é culpa nossa. Nós nos entregamos. É por isso que os argentinos criticavam muito o Brasil, faziam anedotas até faziam espírito com o Brasil: o Brasil tinha aquelas cédulas - que o marechal Castelo Branco acabou, botou República Federativa: "República dos Estados Unidos do Brasil". E os argentinos mudavam a cédula e botavam República do Brasil dos Estados Unidos. [risos]

I.F. - É, porque a influência sempre foi muito grande, não é? Pelo menos a força que eles fazem...

A.A. - É, mas eles têm razão de quererem as coisas. Agora, nós é que temos que não nos deixar absorver, de modo que isso é culpa nossa. É como... O senhor vê o seguinte: o problema do militar no Brasil, a culpa é do Congresso. Eu culpo o Congresso. Porque o senhor veja os Estados Unidos: o caso de *Watergate*, o caso do Nixon. No Brasil tinha havido uma revolução. Porque o Congresso seria incapaz de impedir o presidente de exercer o mandato. Lá, não: o próprio partido, quando Nixon ficou incompatibilizado, o próprio partido cooperou para que o Nixon se afastasse. Aqui, o Legislativo fica esperando que as Forças Armadas derrubem, para depois reivindicarem a autoridade deles, quando eles têm recursos para decretar o *impeachment* do presidente da República. Se o governo não está bom... Não é só no parlamentarismo que cai o governo, o presidencialismo pode fazer isso. O presidente não está se conduzindo ao sabor dos interesses nacionais - que os políticos devem ver o que está acontecendo -, então, se vêem que o presidente não é pessoa indicada para exercer aquela função, eles

politicamente têm as armas - como aqui, como na Argentina - para mandar embora o presidente. Na Argentina foi a mesma coisa: a Isabelita não podia ser nem presidente do Tupinambá Futebol Clube, era presidente de uma nação como a Argentina. Agora, quem é que tinha que mandar a Isabelita embora, que foi feita presidente por obra e graça do Perón? Era o Congresso! Aquela mulher era um desrespeito ao Congresso, um desrespeito ao país. Era uma criatura sem condições nenhuma para dirigir, comandada por aquele *brujo*, López Vega, López de Vega, que era o mágico. Que até a Janete Clair depois fez uma novela em que aparece um arremedo daquilo, não sei se...

I.F. - Não vi, não...

A.A. - Uma novela... Como era o nome da novela? Não me lembro o nome, era uma novela interessantíssima, que tinha um camarada que fazia mágicas e se apaixonou por uma moça, depois ele vai fazendo uma porção

de malabarismos etc. e acaba dominando uma corrente da opinião pública do país. Depois no fim ele não se dá bem e vai para a República do Sacramento qualquer aí e lá então ele domina o presidente do país, domina a mulher do presidente e fica fazendo as mágicas dele lá. Era o caso do López de Vega que saiu do Panamá e veio reger a batuta da Argentina. Mas eu estava vendo aquela história da Janete Clair e estava vendo o negócio da República da Argentina. Porque ela juntava, parece, uma série de artigos de jornal; naquilo ali ela se inspirava. Ela pegou aquele negócio do El brujo, e então ela criou um El Brujo numa novela muito interessante. Não me lembro o nome da novela.

P.R. - Mas a gente sabe também que isso tudo depende de um problema de poder. O senhor verifica, por exemplo, que nos Estados Unidos, existiram presidentes, e parece que ainda existem, que não ficam muito longe de Isabelita. Quer dizer, o atual presidente dos Estados Unidos, por exemplo, qual é a credencial que ele tem? O senhor já imaginou... Porque aqui nos escandalizamos tremendamente...

A.A. - Eu acho o seguinte: a credencial que ele tem é um passado político. Ele foi governador de estado, ele vem fazendo política há muitos anos, ele não saiu de *Hollywood* para ser presidente da República. Ele deixou *Hollywood* e foi começar a fazer política; não sei como é que ele começou - de vereador ou coisa que o valha -, mas exerceu o governo de um estado. O governo de um estado é qualquer coisa, é um suporte que vale qualquer coisa. Quando ele veio para se candidatar a presidente da República, ele já era um homem conhecido nos Estados Unidos, não como artista de cinema, mas como um político de certa influência. Para vencer num partido daqueles... Não é um partidinho, não é um partido "*sloper*" qualquer, como chamava o presidente Vargas esses partidos pequenos. Mas para chegar a convenção com todos aqueles elementos, aqueles cérebros todos da convenção, e escolheram o...

I.F. - O Reagan.

A.A. - ... O Reagan, é porque viam que ele tinha qualquer coisa de plausível para poder dirigir o país.

I.F. - Diferente da Isabelita.

A.A. - Muito diferente da Isabelita. A Isabelita saiu do palco lá do Panamá para vir ser vice-presidente e foi presidente da República. A Argentina é um país sul-americano, digamos assim, nós somos fracos, somos subdesenvolvidos, mas é um país de respeito, é um país que tem uma história, principalmente de dignidade de seus presidentes. Agora bota aquele bailarino, para... Não é nenhum Pavlova, nem coisa, não é? [risos] I.F. - Está ótimo!

A.A. - Para ser presidente dos Estados Unidos?⁴ É uma surra! Eu fui adido naval na Argentina, aquelas famílias tradicionais argentinas - Anchoreanos e Lavalles e não sei mais o quê -, aquilo era gente que levava vaca no navio para beber o leite. Era gente tradicional digamos, de herbanário etc. Aquela gente ter que aceitar a dona Isabelita!

I.F. - Inclusive as Forças Armadas na Argentina são uma elite, não é?

A.A. - Tem, tem gente de elite lá.

I.F. - É um tipo meio europeu, as Forças Armadas lá, não é?

A.A. - É, o exército é formação alemã. Agora, aquela senhora chega e começa e dirigir os Estados Unidos da forma mais atabalhoada.

I.F. - A Argentina.

A.A. - A Argentina. Não entendia nada de nada. Eu estava num avião, peguei um avião para ir para a Argentina, estava lendo *La Nación*, *La Prensa*, um desses jornais, e tinha um artigo de fundo escandalizado. Porque ela assinou um decreto fazendo... O funcionalismo público podia se aposentar com todos os proventos quando já atingisse a idade de 50 anos. Já imaginou o rombo que isso dava numa nação já meio falida como a Argentina? E assim, mil e uma coisas! Não podia ser nem vice-presidente nem nada! Chega, pega uma senhora dessas para ser presidente de uma nação como a Argentina? A Argentina é altamente respeitável, embora eu não morra de simpatias por ela - acho que há até um antagonismo muito grande entre nós e eles, porque eles querem a mesma fatia...

[FINAL DA FITA 23-B]

A.A. ... do queijo que nós, não é? De modo que eles são meio catimbeiros etc - os governos; o povo, não. O povo, eu gostava muito dos argentinos, mas os governos são meio catimbeiros. [risos]

Bom, acho que nosso tempo terminou por hoje.

14ª Entrevista: 09.07.1986

I.F. - Ministro, nós gostaríamos de começar hoje nossa entrevista, conversando um pouquinho sobre a Espanha, onde o senhor servia como adido militar, de junho de 54 a novembro de 55, não é isso?

A.A. - Sim.

⁴ Provavelmente o entrevistado quis dizer "Argentina" ao invés de Estados Unidos.

I.F. - Quer dizer, o senhor passou lá um ano e pouco. Qual foi a impressão que o senhor teve da Espanha naquela época?

A.A. - A impressão que eu tive é que era um país completamente sacrificado por dois fenômenos. Um tinha sido a guerra civil...

I.F. - Que foi brutal.

A.A. - ... na qual - me disse um oficial, um general - eles perderam de vidas, da população deles, eles perderam um milhão de seres, durante toda a guerra civil. E a outra impressão de outra situação que eles enfrentavam era o seguinte: era o boicote americano. E eles tinham um estoicismo fabuloso, porque eles resistiam àquela pressão americana de uma forma..., até uma forma gloriosa. Porque eles não tinham a mínima ajuda americana de importação de coisas que viessem a resolver problemas - problemas internos da conjuntura que eles estavam atravessando. E eu fiquei até admirado, porque quando eu cheguei lá, nós já estávamos acostumados aqui no Brasil com essas bombas de gasolina automáticas, de apertar botão. Tudo lá..., para botar a gasolina nos carros, era aquela bomba ainda manual de encher um cilindro e depois encher o outro, aquele negócio demoradíssimo, porque eles não recebiam material.

I.F. - E esse boicote americano foi em consequência da guerra civil, da não participação da Espanha na grande guerra?

A.A. - Esse é bem do lirismo americano, de querer implantar a democracia de qualquer jeito. Mesmo que a democracia seja comunista. Então eles não viam com bons olhos, como não estão vendo o Pinochet etc.

I.F. - Agora, não é?

A.A. - É. Porque era um ditador, o El Caudillo era um ditador. Então eles não queriam conversa com a Espanha. A ponto de uma ocasião... Eu fui a uma reunião, e o Caudillo me disse, também, numa recepção que ele deu no palácio de verão dele, quando eu o cumprimentei, ele me abraçou e disse: "A Espanha nunca se esquecerá do auxílio do Brasil." Porque o Brasil, numa votação na Organização de Estados... Como é? A ONU. O Brasil votou contra a proposta americana de apertar a goela da Espanha e o Brasil não quis saber de história, votou contra a aprovação do projeto. E o próprio Caudillo me disse... Ele era um homem muito seco, muito... Ele me tratou como adido naval de uma forma diferente que tratava os outros, naquela saudação daquele ritual convencional, não é? Ele disse: "A Espanha nunca esquecerá o que o Brasil fez." E eu sabia o que era: era o voto do Brasil.

I.F. - Porque em termos históricos, o senhor, embora tenha ido para lá em 54, foi muito perto da guerra da Espanha, que terminou em 39. Quer dizer então, em termos históricos foi muito pouco tempo, e ainda estavam vivendo os resultados daquilo.

A.A. - Vivendo a queda da democracia, a queda da democracia espanhola que era eminentemente comunista, e então o Caudillo, o generalíssimo Franco tomou conta, foi vitorioso no resultado final e tomou conta do governo espanhol. Então os americanos não toleravam aquilo e faziam uma pressão tremenda.

I.F. - Agora, a Alemanha teve uma participação muito grande na guerra da Espanha.

A.A. - Teve, que diga aquele quadro do Picasso, a... Como é?

I.F. - Guernica.

A.A. - É. Eu vi esse quadro no museu do Prado, ele está agora no Museu do Prado.

I.F. - Eu também vi agora quando eu estive lá.

A.A. - Guernica, não é? Está no primeiro andar. Só eu que subi até, porque minha mulher não podia subir escada. Eu digo: "Mas eu vou ver de qualquer jeito, você espera aí em baixo que eu vou ver."

I.F. - Também fui ver quando estive lá.

A.A. - E é um quadro... Eu não gosto de pintura moderna, mas não sei se é uma sugestão que a gente tem, o quadro me impressionou.

I.F. - É impressionante.

A.A. - É impressionante, ainda vejo aquela lâmpada acesa em cima, aqueles cavalos de boca aberta... Aquele quadro é um quadro que a gente não esquece.

I.F. - Mexe com a gente.

A.A. - São quadros que a gente não esquece. É quase que... Por exemplo, os quadros do El Greco, para mim foi o pintor que mais me impressionou de tudo que eu tenho visto. Os quadros do El Greco eu não esqueço, eu vejo as figuras, se parecem com as pinturas dele, aquele azul, uma tonalidade de azul meio esmaecido, vermelho e amarelo - as três cores dominantes dele. E o Guernica também me impressionou, embora fosse um quadro de um estilo que eu não gostava, não.

I.F. - Mas voltando à nossa Alemanha, a participação dela na guerra da Espanha foi muito grande.

A.A. - Foi muito grande.

I.F. - Serviu inclusive como treinamento para a Segunda Guerra, não foi?

A.A. - Dizem que foi, atribuem aquilo como um treinamento.

I.F. - E o senhor quando estava lá, o que o senhor notava das relações Alemanha e Espanha?

A.A. - Não eram assim digamos, acintosas, não se notava a influência...

I.F. - O senhor já pegou o período da Alemanha derrotada na guerra.

A.A. - É, mas não se sentia influência prussiana.

I.F. - E o povo em relação à Alemanha, tinha uma admiração?

A.A. - Também não tinha assim, não sentia grande admiração pela Alemanha, não. Eu não senti nessa época. Não sei se durante a campanha...

I.F. - Nem o senhor soube como foi?

A.A. - Não, não tive notícia nenhuma disso.

I.F. - A atitude do generalíssimo em relação à Alemanha, nada disso?

A.A. - Não, não.

I.F. - Porque me chamou a atenção o fato de o senhor ter servido como adido naval na Argentina, que teve uma ligação bastante grande com problema de guerra, tudo isso. E depois o senhor pegar também como adido naval na Espanha, que também teve...

A.A. - Onde havia terminado uma guerra.

I.F. - Onde tinha terminado uma guerra, a Alemanha também derrotada, e que tinha sido uma aliada da Espanha. O senhor não pode fazer nenhuma comparação entre essas duas situações, não?

A.A. - Eu faço a comparação que é a seguinte: é que na Espanha foi uma guerra interna, e os outros conflitos foram feitos guerra com inimigo extraterritorial, Essa, para mim é a diferença mais sensível. Que na Espanha foi uma guerra em que ele combatia os irmãos, e as outras guerras, a gente combate as pessoas, os...

I.F. - Mas o que eu digo é o seguinte: quando o senhor estava na Argentina, tinha ligação Argentina-Alemanha.

A.A. - Ah, tinha, tinha.

I.F. - Isso numa outra situação, que era a Argentina com uma guerra...

A.A. - Com a guerra declarada no continente.

I.F. - Exatamente. E, na Alemanha,⁵ o senhor também pegou um país que teve a influência da Alemanha numa guerra lá dentro.

A.A. - Peguei, pois é. Mas não se notava essa dominação, essa influência germânica como se notava na Argentina, não. Em todos os setores a gente sentia que a Alemanha estava sendo olhada com grande simpatia.

V.A. - Na Argentina?

A.A. - Na Argentina.

⁵ Na intenção de IF, trata-se da Espanha, e não da Alemanha.

V.A. - Quais setores, o senhor sabe?

A.A. - Hein?

V.A. - Todos os setores?

A.A. - De um modo geral, na opinião geral. Na opinião pública geral eles tinham simpatia pela Argentina.⁶

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que a Argentina em si era mais simpática ao nazismo do que a Espanha?

A.A. - Acho que era. Agora, por quê? Eu creio que eles, com a idéia do predomínio da América do Sul, eles viam com bons olhos o conflito ser favorável à Alemanha, porque eles teriam outra forma de se sentirem como líderes no continente sul-americano. Essa era, para mim, a estratégia argentina.

I.F. - E a situação também que o senhor pegou na Espanha, já era com uma Alemanha derrotada.

A.A. - Derrotada, era uma Alemanha derrotada, que tinha ajudado o governo do generalíssimo Franco a vencer a parada, mas apenas como um auxiliar, não como um aliado que estivesse reivindicando, digamos assim, a favor do governo espanhol a qualquer preço.

I.F. - E a opinião pública em relação ao generalíssimo Franco?

A.A. - Eu não senti oposição a ele, não; não se sentia, não. Sentia um pouco de influência da pressão americana, porque a adversidade une, não é? E a prosperidade separa. O povo espanhol estava sofrendo a adversidade decorrente da pressão americana. O que pressionava mais a população espanhola era a pressão americana que privava os espanhóis de terem uma série de... de satisfazerem uma série de necessidades prementes que eles tinham. A estrada de ferro espanhola, os trens andavam... Eu viajei para a França até... de Madri até [Andaiá]⁷ para ir a Paris etc.: os trens andavam a 40 quilômetros por hora, porque os leitos não agüentavam a pressão com o aumento da velocidade. Então para não haver desastres ferroviários, eles andavam a 40 quilômetros, andavam lentamente para poderem manter as estradas de ferro em funcionamento.

P.R. - Mas como é que se sentia que isso era uma pressão americana?

A.A. - Por que? Porque eles teriam recursos, com os americanos teriam recursos para poder importar o material de que eles careciam. Porque havia um boicote. Como eles estão querendo fazer hoje, estão querendo fazer com a África do Sul, uma série de situações desse tipo, os americanos faziam pressões e sonegavam todo o fornecimento. Porque a Espanha não era auto-suficiente, ela precisava de uma série de materiais importados. Em matéria de carros, de tudo isso, eles tinham dificuldade de obter, porque a indústria automobilística deles começou a crescer depois da guerra. Então eles começaram a fabricar uns automóveis de origem italiana etc. - SEAT, que era uma

⁶ Provavelmente, trata-se da Alemanha, ao invés da Argentina.

⁷ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

substituição da FIAT, e por aí ia. Inúmeras coisas eles não tinham, os americanos não lhes forneciam.

P.R. - Porque o que eu estou achando estranho é que em 1954 foi que o senhor esteve lá, não é?

A.A. - 54, foi.

P.R. - Nessa época, os Estados Unidos já teriam bases militares da DTAN...

A.A. - Não, aí é que foi feito o acordo. Na época foi feito o acordo. Aí é que começou o número, aí eu assisti à outra fase - a fase dos americanos sentirem que eles estavam arrasados, então fizeram o acordo

militar. Aí vem um acordo militar que era um negócio imenso. O acordo militar era grandioso, altamente grandioso. Porque o acordo militar possibilitava a Espanha de ter uma base naval poderosa, que era em Rota, no Atlântico. Dessa base naval de Rota então eles projetaram - isso está realizado - eles projetaram um oleoduto de 900 quilômetros, que ia alimentar... Porque os americanos estavam pensando na guerra com a Rússia. Então ia alimentar quatro bases aéreas em solo espanhol, para transportar combustível até essas bases - Torrejón de [Ardos]⁸ e mais duas outras duas ou três - para os aviões todos terem suprimentos necessários para voarem - como fazem até hoje: estão fazendo da Espanha lá para o Mediterrâneo, por aí. Então eles fizeram esse bruto acordo. Para ver a extensão do acordo, um oleoduto de 900 quilômetros não é brincadeira. Dinheiro - fora o aparelhamento da base naval e as bases aéreas. Aí que veio o namoro dos Estados Unidos com a Espanha. E o mais curioso é o seguinte: é que havia a cogitação desse grande desenvolvimento dentro da Espanha, provocar um processo inflacionário, uma coisa qualquer que eles temessem, de uma oferta muito grande de recursos, e esses recursos determinaram um processo inflacionário. Então havia o seguinte: os navios da VI Esquadra eram proibidos de se abastecer na costa do Mediterrâneo, a não ser de elementos que os espanhóis tivessem para fornecer a eles para não haver a lei da oferta e da procura marcante.

Outra coisa curiosa que havia lá, por exemplo: não se via um militar americano uniformizado. Até os marinheiros que estavam servindo lá nadavam a paisana quando estavam fora do serviço. Quando estavam trabalhando estavam com uniforme, mas quando saíam dali, se recolhiam, já mudavam a roupa civil. Não se via americano para não impressionar, possivelmente pelo elevado número de homens americanos que estavam lá trabalhando na parte técnica, tudo aquilo. E para acabar a construção daquelas bases no mais breve tempo possível. Porque aquilo fazia parte do plano americano: se ocorresse um movimento com a Rússia, eles imaginavam que a invasão russa iria pelo menos até os Pirineus. Então o ponto de resistência, para evitar um desembarque como o da Normandia etc., o ponto de resistência era a península. Então eles estariam perfeitamente baseados ali para prover o desembarque da tropa etc. para combater os russos. Porque nós fizemos até um estudo na Escola de Guerra Naval, em que os americanos consideravam a parte da África ocupada. E então o ponto de resistência era a parte da península. É o que está acontecendo atualmente na África, não é? O russo já está tomando conta mais ou menos, comunizando aquelas nações todas negras, tudo aquilo, e eu não sei o que vai ser, não é? Estão tomando..., com o Atlântico mais ou menos dominado também na costa leste... porque está dentro da imaginação

⁸ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

americana, do exame de situação deles. Então eles pretendiam ter a península perfeitamente garantida, por duas razões: porque com a península garantida, eles tinham uma facilidade de trânsito no Mediterrâneo, porque tem Gibraltar, tem essa parte toda, e tem a parte do Atlântico para o desembarque das tropas, para poder fazer...

I.F. - Quer dizer que num primeiro momento teve um boicote americano.

A.A. - Teve.

I.F. - E num segundo momento teve quase que uma invasão?

A.A. - Houve o acordo, houve a conversa etc., a discussão, e eles então resolveram entrar nas boas com...

I.F. - E esse boicote já foi abrir o caminho para essa conversa.

A.A. - Podia ter sido.

I.F. - Quer dizer: pressionou bastante, quando eles não agüentaram mais, eles entraram. O senhor acredita que tenha havido isso?

A.A. - Acredito que tenha sido isso. Mas a ajuda... Agora venceu o prazo de... Creio que venceu agora o prazo da cessão das bases, não sei se já fizeram um novo acordo - porque aqueles acordos tinham um prazo, um prazo determinado. Eu tenho..., acredito que procurando eu encontre, se interessar eu encontre, o texto do acordo que eu mandei para o...

I.F. - E o senhor, como adido naval brasileiro, lá, tinha acesso a essas conversas, acompanhava, como era isso?

A.A. - Acompanhava o quê?

I.F. - Esse acerto dos americanos lá.

A.A. - Bom, eu acompanhava através de jornais, através da imprensa.

I.F. - Só através da imprensa e jornais. O senhor não tinha acesso a reuniões, nada disso...

A.A. - Não. Não tinha porque aquilo era feito com muito sigilo etc. Só de conversa de pesquisas e leitura de jornais etc., porque o acordo inclusive...

V.A. - Que conversas de pesquisas?

A.A. - De leitura de jornais e conversas com elementos da população, porque a gente tem que procurar perguntar etc., fazer essas perguntas cretinas, do ministério...

I.F. - Agora, nesses ambientes assim deve ter muita recepção, muita festa com os adidos navais de todos os países.

A.A. - É, tem.

I.F. - Nesse tipo de conversa não saía muita coisa, não?

A.A. - Não, não, não há porque há um... É uma coisa curiosa porque a gente também não quer mostrar o jogo, não é? Então fica um regime de, digamos assim, de prevenção. Nós todos somos muito prevenidos em abrir o jogo para o outro para comentar, para saber que a gente está querendo tirar etc. A gente tem que ser muito discreto. Pelo menos é a sensação que eu tinha.

I.F. - Quer dizer que nessas festas e recepções...

A.A. - Não se abria muito, não. Era o que eu sentia. Não se comentava muito a situação da Espanha assim. Comentava-se de outros locais etc., mas da Espanha propriamente...

V.A. - Mas o senhor mandava os seus informes para o Brasil?

A.A. - Mandava. Ah, eu sou obrigado a mandar.

V.A. - Sobre a Espanha.

A.A. - Sobre a Espanha, é lógico.

V.A. - E tirados só dos jornais?

A.A. - Tirados de jornais e de conversas. O que a gente pode considerar como sendo um agente de informações: a gente está perguntando etc., no meio civil a gente pergunta muita coisa.

V.A. - No meio civil?

A.A. - No meio civil, sem se descobrir, não é? Como... Um assunto puxa outro etc., pergunta uma coisa, outra.

I.F. - É, e aí vai juntando as informações.

A.A. - Aí vai juntando. É um trabalho de coleta, um *puzzle*, não é? É bonito o serviço. Agora, nos Estados Unidos, por exemplo, os adidos são especializados em informação.

I.F. - Em informação?

A.A. - É. Tem que ter o curso de informações. No Brasil, não.

I.F. - Aqui não?

A.A. - No Brasil não há... Agora é que estão criando, parece, mas no Brasil não havia o curso de informações. Havia o curso da Escola de Guerra Naval, que cuidasse de diversas coisas, inclusive de informação, mas os oficiais nos Estados Unidos são especializados e são designados... Saem do Brasil, por exemplo, da parte de informação, vão para a Argentina, vão para qualquer lugar. Eu soube porque um deles me informou.

Eles tinham a especialidade deles de informação, de modo que eles servem indistintamente: em vez de servir num navio, eles servem em vários pontos das nações, como adidos.

I.F. - Agora esses cargos, tanto de adido militar, como as funções do Itamarati, tudo isso, têm uma parte de relações públicas que é muito importante para as informações serem enviadas para o país.

A.A. - Claro.

I.F. - Quer dizer, então são pessoas selecionadas porque têm uma entrada, têm acesso - pelo próprio temperamento, pela própria formação, pela maneira de ser...

A.A. - Para ir colhendo os informes...

I.F. - Quer dizer, não é à toa que o senhor foi escolhido para adido militar em dois países. O senhor deve ter tido toda uma maneira de ser, uma postura, vamos dizer assim, que foi escolhido. O seu comportamento muito diplomata, ou qualquer coisa assim. O que o senhor acha que foi? Por que o senhor acha que foi escolhido duas vezes para adido militar?

A.A. - Eu fui escolhido..., eu fui escolhido por sorte.

I.F. - Não, não é só sorte. Tem aí a sorte junto a...

V.A. - Seu temperamento, alguma coisa.

I.F. - A sorte junta com a maneira de ser.

A.A. - Eu nunca senti isso. [risos] Eu nunca senti. Eu senti foi muita sorte na vida, porque as coisas vinham a mim, como diz o popular, vinham de colher.

I.F. - O senhor pode não ter tido propositadamente essa atitude, mas deve ter tido um comportamento...

A.A. - É possível. Elementos estranhos à Marinha, não sei por quê, achavam que eu devia ser diplomata. Agora, a veia diplomática eu nunca vi em mim mesmo. Porque eu acho, por exemplo, que a vida de diplomata é uma vida muito... muito desagradável. Porque o sujeito vive, leva a vida toda fora do seu país. A vida de diplomata, ele não tem raízes na nação, ele não chega a cozinhar as amizades que ele tem, ele vai para outro país, as amizades são superficiais, de um país para o outro. E eles ficam muito isolados de sua nacionalidade. Então eles não tem raízes, não tem relações assim de amigos dentro do país, porque isso a gente sedimenta com o tempo, não é? Eu sentia isso: os diplomatas tem uma vida muito triste nesse aspecto. Eles depois se acostumam - o inglês acostumou com o bombardeio, a gente acostuma com outras coisas, não é? Então eles se acostumam, mas a gente sente - nós que temos esse sentimento de raiz da nação, sentimento de família arraigado... Eles, coitados, eles perdem isso, porque eles passam a vida toda fora dos países. Depois, já no governo do presidente Vargas, então é que foi estabelecido aquela lei de que os diplomatas, depois de um certo número de anos, têm que vir passar a estagiar no Brasil dois anos - não sei se ainda existe isso - ,

mas eles estagiam no Brasil dois anos para depois então irem... E os diplomatas só passaram a poder casar com mulheres brasileiras. a não ser em casos especiais, com licença do presidente da República, essa coisa. Porque havia uma porção de diplomatas, quase todos casados com senhoras estrangeiras. Na Espanha, por exemplo, o nosso embaixador, que era o Rubens de Melo, era casado com uma senhora até muito interessante, muito agradável etc., que era sueca. E assim inúmeros diplomatas, todos casados com senhoras de nacionalidade diferente da nacional.

I.F. - Eu estava pensando na sua carreira e estava vendo: o senhor foi escolhido para ajudante-de-ordens do presidente Vargas - que é um cargo que tem muito também de diplomacia e de relações públicas, porque o ajudante-de-ordens tem uma missão toda especial. Não é mais diplomática...

A.A. - Eminentemente técnica etc.

I.F. - Exatamente. O senhor foi mandado como adido militar na Espanha - adido naval. O senhor foi mandado como adido naval para a Argentina. O senhor foi escolhido para ser a pessoa diretamente ligada ao ministro da Marinha no segundo governo Vargas, que também não é uma missão técnica - é uma missão política, é uma missão de relações. O senhor foi escolhido num caso muito especial para ministro da Marinha, um caso também que precisava muito mais de uma pessoa de acesso fácil, de conversa, de negociações, do que propriamente um ministro técnico naquele momento.

A.A. - É...

I.F. - Pensando sobre isso - estivemos até conversando os três -, eu digo: "Não, o almirante Nolasco tinha que ter uma faceta... Além do oficial de Marinha, que foi a carreira que ele escolheu e que sempre se dedicou a ela, além disso, ele teve todo um outro lado... Não é à toa que ele foi escolhido para esses cargos. O que o senhor acha desse meu raciocínio?"

A.A. - Eu acho... Diante das minhas exposições...

I.F. - O senhor teve também missões nos Estados Unidos.

A.A. - Tive. Os entrevistadores podem fazer esse mapa, não é? - da minha situação, das minhas características. Isso é um trabalho de Estado-Maior, de informações! [risos]

I.F. - Mas o senhor não tem nada a nos dizer sobre isso, não? O senhor gostava desse tipo de missão?

A.A. - Gostava, gostava. São missões agradáveis.

A.A. - De responsabilidade. Preocupantes, mas são missões agradáveis, incontestavelmente.

I.F. - O almirante Amaral Peixoto escolhia o senhor a dedo sempre.

A.A. - É, me trazia os abacaxis! [risos] Eu fui... Ele me nomeou para a hoje SUNAMAM numa tarde de autógrafos. Eu saí do Estado-Maior, onde eu estava

servindo, e fui a uma tarde de autógrafos - não me recordo quem era o autor do livro. Quando eu chego na tarde de autógrafos, na cidade, que eu vou entrando, vem o Amaral saindo: "Ih, eu estava procurando por você! Eu estava procurando... Já mandei fazer o decreto nomeando você para a SUNAMAM." Era a Comissão de Marinha Mercante. "O Sílvio Mota pediu demissão, eu já mandei fazer o decreto para o Juscelino assinar, para você servir na Comissão de Marinha Mercante." Eu digo: "Mas Amaral, isso é fim de festa." - faltava um ano para passar o governo. "Eu não tenho programa, não tenho nada estabelecido, você me joga num troço desses!" "Ah, mas eu já mandei fazer o decreto, você tenha paciência." E tinha estourado uma bomba SUNAMAM, na época, de estar negociando a compra de uns navios da Transmarítima. Tinha dado um escândalo tremendo! Era um material, era um ferro-velho que pertencia a esse Antoninho Galdeano.

V.A. - Antoninho?

A.A. - Galdeano, é: Antônio Galdeano. Ele é nome aí do *society* etc. E eles tinham uma companhia Transmarítima de navegação, que só tinha ferro-velho, e resolveram vender aquilo para o governo. E no governo, quem era encarregado de fazer a aquisição era a Comissão de Marinha Mercante. E a coisa já estava em andamento, tinha um parecer favorável e a coisa ia se fechar. Aí surgiu a imprensa reclamando daquela situação. E aí o Sílvio Mota foi pedir demissão, diante daquela crise, e o Amaral foi e jogou para cima...

I.F. Não é à toa que em todo movimento de crise ele vai, pinça o senhor e coloca ali.

A.A. - Para destrinchar.

I.F. - Destrinchar os abacaxis.

A.A. - E lá fui eu para a Comissão de Marinha Mercante. O caso da compra dos navios era gozadíssima, porque aquilo realmente era uma aquisição de uns navios que eu reputo vergonhosa. Aquilo... Estava metido nessa coisa o governador do Amazonas, que era esse Mestrinho, que é hoje uma grande estrela. O Mestrinho defendia a compra dos navios para organizar uma companhia de navegação no estado do Amazonas...

[FINAL DA FITA 24-A]

A.A. - ... do Amazonas com essa frota. E então o governo é que comprava, mas o estado do Amazonas não gostava nada, e quem ia adiantar o dinheiro para a compra era a comissão de Marinha Mercante. A Comissão de Marinha Mercante comprava aquilo e entregava ao Mestrinho. Aquilo era ao todo 750 mil cruzeiros, na época era muito dinheiro - não sei quando em dólares, mas era dinheiro à beça. E o Antoninho Galdeano ficava com o dinheiro e nós ficávamos com o ferro-velho e a responsabilidade daquilo. Mas o regulamento da Comissão de Marinha Mercante não permitia a compra de navios para organizar companhias de navegação. O fundo da Marinha Mercante, que foi muito bem bolado pelo Lúcio Meira, era um fundo para o qual contribuíam as várias companhias de navegação. Então isso era para prover elementos para as companhias que existiam e que já tinham contribuído. Então não podia fornecer o dinheiro desse fundo para organizar uma nova companhia, que era o que ia ser feito. De modo que eu

acho que na época logo, as companhias também, quando souberam da coisa, foram para a imprensa e surgiu o escândalo.

E depois tinha outro problema sério, que era o problema de por que aqueles navios tinham sido avaliados por aquele preço, que eram 740, 750 mil cruzeiros. Porque os navios estavam... O valor dos navios - praticamente como ferro-velho, navios de mais de 20 anos, navios obsoletos etc. -, a avaliação tinha sido forçadíssima para chegar à legalidade daquela aquisição. E o Sílvio Mota, se havia de dizer logo que não podia comprar porque não havia recurso nem legalidade para aquela compra, não: ele começou a contemporizar, porque ele era meio ligado à questão de fazer política etc. Apesar do talento dele, para mim ele naufragou naquele processo. Porque ele tinha que dizer logo: "Não posso fazer. Isso não atende aos interesses do fundo, e não dá." Não: o negócio foi tocado para diante, depois ele então disse que não podia fazer com o dinheiro de fundo porque era preciso que o governo suprisse o valor dos navios para pagar. Mas ele, como fiscal dos interesses, eu acho que ele errou nisso. Ele devia ter dito logo que não podia comprar. E então eu peguei aquele bolo.

V.A. - Quer dizer que os navios, o preço era muito mais alto do que na realidade eles valiam.

A.A. - Do que eles valiam realmente. A avaliação foi teórica, não foi prática. E diante daquela questão toda, eu não queria aumentar o escândalo, e nem criar situações difíceis. Quando eu vi aquele troço todo, aquela confusão toda, eu chamei o meu diretor de engenharia e disse: "Olha aqui, eu queria que você examinasse esse processo todo, essa avaliação, e que você arranjasse um jeito de não declarar que isso é escandaloso, digamos assim, que essa avaliação errou aqui, ou errou ali, que há processos de avaliação que podem..., era melhor serem adotados esses multiplicadores daqui e dali etc., para chegar à conclusão de que os navios não valem aquilo. Não de que tenha havido escândalo ou protecionismo." E ele fez o trabalho muito bem feito. Então ele chegou à conclusão de que os navios não deviam ser aceitos, porque não satisfaziam a isso etc., mas sem fazer carga nos antecedentes da coisa. Aquilo ficou pronto, eu li, achei bom, e levei para o Amaral, disse: "Olha, Amaral, está aqui, você manda isso ao gabinete especializado para estudar isso, mas eu voto pelo arquivamento, sugiro o arquivamento desse processo, e está encerrado o assunto, não se compra os navios." O Amaral recebeu aquilo, leu etc., e votou pelo arquivamento do processo da compra, e a compra não foi efetuada. Sem haver escândalo, sem haver nada, quer dizer: a nação não sofreu prejuízo daquela aquisição.

Mas é curioso o que havia atrás disso. Havia deputados interessadíssimos nas comissões. Eu fui pressionado por vários deputados. Inclusive tinha um problema interessante, que era que havia elementos do PSD, e eu tinha que aparar a ira dos deputados contra o Ernâni, contra o Amaral. "O Amaral não está atendendo às nossas reivindicações! Eu digo: "O ministro não tem nada a ver com isso, porque a lei não permite isso, a lei é assim etc." E então eu tinha que gastar conversa para explicar que não dava.

I.F. - Aparar as arestas inclusive de partidos.

A.A. - ... que não dava para ser efetuada a aquisição, porque o fundo não permitia, não havia forma legal de comprar. Porque o Juscelino, quando autorizava qualquer coisa... Eu recebi vários papéis desse tipo: iam pedir um negócio, ele dizia: "Autorizo." Mas ele

botava: "Autorizo, respeitados os dispositivos legais." Era assim que ele assinava. Então vinha...

I.F. - Jogava a responsabilidade para as pessoas...

A.A. - Para os dispositivos legais. Então os dispositivos legais, a lei não permite, e estamos conversando, não é verdade? Então levei e o Amaral arquivou aquela história. Mas havia vários deputados interessados nisso.

Depois... Eu, um dia... Era o general Dutra que era candidato à presidência. Eu chego lá no...

I.F. - Isso foi antes.

A.A. - Hein?

I.F. - O general Dutra foi candidato à presidência bem antes.

A.A. - Não, o general Lott.

I.F. - Ah, Lott.

A.A. - O general Lott era candidato à presidência e eu cheguei... Fui chamado para um assunto qualquer da Marinha mercante lá no escritório e encontrei... Porque lá tinha o escritório também do general Lott, escritório eleitoral. E eu encontro um deputado conhecido meu, o Ortiz Junqueira, deputado por São Paulo. Encontro com ele, ele me abraçou muito: "O, Nolasco! Ih, você atrapalhou a gente! Você não pode imaginar, aquilo ia dar um dinheirinho para a campanha do Lott!" [risos] Veja o negócio como era rendoso! Até para a campanha do general Lott... Acredito que o general Lott não soubesse disso, porque ele era um anjo no meio daquele... daquele prostíbulo que era a reunião daqueles camaradas todos. Mas o Ortiz Junqueira disse: "Você, aquilo ia dar um dinheirinho para a nossa campanha, não sei mais o quê." Por aí vê o Panamá que era aquela compra dos navios.

P.R. - Mas não era Ortiz Junqueira, não; era Ortiz Monteiro.

A.A. - De São Paulo?

P.R. - É.

A.A. - Morava em Copacabana, na Avenida Atlântica.

P.R. - Ortiz Monteiro.

A.A. - Ortiz Monteiro, o pai dele tinha sido diretor de... tinha sido professor da Politécnica etc. Eu acho que é Ortiz Junqueira.

P.R. - Não, Ortiz Monteiro.

A.A. - Pode ser que tenha... Mas acho que ele era Ortiz Junqueira. Então era Ortiz! Ortiz era. [risos]

I.F. - Mas, ministro, já que o senhor entrou no governo Juscelino, nós tínhamos umas coisinhas aí para conversar sobre o governo do Juscelino, não é Plínio? Puxa aí a história que você queria saber.

P.R. - No início do governo do Juscelino, o senhor foi nomeado capitão de portos em Santos.

A.A. - Em São Paulo, capitão dos portos em Santos, com sede em São Paulo.

I.F. - Ah, sede em São Paulo, o senhor morava em São Paulo.

A.A. - Eu morava... Não: capitão dos portos de São Paulo, como sede em Santos.

I.F. - Com sede em Santos.

V.A. - Ali, ao contrário.

A.A. - É o controle dos portos de São Paulo.

P.R. - E nessa época o Juscelino fez uma visita a São Paulo?

A.A. - Fez.

P.R. - E depois voltou no *Barroso*.

A.A. - Voltou no *Barroso*, isso é uma coisa muito séria. [risos]

P.R. - Pois é, e correu um boato de que havia um grupo de oficiais radicais, talvez ligados ao Sílvio Heck, não sei, que pretendiam prender o Juscelino dentro do *Barroso*.

A.A. - Havia esse boato... Isso aqui, eu estou aqui para botar as cartas na mesa.

I.F. - É, é importante o senhor conversar sobre isso, porque realmente é um depoimento histórico, existem esses boatos, e seria importante que o senhor nos contasse isso com um certo cuidado.

V.A. - O senhor era, na época, capitão dos portos.

A.A. - Capitão dos portos de São Paulo, com sede em Santos. Quando o Juscelino estava para embarcar no *Barroso*, ele estava para chegar em São Paulo, eu assisti a chegada dele etc., o Sílvio Mota, que era o chefe do gabinete do ministro da Marinha...

P.R. - Alves Câmara.

A.A. - O Alves Câmara. Ele me telefonou e disse: "Ô, Nolasco, há isso assim assim. Essa situação de problema, de notícia de hostilizar o Juscelino etc., e eu queria avisar a você que você esteja preparado, esteja avisado convenientemente." "Está bem, estou

ciente, vou ver o que eu posso fazer nesse sentido." Então o presidente Juscelino chegou, fez uma visita à Associação Comercial, e depois teve um grande banquete no parque hotel. Eu, diante disso, fiz o seguinte: eu mandei que quando... O Juscelino ia sair do Parque Hotel para ir embarcar no *Barroso*. Eu peguei os homens que eu tinha, no trajeto que o carro ia fazer, fuzileiros navais, e com instruções etc., de avisar com o telefone o trajeto - porque eu não sabia o que ia acontecer no caminho também - e me dando a passagem do Juscelino até chegar ao navio. Antes de acabar o almoço, eu saí da mesa, no banquete... Aliás, o Juscelino fez um discurso assim de improviso, começou a ler, depois ele largou; um discurso muito bonito. E saí e fui, peguei o meu carro, avisei ao ajudante da capitania que estivesse também no cais onde estava o *Barroso*, me armei e fui para o cais. Fui para o cais controlar o movimento do Juscelino, quando ele largasse lá do Parque Hotel. E fiquei lá esperando o desenrolar dos acontecimentos. E tive notícia então de que o Juscelino tinha saído do Parque Hotel e vinha caminhando. E o *Barroso*... Não se via um oficial no convés, o *Barroso* perfeitamente..., a impressão de um navio que não tinha guarnição: o pessoal todo recolhido. E eu, da beira do cais, eu vendo aquela ausência de movimento. E fui tendo notícia que o carro vinha se aproximando, até que chegou um ponto, a distância, o afastamento, da chegada do carro do Juscelino até o *Barroso*, era flagrante que o navio não estava tomando providência nenhuma. Quando eu vi: dado o tempo, o

Juscelino chegando, o carro parando, pegando a prancha, ia chegar e não ai ser recebido por ninguém. Quando eu vi... Porque eu estava preparado para, se houvesse uma reação... eu também entrar no negócio e passar fogo - eu ia defender o Juscelino. E quando eu vi que não havia movimento no navio, eu subi correndo, e gritei no convés: Presidente da República a bordo! Tocar postos de continência! Chamada de oficiais!" E aquilo foi... Eu acho que eu botei água no chope da idéia que eles tinham do Juscelino chegar lá e bater palmas para entrar. O almirante Câmara estava na câmara dele, e foi avisado às pressas.

I.F. - Avisado que o senhor tinha entrado no navio?

A.A. - Não, que eu tinha entrado, não: do toque de postos de continência etc. Algum ajudante-de-ordens chegou e foi avisado a ele que o presidente da República vinha para bordo. Quando o Juscelino subiu...

V.A. - Mas ele não sabia que o presidente ia para bordo?

A.A. - Ele sabia, mas ele estava confiante nas providências, na infra-estrutura do navio. Então, se eu não faço isso...

I.F. - Ah, ele estava pensando que as coisas iam correr normalmente?

A.A. - Normal, ele não... Embora ele estivesse avisado, qualquer coisa, ele estava subestimando o negócio e não tomou... Não tinha por que tomar providências, estava confiando na autoridade dele, mas ele não ia... Ele ia ficar mal, porque ele não ia receber o presidente da República. Quando ele chegasse, o presidente da República já estava lá dentro, e comigo. Eu dei esse grito, tocou postos de continência, a guarnição toda se estendeu pela borda do navio para receber o presidente, a banda se formou etc., e o almirante Câmara... Tem uns marinheiros que chamam de *boys*, que prestam continência de apito, ele ainda chegou empurrando os *boys*, para ele chegar e receber o Juscelino. Porque o tempo foi esse: ele veio correndo para receber o presidente

Juscelino, e ainda empurrando os marinheiros para ele poder entrar na frente para prestar continência.

V.A. - Mas ele não sabia a hora que ele ia chegar?

A.A. - Não, não sabia, ele estava esperando que tocasse, que avisassem a ele que o presidente da República vinha. Essas providências deviam ser tomadas pelo navio, e não foram tomadas pelo navio.

V.A. - Por quem do navio?

A.A. - Deviam ser pelo comandante, não é? A bandeira [cobre a cara]⁹, o comandante é responsável! O que os outros fazem é cumprir ordens etc., mas quem tem que tomar providências, quem tem que ter tudo arrumado e organizado é o comandante do navio, que é o responsável.

V.A. - E o comandante, no caso, foi surpreendido pelo senhor?

A.A. - Foi surpreendido... toda a oficialidade que estava... Imagino que houvesse isso, pode ser que tenha sido uma fatal coincidência, mas tudo levava a crer, os indícios eram veementes, a meu ver, a meu juízo, de que tinha sido formada a coisa... A imprensa chegando para tirar retrato etc., fotografia de chegada do presidente da República, e não tinha oficial para receber - que não era o indicado, tinha que ter o ministro da Marinha e o comandante do navio, e não estaria lá ninguém. Mas com esse toque etc., o pessoal lá que estava combinado para dar a muda no Juscelino, ficou surpreendido e acorreu, não sabia o que estava acontecendo. Mas eu cheguei no convés, no meio do convés e gritei como se fosse oficial de serviço: "Presidente da República para bordo! Toca postos de continência, forma a guarda!" Essas coisas de oficial de serviço, que eu já tinha, estava acostumado a fazer desde tenentinho, eu tive que fazer. Pelo menos aconteceu menos do que eu imaginava, eu tinha medo que fossem desfeitear o Juscelino no convés, e isso não aconteceu. Mas essa providência quem tomou fui eu. E tem oficiais vivos, não sei se o ajudante da capitania estava lá para testemunhar isso. Quem deu o toque, quem mandou tocar postos de continência e avisar que o presidente da República..., fui eu, que era capitão dos portos e estava no meio do navio. E aí eu discretamente me retirei. E fiquei por isso mesmo.

Anos depois, eu estava na sede do Jockey Clube, estava lendo uma Manchete e achei muito curioso porque o Juscelino já tinha falecido, e o Bloch estava transcrevendo as memórias do Juscelino. Então ele conta a inquietação do gabinete militar dele sobre o programa da viagem dele a bordo do *Barroso*. Então o Juscelino diz: "Havia esse medo, não sei de quê, mas eu embarquei, vim e não aconteceu nada, foi muito bem tratado..." - manifestando a satisfação dele, de ele ter tido o destemor de enfrentar aquela conjuntura, e nunca ter acontecido nada. E ele morreu sem saber. E então estava o Nelson de Melo no Jockey Clube, eu peguei o Nelson de Melo e disse: "Você está vendo isso aqui? Olha, o Juscelino já morreu, eu posso dizer a você: ele morreu na inocência, mas se ele tivesse que escrever as memórias sabendo acho que ele não podia dizer isso. Porque aconteceu isso que eu estou contando agora, o que aconteceu..."

I.F. - O comandante do navio era...?

⁹ Expressão mais aproximada do que foi possível ouvir.

A.A. - Eu não tenho..., eu não posso garantir. Era um colega de turma meu, creio, era o Hélio Garnier Sampaio. Mas eu disse ao Nelson de Melo: "O Juscelino morreu, já não há possibilidade de lhe prestar qualquer serviço etc., mas o que aconteceu foi isso. E eu escapei de ser preterido porque o meu ministro, o Matoso Maia, viu a minha preterição e quem me promoveu foi um ajudante-de-ordens, foi o Afrânio de Farias." [risos]

I.F. - Agora, não tinha também uma notícia de que um grupo de oficiais de Marinha tentaram jogar o Juscelino no mar?

A.A. - Tentaram o quê?

I.F. - Tentaram jogar o Juscelino no mar.

A.A. - Tentaram isso, mas isso foi antes dessa viagem.

I.F. - Foi antes?

A.A. - É.

I.F. - Isso, como é que foi, essa história?

A.A. - Ah, isso eu não soube bem, não.

I.F. - Mas tem essa notícia, não tem?

A.A. - Houve essa notícia, esse boato eu soube. E acho que por isso é que o Juscelino estava querendo enfrentar uma situação etc., talvez para desfazer essa idéia.

I.F. - Porque o seu colega Sílvio Heck tinha horror ao Juscelino, não é?

A.A. - Tinha. Depois, não; depois ficou amigo dele.

I.F. - Depois ficou, mas durante o governo do Juscelino ele fez umas campanhas violentas...

A.A. - Como tinha contra o Denys, contra o general Denys - também tinha. Ele não tolerava o general Denys e depois foram ser ministros juntos. Aí foi ver o que valia o general Denys - eu tenho uma admiração por ele muito grande, achava um grande general.

I.F. - Porque nessas questões políticas, me parece que o almirante Sílvio Heck era um tanto radical, não é?

A.A. - Hein?

I.F. - Nessas questões políticas, o almirante Sílvio Heck era um tanto radical, não é?

A.A. - É, ele é muito... Ele tem o coração na boca. Ele decide antes de examinar a situação. Ele explode e depois é que vai ver o quê que deu a explosão. De modo que ele é muito violento nas suas manifestações. Ele tem - não deixa de ser - um sentimento de

revolta grande porque ele era um oficial que tinha condições para chegar a oficial-general, e ele foi preterido pelo Juscelino. Mas tinha suas razões, porque ele andava conspirando contra o presidente da República. E o presidente da República, pelas suas assessorias, não tinha condições de promover a oficial-general um oficial que hostilizava a posição dele. Porque o cargo, a função de oficial-general, o posto de oficial-general, é um posto que é escolha do presidente da República. O presidente da República escolhe. Hoje há uma lista de nomes que estão em condições, mas o presidente da República continua escolhendo. E eu tive uma situação muito curiosa quando era ministro até, porque eu levei o decreto da promoção de um colega meu de turma, que era o Arnaldo Toscano... Eu era contra-almirante; levei a promoção de contra-almirante para vice-almirante. E o João Goulart queria me promover de todo o jeito; eu era mais moderno que o Toscano. E eu tive uma discussão muito grande com o João Goulart, porque o João Goulart disse: "Mas o senhor é meu ministro!" "Mas eu não posso ser promovido. Eu não posso nem voltar para o Ministério da Marinha: o senhor me promove a vice-almirante, eu não tenho nem cara de voltar, eu conheço o valor desse oficial. Por isso mesmo, por seu ministro é que eu não posso aceitar a minha promoção." Ele por fim, depois de muito custo então, assinou o decreto e promoveu o meu colega Arnaldo Toscano a vice-almirante. Ele queria me promover porque ele achava que a promoção era dele. Realmente, era escolha dele, mas eu não queria aceitar ele me escolher. Porque o Juscelino quis promover o... Por assessoria, não quis promover o meu colega Heck, porque ele andou conspirando realmente contra o Juscelino.

V.A. - O senhor acha que esse acontecimento do porto de Santos foi por causa dele, do Sílvio Heck?

A.A. - Não, não, não sei.

V.A. - Por causa de quê?

A.A. - Por causa da corrente, não sei qual foi, uma corrente anti-Juscelino.

I.F. - Porque a eleição do Juscelino foi uma eleição muito complicada, e houve uma divisão das Forças Armadas contra o Juscelino, não é? O senhor acompanhou essa eleição?

A.A. - Foi. Eu tenho idéia do seguinte... Quer dizer, é o negócio da democracia. O Juscelino era o candidato eleito - esse é o meu ponto de vista, pode ser que eu esteja errado. O Juscelino era o candidato eleito.

I.F. - Com dobradinha Juscelino-Jango.

A.A. - Juscelino-Jango. Agora, se formou uma corrente militar que não queria dar posse ao Juscelino nem ao Jango.

I.F. - Agora, o senhor acha que essa corrente militar era contra o Juscelino, contra os dois, ou especialmente contra o Jango?

A.A. - Eu acho que fosse especificamente contra o Jango, não podia barrar um e... Democraticamente não podia.

I.F. - Lógico, mas o senhor acha o quê?

A.A. - Eu acho que o Jango comprometia muito.

I.F. - Comprometia muito. E aí envolveram todos contra os dois.

A.A. - E o Juscelino também pelo seguinte: porque do lado da oposição estava a UDN, e o Juscelino era PSD. De modo que juntava a fome com a vontade de comer. E então o quê que havia? Foi escolhido... Por interesse dessa oposição, antes da eleição já, foi escolhido ministro da Marinha o Amorim do Vale, que era anti-PSD etc. Foi escolhido... O Lott era a pedra no sapato. Foi escolhido o Juscelino, foi escolhido o Amorim do Vale, foi escolhido... O ministro da Guerra, não me lembro qual foi...

P.R. - Era o Lott.

I.F. - O Lott era o da Guerra.

A.A. - É, foi o Lott.

I.F. - O da Aeronáutica...

P.R. - Era o Eduardo Gomes...

A.A. - Da Aeronáutica era o ...

I.F. - Eduardo Gomes, UDN também.

A.A. - E o Lott não queria se dobrar, ele queria que se cumprisse a Constituição, quer dizer: foi eleito, tem que tomar posse.

I.F. - Essas escolhas foram feitas antes da posse do Juscelino? Ou antes da eleição?

A.A. - Essas escolhas foram feitas... Eu não sei se antes da posse do Juscelino...

I.F. - Ou já foi um acordo para a eleição?

A.A. - Acho que já foi para a eleição.

P.R. - Quais escolhas?

I.F. - Dos ministros. Já foram conversados antes da eleição?

P.R. - Esses? Esses foram ministros do Café Filho.

I.F. - Não, pois é: nós estamos comentando... Ele disse que já tinha um comprometimento dos ministros que seriam escolhidos pelo Juscelino caso ele se elegeisse.

P.R. - Ah, sim.

A.A. - Era para barrar a posse, barrar a posse do Juscelino. Para barrar a posse do Juscelino no governo Café Filho, então foi escolhido, naquela agitação toda... O Juarez tinha plena confiança no Amorim do Vale, e o Eduardo Gomes, também, ele tinha - que era unha e carne com ele. O único que atrapalhava um pouco, mas que as circunstâncias de momento levavam a nomear, foi o Lott, porque o Lott era disciplinadíssimo, era um homem completamente enquadrado. Eles achavam que então depois o Lott teria que se acomodar, como fato consumado. Mas não se acomodou. O Lott chiou, então houve aquele trabalho justamente, do Carlos Luz, que substituiu o Café Filho que estava..., tinha dado parte de doente, e o Carlos Luz então foi quem passou o atestado de óbito no Lott. Então aí vem a inabilidade do Carlos Luz, além do mais, que foi o seguinte: ele deixou o Lott sentado lá esperando duas horas, já tinha chamado um outro para nomear para o ministério, já tinha havido a crise do Mamede, não é? E aí, quando o Lott chegou para, duas horas depois de estar esperando, que nunca num presidente da República...

I.F. - Noticiado pelo rádio.

A.A. - Então para dizer que ele já estava exonerado, que ele já tinha escolhido outro ministro. E aí então vem a outra história, não é? O Lott foi para casa, o Denys foi para a residência dele e achou... Aí vêm os momentos de...

I.F. - Do 11 de novembro.

A.A. - Os momentos decisivos, não é? Aí tem um fato interessante, não sei se conhecem. É que o Denys estava lá, mas estava aqui no Rio de Janeiro o Comandante do II Exército.

P.R. - General Falconière.

A.A. - Falconière, estava aqui. O Denys conversou com o Falconière, o Falconière achou um absurdo aquela atitude, estava sentindo que eles estavam jogando para não dar posse ao Juscelino. Então combinaram virar a mesa. Então parece que às nove horas da noite telefonaram para o Lott e disseram ao Lott... Não me lembro quem me contou isso, se foi o Denys. "Olha, nós vamos fazer um movimento, não podemos aceitar esse ultraje ao Exército. Estamos telefonando para saber se você quer..." - porque o Lott era todo disciplinado - "... quer aceitar o nosso movimento ou não." O Lott disse que aceitava, então ficaram... Aí o Falconière pegou o carro e foi para São Paulo, mas já estava em São Paulo o comandante da Região, substituindo o Falconière: estava o Tasso Tinoco, que era um revolucionário histórico, tinha sido meu companheiro de adido naval na Argentina, e um homem de ação. E o Tasso Tinoco já tinha tomado as providências para botar os tanques na rua para combater o movimento que era 10 de novembro, se não me engano - quando eclodiu; o Falconière ainda estava no Rio. E o Falconière foi caminhando e a convocação circular para cumprir as ordens do Tasso Tinoco, ele foi desfazendo no caminho, foi percorrendo aqueles comandos todos, foi desfazendo. Quando chegou em São Paulo, já estava tudo obedecendo às ordens dele. Aí ele prendeu o Tasso Tinoco. Prendeu o Tasso Tinoco, o II Exército ficou apoiando o Lott.

I.F. - E todo esse movimento, o senhor acha que depois vai repercutir na campanha dos militares contra o Juscelino?

A.A. - Como?

I.F. - Porque tudo isso foi uma campanha dos militares contra a posse do Juscelino.

A.A. - Isso foi...

I.F. - O Juscelino consegue tomar posse.

A.A. - Consegue tomar posse.

I.F. - E aí fica uma situação difícil com os militares.

A.A. - Difícil claro, com antagonismos.

I.F. - Ficaram correntes da Marinha contra, correntes do Exército contra, quer dizer, ele teve que fazer o equilíbrio...

A.A. - Dessa... Vamos dizer, dessa...

[FINAL DA FITA 24-B]

A.A. - ... esses antagonismos, que estavam existindo dentro das Forças Armadas.

I.F. - E o senhor acompanhou isso? Quais eram os líderes contra o Juscelino dentro da Marinha?

A.A. - Como?

I.F. - Dentro da Marinha, após a posse do Juscelino, quem que comandava os rompimentos maiores contra ele?

A.A. - Eu não sei, eu acredito que fosse o Sílvio Heck - acredito, não tenho idéia porque eu não chegava nem... Eu era a favor da posse, de modo que a permeabilidade para o meu lado era pequena, porque eu era declaradamente a favor do Juscelino, porque ele tinha sido eleito, tinha que tomar posse, tinha que ser mantido. De modo que eu acho que o pessoal se retraía muito para comentar comigo, porque eu não toparia uma situação dessa. De modo que eu não tenho idéia de quem realmente chefiava o movimento. Agora, o Heck era um dos elementos atuantes. E assim um dos que eu posso saber que eram elementos atuantes. Agora, quem realmente dirigia, qual era o oficial-general... - porque o Heck era capitão-de-mar-e-guerra preterido etc. Foi preterido depois.

P.R. - Era o Amorim do Vale, não era? O chefe mesmo era o Amorim Vale, não é?

A.A. - Ah, bom: antes da posse, não é?

I.F. - Não, depois da posse.

A.A. - Depois da posse. Depois, devia ser... O Amorim do Vale não sei se tinha atuação nisso também pós-posse do Juscelino - não sei.

P.R. - Ele foi para a reserva logo em seguida, não?

A.A. - Ele depois foi para a reserva.

P.R. - Foi para a reserva.

V.A. - O senhor foi chefe de estado-maior do 1º Distrito Naval nessa época, não é?

A.A. - Eu fui já na posse do Juscelino.

V.A. - Depois da posse do Juscelino?

A.A. - Depois da posse do Juscelino.

V.A. - Como foi essa designação para esse cargo?

A.A. - Essa designação foi escolha do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Ele me convidou para ser chefe do Estado-Maior dele. Eu fui chefe do Estado-Maior durante uns cinco ou seis meses, mas eu precisava fazer tempo fora da sede para ter acesso a oficial-general. Aí então eu tive que ser mandado para São Paulo, para ser capitão dos portos em São Paulo com sede em Santos, para fazer o tempo que eu tinha que fazer - que chamam fora da sede, para poder ser promovido a oficial-general se fosse o caso.

V.A. - Quer dizer que o senhor, enquanto chefe do estado-maior, foi para São Paulo.

A.A. - Quando chefe do estado-maior, eu fui exonerado e fui para São Paulo.

P.R. - O almirante Paulo Mário é uma pessoa de bastante destaque dentro da Marinha. É uma figura curiosa. Eu conheci o almirante Paulo Mário...

A.A. - Eu fiquei muito amigo dele.

P.R. - ... na campanha do petróleo. Ele tinha uma posição firme, declarada, a favor do monopólio estatal do petróleo e fazia conferências. Ele era uma pessoa engajada na luta em torno da tese monopolista, da tese nacionalista. Como é que ele era assim visto dentro da Marinha?

A.A. - Ele era muito apreciado como um grande profissional, que realmente era. Ele era um homem um pouco de arestas, um pouco radical. Mas era um homem de bem, eu servi com ele no... Ele me admirava muito, já antes: sempre me procurava para conversar comigo etc. Embora eu fosse bem mais novo do que ele. Mas ele gostava muito de conversar comigo. Quando ele foi comandar o 1º Distrito, então ele me convidou para ser chefe do estado-maior dele. E eu aí convivi mais ainda com ele. E apreciei muito as qualidades. Ele era um homem de luta, um homem de decisões, ele não... É um homem que merece, que merecia, a confiança da gente. Eu gostei muito de trabalhar profissionalmente com ele. E depois mesmo que ele deixou, depois daquele problema dele. Se eu estivesse no Rio, eu teria dito a ele para não assumir aquele fim de

festa com o João Goulart, para ele não cair daquele trapézio. E ele me considerava muito: eu teria feito força para demovê-lo; não era hora dele aceitar um cargo de ministro da Marinha naquela situação. Ele se deixou empolgar por aquilo, foi mal rodeado, e acabou se comprometendo naquela situação. Mas era um homem de bem. Até ele morrer eu o visitava com frequência. E até quando ele fez 90 anos ainda fui a uma festa de aniversário lá em Niterói, onde ele morava. E ele era muito reconhecido, porque geralmente as pessoas caem num certo ostracismo, não é? - Aí é que se vêem os amigos etc.

I.F. - É lógico.

A.A. - Eu estava sempre cumprimentando, telefonando para saber como ele estava, tudo isso. Gostava muito dele. E o tinha como um belo oficial, belo profissional, um homem com conhecimento perfeito da profissão. Houve até um caso muito interessante com ele. É que ele comandava um navio auxiliar... Não me lembro do nome do navio auxiliar. E ele saiu numa tarefa para cumprir uma tarefa lá para o Nordeste, e ele, em certa altura da navegação, encalhou lá num banco daqueles, numa coisa qualquer. Então vem o processo em cima dele por ter batido com o navio etc. Então ele mostrou que ele sabia que ele podia encalhar. Então ele fez uma defesa muito bonita: ele sabia que podia encalhar daquela zona, mas ele sabia que ali ele não ia ser torpedeado. Porque os submarinos têm medo de águas rasas e têm medo de um submerso chegar e atacar um navio qualquer. Então ele estava fugindo tecnicamente fazendo uma navegação perigosa, mas que evitava o ataque de torpedeamento do navio dele. Então exemplificou com outro navio que fez derrota diferente e foi torpedeado.

P.R. - Quer dizer, não era encalhe tipo Pena Boto não, não é?

A.A. - Não, foi um outro navio que foi a pique comandado por um oficial João Batista de Moraes Roxo. Foi a pique aqui perto do Rio de Janeiro, foi torpedeado à meia-noite, uma coisa assim, por um submarino alemão - os submarinos alemães andavam por todo lado. E o navio foi perdido.

I.F. - O senhor ficou na Espanha de junho de 54 a novembro de 55?

A.A. - Sim.

I.F. - Aí chegou, foi imediatamente nomeado chefe de estado-maior do 1º Distrito Naval.

A.A. - Não, não. Eu fui fazer um estágio no Estado-Maior. Porque eu ainda era capitão-de-mar-e-guerra. Na época que eu fui adido naval, era capitão-de-mar-e-guerra. Quando voltei, fui designado para fazer um estágio no Estado-maior da Armada, para fazer um relatório...

I.F. - Sobre a temporada na Espanha.

A.A. - Sobre a temporada na Espanha.

I.F. - Aí é que o senhor ata as informações, sobre as notícias da temporada que passou lá. E quanto tempo o senhor levou nesse estágio?

A.A. - Eu levei nesse estágio uns dois meses, se não me engano. Porque fiquei nesse estágio, aí o governo do Café Filho caiu e foi organizado o governo provisório do Nereu etc., e aí eu fui ser chefe do estado-maior do comando do Distrito.

V.A. - E quais era as atribuições de um chefe do estado-maior do comando do 1º Distrito Naval?

A.A. - Eram as de todo chefe de estado-maior. Tem a direção das subchefias, que são de operações, informações, organização e logística. Todos são menores do que o grande estado-maior. Mas têm as atribuições todas específicas. Isso vem do francês que escreveu um livro sobre questões de estado-maior e estabeleceu: para o exercício da função de um estado-maior é preciso ter esse estado-maior dividido em três seções. Era o Castex. Depois os americanos criaram mais uma quarta seção, que é a logística. Mas eram operações, informações e organização. Depois, os americanos - da guerra, depois - criaram mais uma subchefia acrescida ao estabelecimento inicial do velho Castex. O Castex é uma espécie de bíblia de todo mundo que estuda estado-maior. Todos nós temos o Castex: "Questões de estado-maior." Porque antigamente não havia; antigamente havia o que se chamava reunião de comandante. Não havia um cérebro organizado para dirigir todas essas ações, dos elementos que ele dispõe. E o Castex é que organizou esse sistema para orientar toda uma força armada. E isso hoje existe até nas organizações civis. Essas organizações grandes aí, de fábrica, tudo isso, têm - adaptado - o estado-maior. Porque organiza o raciocínio; um estado-maior organiza e distribui as ações de acordo com essas prioridades dentro do estado-maior. É muito interessante a organização do raciocínio para resolver uma questão qualquer, seja militar, seja de formação civil, de uma indústria, de tudo. É preciso ter um estado-maior. Todas essas... Acredito, porque eu nunca fiz administração de empresas, mas essas empresas todas devem ser administradas mais ou menos acompanhando esse raciocínio.

I.F. - Mas o senhor ainda estava no estado-maior do 1º Distrito quando o presidente Juscelino tomou posse.

A.A. - Quando o presidente Juscelino tomou posse eu devia estar.

P.R. - Janeiro de 56.

I.F. - O senhor ficou lá e, do 1º Distrito Naval, o senhor foi mandado para capitão dos portos em São Paulo.

A.A. - Do 1º Distrito Naval, é.

I.F. - Agora, por que numa outra entrevista o senhor comparou a temporada na Espanha com a temporada de capitão dos portos?

A.A. - Porque a temporada na Espanha foi muito suave, muito agradável, e a de capitão dos portos, para mim, foi uma das comissões mais agradáveis que eu tive. Na Espanha foi uma missão muito agradável também, muito interessante porque peguei aquelas transições todas, aquelas lutas espanholas para se restabelecerem e eu estava ali como espectador, com... digamos assim, ganhando muito bem, com uma largueza de meios

que me permitia me divertir etc. Bem maiores... [Que, por exemplo, não]¹⁰ tinha na Argentina. E de capitão dos portos também tudo corria muito bem.

I.F. - A não ser o problema do embarque...

A.A. - Eu acabei cidadão honorário de Santos.

I.F. - Ah, é?

A.A. - É.

I.F. - Quer dizer que a não ser esse problema do embarque do presidente Juscelino, essa temporada de capitão dos portos foi tranqüila.

A.A. - Foi muito boa. Eu conheci aquela sociedade de Santos toda, fui muito bem recebido. Recepcionei os navios americanos, navios que vieram com uma escola, academia de [inaudível] em viagem de instrução. Recepcionei aqueles navios. Até hoje eu tenho retratos deles com dedicatórias etc. e ofícios, agradecendo a permanência que tiveram em Santos. Porque eu botei toda aquela sociedade de Santos à disposição daqueles navios, recepcionando os guardas-marinhas e tudo. Tive muita sorte.

I.F. - E os casos de Jacareacanga e Aragarças no governo Juscelino?

A.A. - Ih, não sei nada disso. A não ser lido no jornal.

I.F. - É?

A.A. - Quem sabe disso é o Juscelino. [risos]

I.F. - Sabia, não é? Não dá mais para a gente poder contar. E outra coisa: o que o senhor achou da mudança da capital para Brasília?

A.A. - Eu acho um erro.

I.F. - Achou um erro.

A.A. - Eu acho. Eu acho que o Brasil até hoje ainda paga pela mudança da capital para Brasília. Porque nós entramos num vermelho desgraçado, tivemos que improvisar tudo, transportar material de avião, para fazer. Porque nesse ponto o Juscelino tinha razão: ou ele acabava, fazia Brasília, porque se deixasse pela metade os outros não acabavam. Então ele tinha que fazer aquilo dentro do prazo. Apostou até uma gravata com o Juraci, se não me engano. O Juraci pagou a gravata [risos] Não sei se sabe desse caso.

I.F. - Soube já.

A.A. - Apostou uma gravata como ele aprontava Brasília antes de deixar o governo. E deixou Brasília pelo fato consumado. Se não deixasse, até hoje aquele negócio ainda estava lá um esqueleto. Mas eu acho que foi um erro porque nós tivemos que encalacrar o Brasil para fazer aquilo, aquela obra faraônica, digamos assim. Não vejo a vantagem.

¹⁰ Trecho mais aproximado ao que foi possível ouvir.

[inaudível] que fizeram a estrada das onças para aliviar Brasília e tudo isso, e hoje está todo um problema sério por causa do desmatamento e nós não temos infra-estrutura para preservar aquela flora amazônica... Não sei como é que vai acabar isso. Mas eu era contra Brasília. Agora, o Juscelino teve a coragem de fazer aquilo, mas ele media os meios para fazer. E tome emissão, tome o diabo. Quem é um grande combatido disso é o que está fazendo cem anos agora, o Gudin. Não sei se eu respiro meio pelo pulmão do Gudin, mas ele também combate. Acha um erro tremendo o Juscelino querer fazer aquilo. O Brasil não tinha condições para querer fazer aquilo. Aquilo... Quem chega, um americano que chega e vê aquela obra... - já está com 20 anos. Mas quem via antes: um país pobre, devedor etc., fazer aquela cidade no meio do mato, é preciso muita coragem, muita loucura. De modo que eu acho que foi um prejuízo grande para o Brasil.

I.F. - Agora, outra coisa que eu queria perguntar ao senhor: aquela questão da espada de ouro que foi dada ao Lott durante o governo Juscelino. O senhor acompanhou?

A.A. - Não, não acompanhei. Eu acho o seguinte: aquilo ali, aquela espada tinha uma finalidade mais política do que intrínseca. O fato da espada de ouro..., tem uma porção de coisas aí de ouro. Mas aquela, não: o ouro era só para emprestar ressonância àquele gesto, que era mais político do que de apreciação à pessoa do marechal Lott. Isso é que eu senti.

P.R. - Agora, segundo Juscelino conta nas memórias dele, houve um problema muito sério na Marinha porque o almirante se reuniu e ameaçou divulgar uma nota condenando aquilo. E o Juscelino chamou o Alves Câmara e falou com o Alves Câmara; falou assim: "Se a nota sair, você vai ficar na obrigação de prender todo o almirantado." E o Alves Câmara aí titubeou.

A.A. - Eu não sei. Esse fato assim para explicar qualquer coisa, eu não posso dizer, não.

P.R. - Mas parece que...

A.A. - Eu sei que o Alves Câmara tinha muita autoridade. Agora, se ele conseguiu demover ou não, por exemplo, eu nem sei.

P.R. - É, conseguiu.

A.A. - Conseguiu.

P.R. - É, diz o Juscelino nas memórias dele, não é?

A.A. - Ele tinha muita autoridade, era muito conceituado. Era um homem muito energético. Embora ele amolecasse um pouco quando estava ministro. Mas ele ainda tinha um remanescente de autoridade muito grande. Ele foi o encarregado da nossa turma quando nós embarcamos no *Bahia*... - metade da turma; ele era capitão-tenente, e era o encarregado da nossa turma. Era muito... Tinha muita autoridade na vida militar. Quando chegava fora da área militar, ele era muito cordial, muito atencioso etc. E gostava muito da nossa turma. De modo que... Era recíproco: nós apreciávamos muito o almirante Alves Câmara. Eu gostava muito dele. Agora, achei que, pela doença que ele teve etc., ele estava muito enfraquecido. E eu vejo um gesto, um ato dele que eu achei

muito errado: foi a cessão de uma parte de um terreno da Marinha para o dom Hélder Câmara, que não era parente dele.

I.F. - O senhor falou.

A.A. - Ele não tinha condição nenhuma - legais -, para doar um terreno que era da Marinha, que era da União. Para o dom Hélder Câmara... depois transformou aquilo em negócio de comércio, tudo isso.

V.A. - O senhor já falou.

A.A. - Agora, normalmente, como militar, como intelectual, era um homem de grande valor e tinha muita autoridade.

P.R. - Como é que se constitui o Conselho do Almirantado? São os comandantes dos distritos navais?

A.A. - Não, são os oficiais. Hoje, o Conselho do Almirantado são os oficiais, os almirantes-de-esquadra.

P.R. - Independente do comando que exerçam.

A.A. - Independente do comando que ele exercesse. Esse é o Conselho do Almirantado. Agora, tem o almirantado, que são todos os oficiais-generais. Mas o Conselho do Almirantado é constituído pelos almirantes-de-esquadra. É o último posto da carreira que constitui o Conselho do Almirantado.

P.R. - Esse Conselho do Almirantado, qual é a atribuição dele dentro da Marinha? É uma atribuição administrativa?

A.A. - É um elemento, digamos assim, de consulta do ministro. Eu fui membro do Conselho do Almirantado, mas na reserva, porque houve a criação de conselho do almirantado para os oficiais-generais que houvessem sido ministros. Eles participavam do Conselho do almirantado. Isto baseado no seguinte fato: para os ministros que estavam no exército da função terem forma de explicação imediata das razões, para dar uma continuidade à administração da Marinha. Não havia plano diretor. Então, os ministros que haviam sido..., os ex-ministros, pertencendo ao Conselho do Almirantado, estavam em condições de conversar com o ministro e dizer por que tinha sido feito aquilo, como estava e para que tinha sido feito aquilo, para evitar a ausência de continuidade... O sujeito pára a obra que foi iniciada, e depois... Não quer porque gosta daquilo etc. De modo que havia o fato dos ministros... "Não, isso foi feito por isso. Um exame de situação levou a essa situação, a fazer isso." Agora, a situação não mudou, não deve ser mudado isso, deve ser continuado. Mas depois com o tempo do... Quando foi ministro o Paulo Bosísio, ele acabou com essa função dos ex-ministros fazerem parte do Conselho do Almirantado.

I.F. - Agora, almirante, o senhor falou ainda há pouco no almirante Lúcio Meia. Ele teve uma situação também bastante importante, principalmente na parte de desenvolvimento da tecnologia naval e tudo isso, não é? O senhor conheceu bem ele, conhece bem ele?

A.A. - Conheço bem. Eu acho que a situação dele é mais interessante fora da Marinha do que na Marinha. Porque ele foi, por exemplo... Ele é que orientou muito a implantação da indústria automobilística...

I.F. - Exato.

A.A. - ... industrialização de uma série de coisas. A parte das metas de Juscelino, de construção naval e de...

I.F. - Automobilística.

A.A. - ... e automobilística, ele teve uma parte muito grande, a gente sente o dedo dele. Ele, eu acho altamente centralizador, mas ele tem uma capacidade indiscutível desses problemas todos. Ele conhece muitos problemas do Brasil, ele acompanha muito bem isso. E, sem favor nenhum, merece a admiração de todos nós, colegas de turma dele. Ele era o número um absoluto da nossa turma. Apesar da pouca idade ele era dos mais moços da nossa turma. Mas dentro da Escola Naval, ele sempre se revelou um aluno de grande valor, de grande capacidade. Ele fez o curso todo da Escola Naval praticamente com distinção. Creio que tirou uma plenamente, porque o...

I.F. - Mas por que o senhor acha então que isso teve mais importância fora da Marinha do que na Marinha?

A.A. - Porque ele... As funções que a Marinha deu a ele como oficial superior etc., foram de pouca envergadura. Agora, ele...

I.F. - Por que isso?

A.A. - Por que isso?

A.A. - Porque ele... Por exemplo, ele não serviu em estado-maior nenhum. Ele serviu só como comandante de submarino, comandante de um transporte de óleo...

I.F. - Agora, para trabalhar num estado-maior, é um cargo de confiança, a pessoa é convidada.

A.A. - Como?

I.F. - Para trabalhar num estado-maior.

A.A. - Ah, sim, sim.

I.F. - Ele não foi convidado...

A.A. - Não, não foi... A comissão em que ele se projetou mais foi justamente como subchefe do gabinete do presidente da República.

I.F. - Interessante isso. Porque sendo um oficial brilhante, pelo que eu...

A.A. - Ele foi interventor do estado do Rio como capitão-tenente. Mas fora da Marinha.

I.F. - É interessante isso. Porque o senhor falou que ele foi um oficial de Marinha brilhante, e...

A.A. - O meu colega de turma, o Paulo Antônio Teles Bardy, que era o número dois, eu considero, aprecio, como tendo tido uma situação mais brilhante do que o Lúcio. O Lúcio Meira, por exemplo, é um camarada completamente fechado em certas coisas. Ele não tem um livro publicado. Geralmente esses oficiais que se projetam mais, eles têm um livro publicado. Eu, por exemplo, não tenho livro nenhum publicado; me considero uma mediocridade dentro da Marinha. [risos] Mas o Lúcio Meira nunca escreveu um livro de assunto de Marinha. Capacidade não lhe faltava, podia se interessar por um assunto qualquer. Ele fez o curso de submarinos com distinção. Ele é o único aviador naval existente - porque era aviador naval e chegou a oficial-general porque ele não passou para o quadro de aviadores e foi para a FAB. Porque ele tirou o brevê e, quando ele quis advogar a condição dele para ingressar no quadro de aviadores navais, ele foi barrado - muito injustamente. Porque eu não quis tentar o quadro de aviadores, porque eu já sabia que quem tirasse o brevê depois da formação do quadro já ia ficar atrás de todos os oficiais - embora mais modernos do que no quadro normal -, que ia ficar abaixo de todos os oficiais mais modernos. Quando ele foi tirar o curso, eu disse: "Você não vai conseguir; você tira o brevê, mas você não vai conseguir pegar o seu lugar na escala de antigüidade porque a lei não permite." "Ele tirou o brevê e depois recorreu e não foi atendido. Então ficou com o brevê, mas sem... Tirou o brevê com grande distinção, com grande revelação, mas não pôde entrar para o quadro..."

I.F. - Agora, eu continuo sem entender, não sei... Por que sendo um oficial brilhante - e o senhor mesmo diz que inclusive no desenvolvimento tecnológico do país ele teve uma atuação importante - por que ele não foi convidado para cargos especiais de confiança?

A.A. - Bom, eu não posso dizer por que, não sei.

I.F. - Mas não é interessante isso?

A.A. - É, é curioso. Porque talvez...

I.F. - Isso atrapalhou a carreira dele na Marinha.

A.A. - Não atrapalhou, porque ele nunca sofreu uma preterição, a carreira normal..., as promoções, ele sempre as teve por merecimento etc. e foi a oficial-general.

I.F. - Agora, uma curiosidade minha última - que eu já levantei outro dia essa questão e ninguém soube me responder: Porque que os oficiais nos últimos postos, tanto da Marinha, como no Exército, como na Aeronáutica, chamam-se oficiais-generais?

A.A. - Dos últimos postos.

I.F. É. Tanto almirante, como brigadeiro, como general, chamam-se oficiais-generais.

A.A. - Indiscriminadamente...

I.F. - Um termo genérico.

A.A. - Eu acho que é pelo seguinte: porque esses postos se chamam de generalato. Então em todos eles chamam de oficiais-generais.

I.F. - Sim, mas no momento em que a Marinha no Brasil é muito mais antiga que o Exército, porque esse título de generalato, Vem de alguma coisa da Europa, vem pelo poder do Exército...

A.A. - Eu não sei dizer porque que esse nome...

I.F. - Se é herança antiga dos outros países...

A.A. - A origem desse nome de general, não posso dizer. O que eu posso dizer é o seguinte: na Argentina brincavam muito com o negócio que quem mandava nos Estados Unidos eram os generais. A *General Electric*, [risos] a *General Motors*... Tinha os vários generais desse tipo. É a única coisa que eu posso dizer.

I.F. - É uma curiosidade minha, mas realmente nunca tive uma explicação. Sendo a Marinha brasileira muito mais antiga que o Exército, porque que o termo genérico ficou general?

A.A. - Eu vejo uma coisa, o seguinte: a senhora sabe que no Exército, quando o oficial chega a oficial-general, oficial geral, ele não tem mais especialidade. Não há general de cavalaria, não há general de artilharia, não há nada. Não se conta a especialidade. Ele é enciclopédico. Ele é tido como quem deve entender de tudo. Embora ele, para entender de tudo, precise de assessorias etc. Mas ele é o comando geral da corporação. Isso é o que eu imagino que possa ser. Tem gente que não sabe que general não tem... é de tudo.

I.F. - E os oficiais de Marinha não se sentem meio ofendidos por serem chamados de oficial-general e não de almirante? Almirante geral ou...

A.A. - Não, não; se usa muito.

I.F. - É, eu sei que usa-se muito e é o termo genérico, mas deve ter algum motivo.

A.A. - Pois é, mas a origem desse nome, digamos assim, dessa denominação coletiva, eu não sei qual é - a origem de chamar de oficiais-generais.

[FINAL DA FITA 25-A]